

Trabalho e Desenvolvimento Econômico

Nota explicativa

Este trabalho não tem a pretensão de ser considerado uma produção científica. O tema é muito rico e complexo e tem sido tratado com muito talento e profundidade pelas mais brilhantes inteligências que esta civilização já produziu. Seria muita ousadia acreditar que estamos oferecendo alguma contribuição original ao debate sobre desenvolvimento econômico e sua variável mais sensível nos dias atuais, o emprego.

O que este trabalho humildemente se propõe a fazer é apenas o relato de uma experiência política prática da parte de uma militância idealista que, mais acostumada ao debate teórico, teve que testar aqueles pressupostos discutidos no interior do partido. Estaríamos participando de uma administração municipal progressista, democrática e popular, mas com regras definidas fora do nosso ideário. Uma administração que teria de se guiar pelas regras do jogo em vigor e tentar virar esse jogo. As condições reais, portanto, sendo um pouco diferentes das condições ideais imaginadas para as atividades econômicas e para o emprego numa sociedade para qual as utopias nos levam.

A riqueza da experiência era desafiadora demais para não ser encarada com dedicação. Sempre existiu alguma curiosidade em se saber como é viver essa aparente contradição de ajudar a administrar mais uma crise cíclica do capitalismo e utilizar-se dessa visão interna de classe dominante para perceber, denunciar e tentar corrigir as injustiças perpetradas contra os excluídos e os fragilizados, que não têm outra coisa a oferecer além da sua força de trabalho.

A nossa participação na administração foi essencialmente prática e objetiva. Quem tem fome tem pressa. O trabalhador brasileiro desempregado não tem reserva de gordura para perder à espera de um novo emprego. Assim, pouco adiantaria só tentar discutir as causas do subdesenvolvimento e da dependência econômica com o peão que acabara de perder o emprego na Gurgel ou na Alfa.

Tínhamos plena consciência das limitações de poder do cargo, da Secretaria e da administração municipal como um todo em interferir isoladamente nos rumos que a sociedade e a economia devam seguir, mas acreditávamos que havia muito a fazer com as ferramentas disponíveis. O tempo mostrou que estávamos no caminho certo e foi possível fazer uma gestão de recursos de forma mais eficiente do que estava sendo feito em Rio Claro por outras administrações.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar é a nossa orientação comprometida com uma das opções de ação que o processo da mundialização do capital nos obriga a fazer. Essa globalização desencadeada pelo desenvolvimento acelerado das comunicações e da microinformática, e sustentado pelas políticas neoliberais, vem provocando, a partir de 1970, amplas e profundas transformações na economia mundial, com reflexos significativos principalmente sobre as relações entre o capital e o trabalho. Mais uma vez é preciso assumir atitudes.

São dois movimentos de direções aparentemente opostas. O primeiro, liderado pelas grandes empresas e os setores mais dinâmicos da economia, caminha no sentido da centralização e concentração de capitais, mediante o processo de fusões, aquisições e associações de empresas, visando à constituição de megaempresas em condições de participar da concorrência internacional. As principais estratégias dessas empresas para assegurar a competitividade internacional são, além da concentração de capitais, a adoção de altos padrões de qualidade e produtividade e também de redução de custos, a maioria dos quais recaindo sobre a força de trabalho, provocando, por um lado, um amplo processo de flexibilização, desregulamentação e a conseqüente precarização das relações de trabalho.

Por outro lado, crescentes taxas de desemprego resultantes do enxugamento dos quadros funcionais das empresas, seja porque o sistema de produção flexível elimina diversos níveis hierárquicos e torna os trabalhadores multifuncionais, seja porque a crescente automação dos processos produtivos reduz a necessidade da presença intensiva da força de trabalho viva, seja ainda porque o processo de financeirização do capital é capaz de gerar lucros via especulação financeira. Este movimento, constituído pelo núcleo propriamente capitalista, é excludente da maioria dos trabalhadores e também dos países periféricos ao sistema, como é o caso do Brasil.

Agimos no sentido do segundo parâmetro, que se opõe ao primeiro e o enfrenta, e é voltado predominantemente ao mercado interno e aos setores menos inseridos no mercado internacional, e que caminha no sentido da valorização dos pequenos e micro-empresendimentos, formais ou informais, considerados estratégicos no processo de geração de trabalho e renda, especialmente no atual contexto de altas e crescentes taxas de desemprego. Nesse processo de estímulo e apoio ao segmento dos pequenos e micro-empresendimentos, inclui-se a preocupação crescente com a questão do microcrédito, o qual, mais que simples oferta de crédito diferenciado, orientado e solidário, aos setores normalmente excluídos do acesso às formas tradicionais de crédito, constitui um dos importantes elementos do conjunto de ações voltadas à transformação social, além de desencadear um movimento questionador do sistema financeiro comercial tradicional, elitista e excludente, estruturado para atender apenas a grandes clientes.

Em oposição à globalização desenfreada, este movimento constitui um esforço de inclusão dos trabalhadores e segmentos produtivos periféricos, que vêm se estruturando em formas de trabalho predominantemente não capitalistas, embora em ambiente capitalista, tais como o autoemprego, a empresa autogerida, as associações de compras, a cooperativa etc.

Deixamos o cargo de Diretor do Departamento de Estudos e Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico em maio de 2001 e não temos tido contato com os projetos que amadureceram por lá depois de nossa saída. É possível – e por isso já nos penitenciamos – que alguma ação ou fato de menor impacto, e nem por isso de menor importância, possa ter escapado do registro neste relatório. Algumas ações pretendidas não chegaram a ser concretizadas por falta de apoio político ou por falta de habilidade em convencer do contrário, ou ainda por estarem fora da seara da Secretaria a que pertencíamos. Se essas ações, que foram apenas sonhadas, forem mencionadas, entenda-se que isso se dá apenas com a intenção de mostrar que os caminhos existem e devem ser buscados.

* * * *

“De nada serve partir das coisas boas de sempre mas sim das coisas novas e ruins.”

Bertolt Brecht

Mania de pioneirismo

Quando o Sr. Nicolau Vergueiro, da fazenda Ibicaba, teve a idéia de trazer colonos europeus para trabalhar nas lavouras de café em substituição à mão de obra escrava, ele delineou o perfil da industrialização da nossa região e estava ajudando a deitar as raízes do capitalismo na América Latina. O sistema inicialmente pensado foi o da parceria, mas não funcionou por muito tempo. Houve muita desconfiança dos colonos para com os fazendeiros estrangeiros e falta de hábito destes para lidar com o trabalhador livre. Os fazendeiros não tinham o costume de dar satisfações para os trabalhadores da roça e abusavam na contabilidade. Logo foi preciso se resolver o problema com salários. A entrada de dinheiro com a exportação do café e o pagamento de salários foram fundamentais para o início do processo de acumulação capitalista.

O economista João Manuel Cardoso de Melo, em sua tese de doutoramento transformada no livro "O Capitalismo Tardio", afirma categoricamente que "o surgimento das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina". Mais adiante, confirma que "a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial". Temos, no mínimo, razões históricas para atuarmos no sentido de interferir na mudança dessa matriz capitalista.

As fazendas eram auto-suficientes e só compravam sal e pólvora fora de seus limites. O mercado nas freguesias e vilas era incipiente. Na fase inicial da febre cafeeira, a indústria era totalmente marginal dentro da economia, que era voltada exclusivamente à exportação. É com foco no mercado externo que a industrialização dá os primeiros passos. Essa industrialização não aconteceu por causa de alguma ideologia desenvolvimentista que produzisse alguma força motivadora. O mercado internacional estava controlado pelo Império Britânico e os exportadores ingleses "desestimulavam" qualquer iniciativa de substituição de importações. Todo o crédito vinha do exterior e era de alguma forma ligado aos exportadores. Esses fatores teriam estimulado ainda mais a expansão do setor agrícola.

A falta de estímulo à industrialização ocorria às vezes de forma sutil, às vezes de forma aberta e declarada. Qualquer produto feito por aqui era considerado de má qualidade. O mercado inglês "empurrava" de tudo. É dessa época a insólita importação de estufas de aquecimento de ambientes produzidas para o frio e úmido clima inglês. A primeira máquina de fiar algodão começou a rodar em 1811, quase um século depois do surgimento do tear mecânico e 30 anos depois que Edmund Cartwright desenvolveu e patenteou o tear movido a vapor. Só em 1836 começou a funcionar por aqui a primeira usina de acionamento a vapor.

O caminho da produção agrícola da monocultura cafeeira voltada para a exportação produziu outras situações insólitas. Warren Dean faz um relato interessante da invenção de uma eficiente máquina de beneficiar café, feita por um mecânico chamado Evaristo Conrado Engelberg. O diligente mecânico foi convencido de que não havia condições de produção em escala dessa máquina no Brasil e vendeu a sua patente de fabricação para um grupo norte-americano, que fundou uma empresa para fabricá-la em Siracuse, no estado de Nova York. O estado de São Paulo importou várias dessas máquinas.

Quando a produção de café se desloca do pólo de Vassouras para as terras do oeste paulista, o porto do Rio de Janeiro é gradativamente substituído pelo porto de Santos. Mesmo assim, transportar a produção até o embarque em lombo de burro era oneroso e demorado demais. A ferrovia era o sucesso do momento e já havia se instalado de Santos a Jundiaí. Os novos barões do café trouxeram os trilhos até Rio Claro e fundaram a *Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. Junto com os trilhos, vieram as oficinas.

A oficina de manutenção de vagões chegou a empregar 3.800 trabalhadores. Aparentemente, o tipo de empresa sonhado por qualquer cidade. Foi, durante muito tempo, o grande empregador da cidade, e em torno da "Paulista" vivia a maioria das famílias de trabalhadores rio-clarenses. Na prática, porém, o que deveria ser a grande solução de geração de emprego para a cidade acabou inibindo a geração de outros empregos fora de seus barracões. Nenhuma indústria se desenvolveu por aqui a partir das necessidades de fornecimento para essa empresa. Terceirização era tabu na época e a verticalização da produção era sinônimo de eficiência industrial.

Somando-se o fato de a plantação de eucaliptos para a produção de energia e a fabricação dos dormentes para os trilhos ocuparem a maior parte das poucas terras de primeira qualidade da cidade, pode-se com segurança parafrasear certa música popular brasileira que diz que alguém é "meu bem e meu mal". O imenso eucaliptal, que é o Horto Florestal, tornou-se, posteriormente, referência mundial no assunto mas não absorveu a mesma mão-de-obra utilizada pelo cafezal que ali existia.

Continuando a análise disso que, com certo ufanismo, chamamos de "pioneirismo" dos rio-clarenses, vem o fato da criação da singela escola profissionalizante da Cia. Paulista. A presença de tanta atividade ferroviária na cidade tornou possível a criação de uma escola, bastante original na época, de ensino acadêmico e profissionalizante ao mesmo tempo, o chamado ensino dual. A escola, em que a empresa preparava seus próprios mecânicos ferroviários, serviria de modelo e inspiração para a criação dos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai. Isso é confessado em livro pelo próprio Roberto Simonsen, pioneiro e grande precursor da indústria brasileira moderna. A escola se encontra abandonada junto com a ferrovia.

A parte mais tragicômica dessa ligação atávica da cidade com a ferrovia é verificar que, depois de tantos esforços para a criação de uma tecnologia ferroviária, a cidade e o país tenham assistido com assustadora passividade ao sepultamento de uma empresa que acumulou tanto conhecimento. Além da manutenção periódica dos trens, as oficinas chegaram a fabricar, aqui em Rio Claro, uma composição inteira. Enquanto os países mais ricos e desenvolvidos do mundo investem no trem como o grande transporte de massa do futuro, nós, pobres tupiniquins, ainda acreditamos no sonho da solução rodoviária.

Pressupostos operacionais

O primeiro grande desafio para uma administração democrática e popular ao assumir o mandato é o desafio da coerência. Ao final de uma histórica campanha política, que vai além da mera retórica de palanque, que se utiliza do momento político para reafirmar comprometimento dos partidos envolvidos com o sonho de uma sociedade mais solidária e justa e que propõe a inversão de prioridades, não se podem imaginar caminhos que não tenham o conteúdo da ousadia e da coragem. O respeito à coerência não deve significar imobilismo. O essencial das propostas como a transparência, o controle social do orçamento, a inversão de prioridades continuam propostas modernas, éticas e democráticas.

A expressão "desenvolvimento econômico" significa mudança estrutural. O país e o mundo mudaram muito nas últimas décadas. O modo de resolver problemas também precisa ser mudado. O emprego, por exemplo, e sua face mais cruel, o desemprego, não eram nem de longe preocupação importante de uma administração municipal. Um pouco por causa do imobilismo dos governos federal e alguns estaduais, que não têm acrescentado muita coisa nas políticas sociais de geração de emprego, os municípios precisam agir. Apesar de não terem muito poder decisório sobre os rumos que a economia do país deve seguir, os governos locais têm que arcar, em grande parte, com os custos sociais das conseqüências.

As demandas também mudaram, e o cidadão que desperta para a consciência da cidadania, às vezes, não entende muito bem o que seja nível de governo e reivindica de quem está mais próximo. Hoje não bastam escolas, postos de saúde, saneamento básico, transporte etc. Há uma demanda por desenvolvimento. Alguns municípios definiram um planejamento estratégico para, junto com a comunidade, definir os rumos desse desenvolvimento local. É uma tarefa séria demais para improvisações. É fundamental para o município definir uma política pública voltada para o desenvolvimento econômico. É preciso fazer escolhas.

Artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos do Homem

- 1- Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições eqüitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.
- 2- Todos têm direito, sem discriminação alguma, a salário igual por trabalho igual.
- 3- Quem trabalha tem direito a uma remuneração eqüitativa e satisfatória, que lhe permita e a sua família, uma existência conforme a dignidade humana e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.
- 4- Toda pessoa tem direito de fundar, com outras pessoas sindicatos e de se filiar em sindicatos para a defesa dos seus interesses.

* * *

Preparando o ambiente

Quando pensamos que a nomenclatura estava um pouco distante de nosso projeto, tratamos de, pelo menos, agir em função do novo conceito de uma Secretaria Municipal de Indústria e Comércio afinada com os compromissos políticos dos partidos da Frente partidária formada para eleger esse projeto. Pretendíamos mudar atitudes antes de mexer com a semântica. A evolução e a complexidade das atividades econômicas estavam a exigir atitudes diferenciadas e pró-ativas com muito planejamento e imaginação.

A função de mero cartório de apenas alguns tipos de atividades industriais e comerciais não traduzia fielmente a abrangência de uma secretaria afinada com a modernidade do projeto maior da administração. Ao aprovar, finalmente, a proposta, a plenária da Conferência Municipal referendou a tese já aprovada pelas instâncias de um dos partidos da Frente e aceitou o fato de que era preciso tirar da Secretaria a função de mero cartório da Indústria e do Comércio, onde se costumava negociar terrenos e generosidades.

O surgimento de novas possibilidades de empreendedorismo, a questão do desemprego estrutural, o crescimento vertiginoso de outros setores da atividade econômica como a agroindústria, o turismo, os serviços e toda sorte de trabalho voluntário já justificariam aquela alteração de rumos e de nome. Mas estávamos propondo mais: estávamos propondo uma mudança de filosofia e de postura.

Era absolutamente necessário transformar favores em direitos. A assistência dada pela Secretaria na elaboração de projetos e os benefícios da lei de incentivos à empresa, a que voltaremos adiante,

deveriam ser colocados à disposição de todos os empreendedores. A busca de formas alternativas de incentivo à geração de emprego e renda deveria estar no topo da lista de prioridades das novas atividades.

Livre pensar... é só pensar

O primeiro grande desafio de uma proposta nova de governo é o de reavaliar conceitos. Como alterar essas significações cristalizadas no pensamento das pessoas pelo uso, costume ou falta de novas alternativas? Como alterar valores tão geralmente aceitos pela cultura do país a partir de um município de tamanho médio no interior do Estado de São Paulo?

A idéia de que o emprego formal sempre existiu e existirá "ad infinitum" é um desses conceitos que precisam de revisão. Examinando a história, vamos sentir que o emprego na fábrica ou numa empresa qualquer é uma abstração que, assim como o modo de produção capitalista que lhe dá origem, foi inventada pelo homem. Tudo o que o homem inventa, ele tem o direito de reinventar ou modificar e, se olharmos com uma visão antropológica as mudanças culturais na aldeia global, vamos verificar que o homem quase não tem feito outra coisa.

Nos primeiros momentos da Revolução Industrial que viria a desarrumar quase que totalmente o mundo feudal, o emprego nas fábricas era procurado apenas como uma opção de quem não tinha absolutamente mais nada a fazer para sobreviver. É claro que as próprias condições subumanas a que tinham que se submeter nesse tipo de trabalho contribuía para a pouca popularidade dessa ocupação. Mas o que ocorria, na verdade, é que a população, que pouco a pouco ia se libertando da dura vida de camponês sem terra e da cara proteção dos senhores feudais, e já se aglomerava ao longo dos burgos, ensaiava um outro tipo de organização do trabalho.

Os artífices de uma mesma profissão preferiam se organizar em torno de associações a que deram o nome de Corporações de Ofício. Era uma forma de produção semi-artesanal em que oficiais, meio-oficiais e aprendizes se juntavam, dividiam seu trabalho segundo suas competências e cuidavam de produzir da melhor maneira possível. Nessa primeira experiência de produção associada, as corporações colocavam como objetivo importante assegurar aos seus membros o "justo preço" por seus produtos.

O mercado se expandia então com as novas rotas comerciais, e o capital comercial acumulado estava à procura de novos investimentos. Além disso, era preciso manter e expandir esses mercados e isso só seria possível com uma produção em maior escala e com preços cada vez mais competitivos. É claro que o hermetismo das corporações e a manutenção daquele "justo preço" não era muito

compatível com esses objetivos, e a busca da eficiência e do aumento da produtividade era mais objetivamente buscada pelo outro sistema de produção nascente nos arredores da cidade: o modo de produção capitalista.

As corporações, que mantinham então o controle quase total do mercado, continuavam a limitar o número de seus membros e a impedir seu crescimento e o crescimento dos lucros dos mercados. Quem estava fora da cidade estava fora das corporações. Houve por um bom tempo esse antagonismo entre o campo e a cidade. As tecelagens se estabeleceram fora dos burgos e o campesinato se proletarizou. Os negócios eram tocados como a extensão feudal da família ampliada e o senhor feudal era o dono de tudo: era o patrão. O status era mais importante que o sucesso do negócio. O governo era visto, por ele, como um serviço privado que existia para protegê-lo de inimigos ou concorrentes. Nesse sentido, o capitalismo continua hoje exatamente como era quando foi inventado.

Nota curiosa sobre o conservadorismo dessas instituições pré-capitalistas é a tradição das corporações de ofício que são mantidas, com algumas adaptações, até os dias de hoje em alguns países europeus. Hoje, não monopolizam o mercado de compra e venda mas, na Itália, Alemanha e Inglaterra, para um profissional receber a carteira que lhe confere o título de "oficial" em qualquer profissão, precisa passar por rigorosos exames feitos pelos seus futuros pares na corporação.

O momento histórico da "invenção" do capitalismo industrial foi muito profícuo tanto para a economia como para servir de base empírica para o surgimento de ricas elaborações teóricas sobre as formas como as pessoas chegam aos meios de produção. A "mais valia" parecia encerrar a explicação do mecanismo da acumulação do capital, e o modo de produção capitalista parecia ser o caminho "natural" da evolução das relações de produção. O capital começa a criar um vasto império global e alcançar novas fronteiras.

Quando tudo parecia consolidado e estabilizado em termos de relações de produção nos tempos que se seguiram a revolução industrial, em 1804, empregados de uma tecelagem em Rochdale, na Inglaterra, resolveram propor um outro tipo de organização que os ajudasse a resolver as dificuldades em adquirir gêneros alimentícios necessários para sua sobrevivência. Sem muita elaboração teórica, eles apenas sentiam que estavam sendo explorados na intermediação daqueles produtos. Juntaram-se numa associação de compras solidárias e começaram a elaborar o que seriam os estatutos da primeira cooperativa no mundo. Os objetivos a serem perseguidos eram tão nobres e claros e os benefícios para todos os envolvidos eram tão óbvios que os princípios fundamentais do cooperativismo continuam os mesmos até os dias de hoje. Voltaremos ao tema.

Existem e existiram muitas formas de organização econômica entre os povos do mundo. Bem próximo de nós, em uma cultura quase dizimada pela cultura da civilização européia, poderíamos ter

aprendido muita coisa e posteriormente ensinado muita coisa. Os índios do Xingu, por exemplo, têm noção clara e natural da posse comunitária dos meios de produção: a canoa, a rede, o curare são usados por todos os homens que pescam. A terra é usada por todas as mulheres que querem plantar mandioca. O produto da pesca e da colheita é distribuído entre as famílias em função do número de pessoas e não em função da posse de qualquer instrumento de trabalho.

É curioso lembrar que na Cosmologia da cultura xinguana nunca houve grandes elaborações teóricas em economia mas, ao verificarmos que os índios produzem bens e alimentos em função da capacidade que cada um possui e distribuem esse produto segundo as necessidades de cada um, somos tentados a imaginar que, mais do que abstração filosófica, a solidariedade é também uma questão de sobrevivência tanto física (mantém a todos bem alimentados) quanto cultural (aumenta a coesão social). Se e quando algum problema mais sério se apresenta, o bem estar social da comunidade ampliada é garantido pelo processo de trocas de mercadoria na cerimônia do "moitará". Esse processo de escambo, típico da cultura xinguana, resolve a falta de algum item necessário à sobrevivência de algum vizinho ou parente distante. A terra, para os índios do Xingu, representa um espaço em que eles podem (ou podiam), sem restrições, exercer a forma mais pura de liberdade. A terra nunca foi considerada reserva de moeda e dotada de valor mercantil. Será que eram mais felizes? Os colonizadores com certeza não achavam.

Pela teologia vigente na cultura invasora, não era possível para alguém ser feliz longe dos livros sagrados e do batismo, e logo vieram os piedosos Jesuítas para "salvar" nossos selvagens. Nesse primeiro avanço no sentido da globalização, trouxeram a idéia do pecado e vinham também com os votos de obediência, de castidade e de pobreza. Precisamos vencer esses complexos. Esse conselho foi dado pelo Professor Sílvio Goulart Rosa Jr., ex-presidente do Sebrae-SP, em recente palestra sobre tecnologia aqui no "hexágono" da UNESP. As idéias exóticas sobre trabalho e riqueza que foram determinantes para a formação inicial da cultura brasileira, fizeram Caetano Veloso falar, numa de suas músicas, da incompetência da América Católica, mas isso é assunto para outra conversa.

* * * *

"A dificuldade não reside nas idéias novas, senão em fugir às antigas que se insinuam pelos escaninhos do entendimento daqueles que, como quase todos nós, receberam a mesma formação."

Lord Keynes

A função "observatório".

Um grande exercício de reflexão e imaginação é exigido de governos municipais, progressistas ou não, para detectar os rumos da economia nacional e mundial, posto que não participam da hegemonia política dos que tomam as grandes decisões. Estas são tomadas fora da cidade e, às vezes, fora do país. Temos noção de que estamos inseridos num sistema amplo onde há um pensamento dominante, dito neoliberal, que é diferente do que nós escolhemos e, portanto, temos que mudá-lo. Temos que fazer essa hegemonia mudar de lado. Tomamos várias iniciativas de ação que deram certo e a sociedade está mudando. Uma dessas conseqüências é que estão cobrando dos administradores respostas mais objetivas e imediatas. Já temos algumas respostas concretas a dar mas, além dos programas de bolsa-escola, de renda mínima, orçamento participativo, banco do povo etc., temos que convencer a sociedade a se auto organizar e a tomar a rédea de seu destino na economia em suas próprias mãos e, ao mesmo tempo, a enfrentar, com as ferramentas disponíveis, as mudanças cada vez mais rápidas e constantes dos problemas que lhe são colocados. O caminho é o institucional. Algumas ferramentas estão dadas, outras temos que buscar. Será, com certeza, um caminho um pouco mais demorado do que o nosso ímpeto revolucionário possa desejar mas, já demos os primeiros passos.

Uma Secretaria concebida para agilizar a participação da administração nesse processo de apoio e indução ao desenvolvimento econômico precisa desempenhar, entre muitas outras, a função de periscópio ou de observatório. É preciso enxergar longe e estar muito atento para sentir sinais ou informações que ajudem a descobrir de onde vem o próximo investimento e onde pode acontecer a eventual crise ou falência. É preciso, também, perscrutar o panorama econômico para tentar descobrir qual mercado estará mais promissor para incentivar empreendimentos alternativos. Quais os segmentos sociais em risco de exclusão social? É uma Secretaria que, idealmente, precisa melhorar o presente, organizar o futuro e correr atrás de todas as variáveis possíveis que determinarão os caminhos.

De onde vêm os empregos?

O emprego tradicional com carteira assinada aparece sempre na razão direta de decisões sobre investimentos externos, novos investimentos em negócios já existentes, recuperação da capacidade ociosa com aumento de produção, transferência de empresas para a cidade e criação de pequenos empreendimentos individuais ou familiares. Por mais óbvio que isso possa parecer, empregos nascem do incremento da atividade econômica e, que redundam em aumento do consumo.

Como aumentar o consumo? Economistas das mais famosas escolas do pensamento ocidental concordam que a forma de alcançar esse objetivo é aumentar a massa salarial. O Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Federal Reserve concordam com isso para as economias centrais. Para as emergentes, o remédio é sempre mais amargo. Eles parecem achar que é só atrevimento de nossa parte querer elevar nosso padrão de vida aos níveis das sociedades centrais.

Parece também que economia de um país fornecedor de matérias primas em recessão significa bons preços de compra no mercado. Voltaremos ao assunto.

Se o caminho determinado pelo Banco Mundial foi o caminho da recessão, resta para os governos municipais buscar alternativas possíveis de financiamento e de organizações que criem e/ou mantenham empregos em nível local sem depender muito de outras instâncias de governo. Existem várias – e vamos examiná-las em outro segmento.

Para onde vão os empregos?

Lidar com paradoxos é a tarefa mais angustiante para quem trabalha com o emprego. A lógica capitalista defende que o empresário deve buscar sempre a maximização do seu próprio conforto. O conforto para o capitalista é comprado com o lucro. A felicidade, nem sempre – mas isso é outra conversa. Assim, qualquer projeto, atitude ou decisão dentro de uma empresa deverão sempre estar direcionados no sentido da racionalização dos métodos de produção. Racionalizar, que significa ajustar meios a fins, torna-se palavra de ordem na moderna engenharia empresarial. O objetivo final é sempre aumentar o lucro. Se é possível fazer o mesmo produto em menos tempo, não há dúvida que será feito. Se é possível comprar a mesma peça de outra empresa que, por qualquer razão, consiga fabricá-la por um custo menor, com certeza a produção dessa peça será terceirizada.

Parece óbvio, não é? Esse procedimento deixa seqüelas. Os Engenheiros de Produção das montadoras da região do ABC, por exemplo, costumavam ficar exultantes quando conseguiam economizar alguns segundos. Não apenas por causa deles, mas aqueles segundos economizados somaram grande número de empregos e hoje a região, outrora exuberante na oferta de bons empregos, amarga um desemprego crônico que muito preocupa os gestores da área. As estatísticas confirmam essa tendência. As grandes montadoras de automóveis ali concentradas fabricam hoje três vezes mais carros, usando três vezes menos metalúrgicos. Um belo feito da racionalização de produção. Aqueles empregos simplesmente desapareceram.

Um fato que mostra bem a situação em que a tecnologia nos colocou vem de uma conversa casual que tivemos recentemente com um estudante universitário. Era uma sexta-feira e aquele ponto da estrada estava, como sempre, repleto de jovens e felizes estudantes, voltando para suas casas. O que escolheu o meu carro, era um estudante de Mecatrônica, da USP. Não demorou muito, logo depois das sondagens iniciais, começou a falar dos projetos na sua área. Começou a falar com mais detalhe sobre seu projeto de graduação. Descrevia entusiasmado o novo "lay-out" das máquinas e os novos equipamentos pneumáticos e eletrônicos, os novos "companheiros" de trabalho. Defendendo arduamente sua idéia, explicava que a operação, costumeiramente feita por 78 homens/hora, após a implantação do seu projeto, passaria a ser feita em metade do tempo. Alguns quilômetros depois, para não ser totalmente desmancha-prazer, perguntamos ao jovem o que ele pretendia fazer com os 39 homens/hora que iriam sobrar com a implantação do seu projeto. Depois de alguns minutos de reflexão, meio contrariado, ele respondeu que não havia pensado sobre o assunto. Estava ali um inocente responsável pelo desemprego estrutural. O jovem estava reproduzindo a ideologia de seu professor (da maior Universidade do Brasil), que por sua vez reproduzia a cultura vigente no país no que tange à eficiência nos meios de produção no país.

Começamos a assimilar essa cultura industrial quando as primeiras filiais das empresas americanas começaram a chegar por aqui trazendo os dólares acumulados pelo enorme sucesso dos novos métodos de produção e de gerência. Essa verdadeira revolução industrial, trazida para cá justamente quando a indústria brasileira apenas começava a engatinhar, teve sua grande eclosão no momento em que o Sr. Henry Ford decidiu que iria colocar um de seus famosos modelos A e T em cada um dos lares americanos e do mundo. As grandes linhas de montagem foram construídas e se tornaram o processo obrigatório para a fabricação de produtos com grande quantidade de mão-de-obra. Outros nomes famosos seguiram e aperfeiçoaram esses métodos, como o Sr. Louis Chevrolet, criador de outro automóvel famoso. Tudo começou com a indústria automobilística em Detroit, cidade que foi fundada pelo Sr. Antoine

de La Rue Cadillac, que deu nome a outro automóvel famoso, mas a metodologia, que se tornaria obsessão, ficou conhecida pelo nome de "Fordismo".

A especialização em uma determinada tarefa se tornava uma exigência do novo método de produção. As Universidades logo se interessaram pelo fenômeno e muitos departamentos começaram a se dedicar à pesquisa e à análise de tempos e métodos, com o objetivo específico de racionalizar operações de produção. O mais conhecido deles, um estudioso de nome Gilbert Taylor, dedicou-se a estudar e sistematizar movimentos manuais e corporais, criando até uma unidade de tempo racionalizado, o chamado "treblig". Como resultado da larga aceitação dos métodos propostos pelo fordismo e pelo taylorismo, a preocupação obsessiva com o cronômetro fez com que a maioria das empresas criasse departamentos de engenharia de métodos com o objetivo, declarado ou não, de diminuir o tempo de fabricação dos produtos, otimizar a exploração da "mais valia", aumentar a competitividade da empresa e o lucro do capital etc. Para a quantidade de empregos disponíveis, esses engenheiros estavam criando verdadeiros laboratórios de autofagia. Quanto maior a eficiência desse pessoal do departamento de métodos, maior o número de empregos simplesmente eliminados. Quando a economia estava aquecida e grandes investimentos eram feitos também para cumprir a lei que exigia a nacionalização dos componentes, ninguém se importava muito com essa racionalização. Para cada emprego fechado abria-se outro em algum lugar. Para complicar ainda mais, veio a mecatrônica e vieram os robôs.

A fusão e a consolidação de empresas afins, que está acontecendo em um ritmo assustadoramente intenso nos últimos anos, tem seguido aquela mesma lógica da indústria automobilística. Invariavelmente, após a compra ou fusão dessas grandes empresas, vem a informação de que a reengenharia vai ocasionar a demissão de milhares de trabalhadores em todo o mundo. O fenômeno importante a se observar aqui e agora é que a grande concentração do capital está fragilizando ainda mais as relações entre o capital e o trabalho, com vantagens óbvias para o lado do capital.

A economia e as relações internacionais estão entrando numa situação de atividade em que a ditadura do grande capital tem um poder muito maior que órgãos regionais ou governos nacionais. Eles querem decidir até qual a remuneração merecida pelo seu capital e procuram trabalhar quase sem o risco natural das atividades econômicas. As empresas que adquiriram as grandes estatais de comunicações e energia elétrica no Brasil são exemplos marcantes dessa tendência. Compram, às vezes até com financiamento local dos próprios fundos que deveriam garantir seguridade social à classe trabalhadora, e logo começam o grande número de demissões. Esse é o chamado desemprego estrutural. Essa explicação, para o trabalhador desempregado, vale muito pouco.

A mais importante das tarefas de qualquer órgão público ou não-governamental que se dedica a contribuir com a melhora da empregabilidade do trabalhador ou com a criação de empregos formais ou informais, tradicionais ou novos, é tentar descobrir para onde apontam os paradigmas. Qual atividade econômica irá gerar emprego e de onde ele surgirá?

Quando Gutemberg teve a idéia revolucionária de criar "tipos" móveis e reutilizáveis no lugar da demorada xilografia dos textos, ele estava, sem qualquer má intenção, mandando os piedosos e esforçados frades copistas para o olho da rua ou para outras ocupações. Para os trabalhadores que fabricavam aquelas "indispensáveis" réguas de cálculo que saltavam dos bolsos de qualquer engenheiro há algumas décadas, não houve o que fazer nas modernas fábricas de calculadoras eletrônicas, tamanha foi a diferença entre uma fabricação e outra. Da mesma forma, a maioria dos funcionários que produziam aquelas geringonças esquisitas, hoje empilhadas pelos cantos dos escritórios ou das casas, chamadas estranhamente de máquinas de escrever, não foi preparada para mudar as ocupações de uma indústria essencialmente mecânica para soldar placas de circuito impresso e colar "chips" numa indústria essencialmente eletrônica. As mudanças foram tão drásticas e surpreendentes que nem os grandes fabricantes desses produtos conseguiram acompanhar a mudança e sucumbiram. Uma delas, a Olivetti, tentou uma adaptação tardia para a fabricação de computadores mas não houve mais tempo nem lastro tecnológico para acompanhar os que saíram na frente.

A dificuldade em identificar e localizar novos paradigmas tende a aumentar. A humanidade está entrando numa era que os estudiosos já chamam de "a era do conhecimento". Não que o acúmulo do conhecimento humano seja fenômeno recente. Quando o *Pitecantropus erectus* desenhou o primeiro bisão na parede da caverna e deixou para o seu descendente um conceito, ele estava iniciando todo o rico processo civilizatório da espécie humana, ou seja, o homem estava começando a somar aos seus conhecimentos empíricos os conhecimentos da geração anterior. E nunca mais parou. Para fazer crescer o volume desse conhecimento, foram precisos séculos. Pesquisas e simulações recentes informam que, para multiplicar por dois o volume do conhecimento humano, pela primeira vez, foram necessários 600 anos. Na segunda vez em que isso ocorreu, haviam se passado 90 anos. Estimam os estudiosos que, lá pelo ano de 2010, a humanidade levará apenas 18 minutos para fazer a mesma coisa! Se já é difícil imaginar como será viver numa sociedade que inventa uma coisa pela manhã que se torna obsoleta à tarde, imagine como será complicado achar os paradigmas do progresso tecnológico.

De onde vêm os investimentos produtivos?

Não é muito fácil detectar de onde vem um investimento externo. Tomamos conhecimento de algumas tendências do mercado mas é pouco para se ter certeza. O que a administração sabe é mais ou menos o que sabem todos os que estão atentos ao fenômeno. Geralmente, fica-se sabendo pelos meios de comunicação e, somente quando os próprios grupos decidem que está na hora de tornar a notícia pública, começam a pesquisa dos vários locais que preencham as definições do que a empresa determinou como localização ideal. O silêncio, quase sempre, faz parte da estratégia da empresa em seu projeto de expansão.

Para ser bem colocada nessa cogitação inicial, é importante que a imagem ou o conceito da cidade estejam bem. É preciso passar a imagem de uma cidade séria e ao mesmo tempo hospitaleira e confortável. Quando, certa vez, em viagem, declinamos o nome de nossa cidade, não nos sentimos muito bem quando alguém lembrou que tínhamos um prefeito que governava da cadeia. Um fato desses provoca um tremendo arranhão naquele conceito mas parece que superamos isso. Os publicitários concordam que é mais fácil construir-se um conceito a partir do nada do que reconstruir uma imagem danificada. Quando a administração é séria, tem vontade política para resolver problemas e propor soluções e fica atenta às necessidades de infra-estrutura urbana para abrigar novos empreendimentos, torna-se relativamente fácil a tarefa de construir e divulgar uma imagem positiva da cidade. Além disso, Rio Claro possui indicadores urbanos da melhor qualidade, sendo, portanto, um "produto" muito bem "vendável".

Esses indicadores que, nessa coletânea, serão examinados com detalhes por especialistas de cada setor são divulgados de várias formas: pela Internet, através de CDs, catálogos e fitas de vídeo em vários idiomas. Esse material de divulgação é enviado sempre que algum interessado se apresenta ou uma informação é solicitada e está sempre disponível nos eventos em que a cidade toma parte, como congressos, seminários, cursos etc. A cidade hoje é conhecida em todos os países do Mercosul por causa dessa divulgação e pela participação de membros da administração em reuniões temáticas da Rede de Mercocidades.

Algumas empresas e órgãos governamentais participam desse esforço para a localização de novos empreendimentos. A Cesp foi, durante longo tempo, excelente parceira na divulgação de Rio Claro e, é claro, sua região de distribuição. Essa empresa elaborava até ante-projetos de demanda de energia para os interessados. Não temos informação se esse tipo de serviço faz parte da política empresarial da Elektro, que é a atual distribuidora de energia em nossa região e sucessora da Cesp.

A Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia também, quando acionada, tem fornecido informações a interessados e tem proposto o nome de Rio Claro como uma das cidades paulistas que pleiteiam novos investimentos. Pelo menos era assim na gestão do Sr. Emerson Kapaz. Isto, entretanto, provocou uma competição entre cidades paulistas e deflagrou uma guerra fiscal na qual não tivemos muito interesse em participar.

O "caso" Samsung foi ilustrativo. Estivemos na disputa com mais cinco ou seis cidades, todas indicadas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, e fizemos tudo o que foi legalmente possível. Apesar da conhecida falta de terrenos planos disponíveis no município, conseguimos encontrar e declarar de utilidade pública uma área cuja topografia não iria requerer grandes movimentações de terra. Não foi o suficiente. Fomos "invadidos" por caravanas de executivos coreanos de alto nível, todos muito interessados em enriquecer o ativo fixo da empresa e, portanto, mais interessados nas vantagens fiscais que poderíamos oferecer. A Secretaria permaneceu atenta a todas as solicitações da empresa e, quando acreditávamos que estávamos oferecendo o suficiente e o possível, outras duas cidades, que já estavam no circuito, partiram para uma disputa agressiva e, celulares em punho, representantes de governos municipais que deveriam estar zelando pelo patrimônio de seus municípios foram superando todos os outros incentivos prometidos por outras cidades. Até hoje, a empresa, com problemas financeiros sérios na matriz, não se instalou em nenhuma das cidades que entraram nessa disputa. O caso Samsung mostra a volatilidade das iniciativas de se buscar investimentos internacionais.

Outro caso interessante, que não repercutiu muito por aqui, foi a decisão da Embraer de se instalar no interior de São Paulo e levar com ela um pequeno parque aeronáutico. Chegamos a visitar, com uma comissão de pilotos, na cidade de São Carlos, um ilustre professor de engenharia aeronáutica da USP. Era um dos idealizadores daquela companhia e poderia nos ajudar com a indicação de alguma empresa fornecedora. O Aeroclube de Rio Claro possui uma das mais respeitadas oficinas de manutenção de aeronaves homologadas pela Diretoria de Aviação Civil. Alguns pequenos aviões foram fabricados aqui em Rio Claro. Não seria muita aventura imaginar que temos um núcleo de tecnologia aeronáutica e seria extremamente fácil a qualificação de novos trabalhadores para um eventual fornecedor de peças para a Embraer. O pequeno município de Gavião Peixoto, sem nenhum empenho especial, foi escolhido. O discurso inicial do governo do estado falava na instalação de mais quatorze empresas parceiras do projeto, que passou a se chamar "Pólo Aeroespacial de Gavião Peixoto". Das empresas da lista, cinco já se instalaram em São José dos Campos. Além da Embraer, apenas a Kawasaki, multinacional japonesa, irá se instalar no pequeno município e irá gerar 60 empregos. Os órgãos e autoridades, que estiveram planejando dar apoio na qualificação de

mão-de-obra, tiveram que rever todo o estudo. Os que sonhavam especular com terras tiveram que moderar o apetite.

Um outro caminho que tentamos perseguir foi a indicação de uma lista não oficial de um considerável número de empresas da grande São Paulo, que tinham problemas sérios com a Companhia Estadual de Saneamento Básico e precisavam encarar os custos de uma adequação cara ou mudar para outras cidades. Esta lista continha um grande número de empresas e parecia uma boa indicação. Várias responderam ao nosso convite e vieram nos visitar. A primeira coisa que esses empresários queriam saber era se tínhamos terrenos para doar. Pensamos em contatar a Câmara Municipal para tentar alguma desapropriação mas, ao conhecer as empresas da lista, na prática, percebemos que eram quase todas altamente poluidoras e que estaríamos importando alguns poucos empregos e uma porção de problemas ambientais.

O estímulo ao investimento local

Se é difícil garimpar grandes investimentos fora da cidade e fora do país, porque não aproveitar esses recursos e essa energia para cuidar das empresas que já estão instaladas aqui? Quando as empresas sentem o chão firme ao seu redor, elas crescem mesmo onde estão e investem. Assim, é muito importante que o empresariado tenha confiança nas atitudes da Administração e confie nas pessoas envolvidas. A Secretaria, sempre que solicitada, deu toda a assistência possível às empresas da cidade que quiseram se expandir. Participamos de várias eleições sindicais e sempre mantivemos bom relacionamento com sindicalistas e empresários. Uma grande montadora de carros se estabeleceu discretamente na cidade através do arrendamento de uma metalúrgica, já era sua fornecedora. O relacionamento da administração com as empresas deverá ser examinado em outro volume por um empresário que viveu essa experiência.

O resultado dessa prioridade em se cuidar das empresas já estabelecidas resultou em investimentos que superaram em muito os investimentos alardeados pela Samsung. Deve ser o resultado da confiança mútua nessa parceria entre empresas sérias e um poder público ético.

Além das empresas já estabelecidas na cidade e das que vêm de outras cidades, existem outros empreendimentos que tomam curso independentemente de qualquer incentivo ou participação do poder público. São investimentos de quem acreditou numa idéia e sentiu alguma forma de firmeza no ambiente em que vive e possivelmente tenha conseguido um empréstimo do Banco do Povo ou do Proger. É sabido que as pequenas empresas têm um grande risco de sobrevida em seus primeiros anos de existência. Elas abrem

e algumas fecham. Pensei em tirar isso a limpo no balcão da Prefeitura. Toda empresa, mesmo a unidade econômica individual, que abre e fecha passa necessariamente por lá . O resultado, mais ou menos imaginado, foi satisfatório no sentido de contrariar a tendência nacional. O saldo de empresas sobreviventes foi bastante positivo.

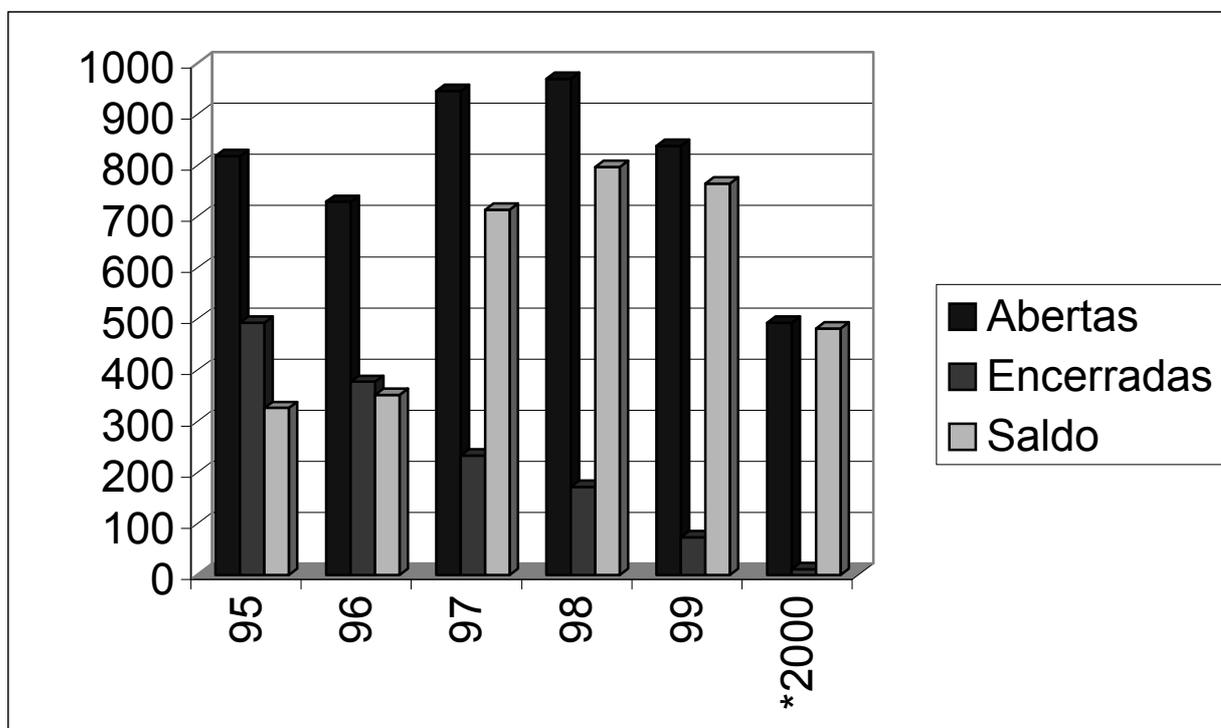
Empresas abertas e fechadas em Rio Claro do período.

	95	96	97	98	99	*2000
Abertas	818	729	946	969	838	492
Encerradas	492	377	233	172	73	11
Saldo	326	352	713	797	765	481

*até julho

Fonte : Registros do ISSQN

Em gráfico:



O incentivo local ao investimento: o Proderc

O Programa de Desenvolvimento Econômico de Rio Claro foi criado pela Lei 2629 de 29 de dezembro de 1993 e alterado pela Lei 2788 de 6 de dezembro de 1995. Segundo o próprio texto da Lei, tem por objetivos incentivar a instalação de novas empresas no município e oferecer condições para a expansão da atividade econômica das empresas aqui já instaladas.

A atual administração democratizou os benefícios da Lei, divulgou o programa e estendeu os seus benefícios a todas as empresas de Rio Claro. As empresas participantes do programa recebem subvenções econômicas equivalentes ao Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e Taxa pela Prestação de Serviços por, no máximo, três exercícios fiscais. A Prefeitura se compromete a fornecer equipamentos e mão-de-obra para os serviços iniciais de terraplanagem da obra.

Os recursos orçamentários para a consecução deveriam vir de um "Fundo Para o Desenvolvimento do Município de Rio Claro" que nunca foi regulamentado. Tem-se uma noção empírica de que tais incentivos acabam por retornar aos cofres municipais sob outras formas de impostos mas noção não é valor matemático. A composição desse fundo, na forma que a Lei determina, dá aos recursos do programa a sua exata composição e o seu valor em função do aumento do Valor Adicionado do Estado de São Paulo.

A regulamentação deste Fundo daria ao programa uma maior disciplina orçamentária e evitaria submetê-lo às disponibilidades correntes ou ao humor do Secretário de Finanças. Outra parte daquela lei que deveria ser mais elaborada é exatamente a contrapartida da geração de empregos e aumento real na participação do município na arrecadação do ICMS. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico não tem poder de polícia e esses dados ficam na dependência apenas da palavra e da consciência cidadã do empresário envolvido.

Ver em anexos a lista das empresas beneficiadas com o número de empregos anunciados.

Alguns casos sérios

Essa administração municipal não teve nada a ver com as históricas falências da Gurgel ou da Alfa, mesmo porque elas já haviam acontecido quando assumimos e não havia muito a fazer. A Secretaria deu e está dando a assistência possível aos trabalhadores mas não houve tempo para fazer alguma coisa contra o fechamento de seus postos de trabalho.

No caso da Alfa, corremos contra o tempo para tentar auxiliar na montagem de uma empresa autogerida. Trouxemos os maiores

especialistas nesse tipo de empresas, que saíram com sucesso da situação falimentar para a de relativa estabilidade. Em casos semelhantes, os únicos ativos que os trabalhadores dessas empresas possuem são os direitos trabalhistas vencidos e muita vontade de defender o emprego. Com o esforço e a dedicação de todos os envolvidos e sob o regime de autogestão, muitas empresas conseguiram sair de uma situação de aparente insolvência. Organizamos reuniões entre a diretoria da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão com os trabalhadores da Alfa e o Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira, mas não houve a fundamental adesão de todos os envolvidos. Os detentores da massa falida, na ocasião, não quiseram conversar sobre a transferência da posse da empresa para o conjunto dos trabalhadores. Não entregaram os anéis e acabaram perdendo os anéis e os dedos. A necessidade de solução mais imediata falou mais alto e não houve clima para se estruturar uma empresa de autogestão. Alguns funcionários da Alfa, que trabalhavam na administração, na engenharia e no departamento de vendas se associaram e deram origem a uma nova empresa. A nova empresa aproveitou-se, inteligentemente, do know-how acumulado e do mercado existente e já nasceu em franco desenvolvimento. Essa empresa foi assessorada e incentivada pela Secretaria com os benefícios da Lei do Proderc.

No caso da Gurgel, a Secretaria apenas se limitou a dar assistência para o leilão da massa falida e não houve tempo hábil para se tentar outro tipo de ajuda. Tanto os trabalhadores da Alfa como os da Gurgel tiveram acesso aos cursos de requalificação patrocinados com os recursos do FAT.

Outro caso sério

Há um problema sério de escassez de terra plana para indústria em Rio Claro. Segundo o conhecido "brazilianist" Warren Dean, que esteve por estas plagas lá pelo final dos anos 60, o traçado das divisas entre as cidades, apesar de seguir uma certa lógica geográfica e política, era constantemente alterado em função de modificações nas composições políticas. Os fazendeiros que se encontravam na oposição à política local convenciam os legisladores provinciais a modificar divisão administrativa de modo que suas propriedades passassem a fazer parte de municípios vizinhos, livrando-se, dessa forma, do "constrangimento" de dever reverência a inimigos políticos. Desde os primórdios, portanto, a política de Rio Claro esteve na mão dos fazendeiros (pág. 36).

Na última modificação das linhas divisórias com as cidades limítrofes que se tornaram independentes, a cidade perdeu uma extensão de terra desproporcional às populações desmembradas. Supomos que as lideranças locais não estavam muito atentas à

época. O fato é que sobram poucas extensões de terra para grandes áreas e para distritos industriais por aqui. As movimentações de grandes quantidades de terra tornam o preço da construção muito alto. Uma indústria de revestimento, por exemplo, pelo próprio "lay-out" da linha de produção precisa de grande extensão de terreno plano. Os eventuais interessados querem se localizar ao longo das rodovias e em terrenos planos e nessas áreas não há muita disponibilidade. Pelo menos, ao que conhecemos, uma indústria cerâmica deixou de se instalar em Rio Claro por esse motivo.

As primeiras coisas primeiro: A Comissão Municipal de Emprego

Ao pesquisar meios e ferramentas disponíveis para uma ação positiva para interferir nos problemas de falta de investimento produtivo ou no investimento pesado em tecnologia que acabam, em ambos os casos, provocando desemprego, descobre-se que existem caminhos institucionais a percorrer. Todos os programas do governo estadual e federal que tratam de ações de geração de emprego e renda pressupõem a existência de Comissões de Emprego. Essas comissões existem nos três níveis de governo. São tripartites em todos eles e seguem, para tanto, a recomendação da Organização Internacional do Trabalho.

As missões são basicamente as mesmas, com exceção da comissão nacional que participa do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), que tem também a tarefa de aprovar os destinos desses recursos. Como se trata de uma atribuição estrategicamente fundamental para cada Confederação, a participação de cada uma das três mais importantes centrais na bancada dos trabalhadores acontece em sistema de rodízio.

As Com-emprego são, portanto, instâncias colegiadas de caráter permanente e deliberativo, com composição paritária e tripartite, cuja finalidade básica é participar da implantação de um Sistema Público de Emprego. São permanentes porque seus objetivos não mudam, apesar das alternâncias de poder que ocorrem no âmbito do governo municipal e nas entidades que a compõem. É um órgão deliberativo porque aprova as políticas e programas financiados com recursos do FAT.

Desse Sistema Público do Emprego, ainda em fase de implantação, fazem parte: o Seguro Desemprego, Programa de Intermediação de Mão-de-Obra, Programa de Qualificação e Requalificação Profissional, Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa de Crédito Produtivo Popular – Banco do Povo.

O papel fundamental dessas comissões, que têm em seus quadros representantes dos empregadores, dos sindicatos e do governo, é o de servir de base para a implantação do Sistema Público de Emprego e prover acesso pelos trabalhadores da cidade a todos aqueles programas mencionados e já em funcionamento. Para implantar e administrar tais programas, é imprescindível que primeiro os membros dessa comissão conheçam seu funcionamento. Parece óbvio mas muitas das comissões criadas estão inativas pela falta desse conhecimento.

Das Comissões, espera-se que sejam fóruns de discussão e de análise dos problemas do mercado de trabalho, suas tendências, alternativas e prioridades. Que deliberem, acompanhem, fiscalizem e avaliem os programas realizados com recursos do FAT. Que acompanhem, avaliem e aperfeiçoem os programas da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) e do Plano de formação de mão de Obra do Ministério do Trabalho (Planfor).

O PAT-SINE

Uma das primeiras ações da Comissão Municipal do Emprego sob a nossa presidência foi a reformulação do convênio entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, alterando a sua categoria. Ato contínuo, começamos a pleitear a modernização do Posto de Atendimento ao Trabalhador e do Sistema Nacional de Emprego. Não foi simplesmente uma mudança de nome e de endereços. É claro que mudamos para um lugar mais espaçoso e moderno, mas a mudança mais profunda foi que também ali conseguimos transformar favores em direitos. Toda a decoração foi planejada para fazer com que o trabalhador desempregado que procure o Posto sinta-se confortável e respeitado e, ao ser atendido por funcionários treinados e competentes, sinta-se no pleno exercício de um direito de cidadão. Apoiados por uma moderna rede de computadores e "plugados" nos dados de todos os outros Postos, os funcionários estão sempre prontos a dar a melhor informação sobre empregos, empregados, cursos, seguro-desemprego e outros programas.

Os móveis e equipamentos também foram comprados pela SERT com recursos do FAT. A Prefeitura entrou com o espaço físico, telefones e com todos os funcionários, com exceção do Chefe do Posto e de um auxiliar de serviços gerais. São servidores públicos extremamente motivados e competentes. A participação desses funcionários em todas as etapas do sistema de emprego torna o trabalho extremamente facilitado para a Comissão. Os que ainda acham que o antigo posto de atendimento apenas mudou de endereço são convidados a fazer uma visita ao PAT para descobrir

como é possível manter-se um serviço público de emprego da melhor qualidade.

Melhorando a empregabilidade

Uma das principais ações deste Sistema Público de Emprego e que nós perseguimos incessantemente foi o interessante e valioso plano de reciclagem da mão de obra no Brasil, que está disponível para todo o país quando se tem a Com-Emprego. O FAT, como é conhecido, é um fundo público constituído com recursos financeiros captados do próprio salário do trabalhador empregado e é, ou pelo menos deveria ser, gerido pelas partes interessadas. Na parte da captação de recursos, o fundo foi um sucesso. Conseguiu-se captar mais de 9 bilhões de reais, que se encontram perigosamente em Brasília, sujeitos às mais estranhas vicissitudes da política financeira do governo e ao sabor de acirradas disputas entre as várias confederações que se revezam anualmente na presidência do Conselho. É claro que um fundo de tal envergadura em Brasília sempre representará uma tentação para todas as outras pastas, servindo de financiador de projetos que nem sempre têm a ver com emprego e renda do trabalhador brasileiro. Um dos clássicos desvios de função foi o de financiar a venda de estatais para o capital privado. A maioria dessas empresas demitiu grande número de trabalhadores e fechou grande número de postos de trabalho. Como é uma conta que sempre está positiva, seus recursos são usados para socorrer várias contas negativas.

O FAT foi criado com a finalidade de financiar projetos que tenham como objetivo principal a empregabilidade do trabalhador brasileiro. O direcionamento dos investimentos do FAT é decidido de forma tripartite por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores através das confederações sindicais. O CONDEFAT determina a direção dos investimentos em qualificação e requalificação de categorias que estão em risco de perder o emprego, assim como decide, pelo menos teoricamente, sobre investimentos em qualquer projeto passível de gerar emprego e renda.

Quem não se qualifica sai do mercado

Uma das formas de se tentar manter a empregabilidade do trabalhador de Rio Claro, quer se encontre empregado, desempregado ou em qualquer outra das situações previstas pelos que fazem as estatísticas do emprego, é a qualificação ou a requalificação profissional.

Aquela função observatório mencionada anteriormente é exercida pela Comissão Municipal de Emprego de Rio Claro. Desde sua criação, ela vem realizando ações com o propósito de melhorar a qualificação os trabalhadores de nosso Município.

Cadastramos uma variedade grande de entidades, empresas e cooperativas de ensino e treinamento para prestarem este serviço. Os cursos fazem parte do PMQ que sempre é montado no ano anterior. Para a seleção desses cursos e das entidades que irão ministrá-los, a comissão se vale, além do senso comum, de alguns recursos de pesquisa. O balcão de empregos do PAT é uma fonte importante de informações. O perfil econômico e profissional dos clientes do Banco do Povo é outra fonte permanente de orientações sobre quais mercados estão em declínio e quais mercados estão em crescimento. Os próprios participantes da Comissão têm suas próprias informações sobre o problema, pois, com já vimos, ela é composta por empregadores, através de sindicatos patronais, e por trabalhadores, também através dos sindicatos das várias categorias.

No ano de 1998, no seu início portanto, a COM-EMPREGO conseguiu através dos recursos do FAT, qualificar 24 pessoas com o Curso de Costura Industrial, ministrado pelo SENAI. Na realidade, havíamos solicitado um curso para mecânicos de manutenção de máquinas de costura industrial. Essa era a demanda unânime entre as várias confecções e facionistas da cidade. Não havia um curso montado para aquele fim e portanto, aceitamos o curso de costureiras.

Articulamos um movimento entre as várias Com Emprego das cidades vizinhas e conseguimos sensibilizar a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho para que as necessidades de cada município do interior fossem levadas em consideração na hora de planejar os cursos e para que se tentasse evitar o que houve com o curso de costura.

Mudanças bem vindas ocorreram na execução do execução do Programa Estadual de Qualificação no ano 2000. Apareceu a figura do município e um novo termo começou a surgir no programa: o Plano Municipal de Qualificação Profissional. Por esse programa reserva-se aos municípios, ou seja, às Com Emprego, uma porcentagem de todos os recursos, continuando as confederações e as Comissões Estaduais com uma parte adequada das verbas.

Em 2000 a COM EMPREGO solicitou 19 cursos e qualificou 1.000 pessoas. Em 2001 solicitou 40 cursos para qualificar 1.240 pessoas. Em 2002 solicitou 51 cursos para qualificar 1.240 pessoas.

As inscrições e as seleções dos alunos agora são feitas diretamente nos PATs e os cursos são sempre planejados e solicitados no ano anterior, e fazem parte do Plano Municipal de Qualificação.

Só para finalizar, lembramos que as metas de qualificação de todo o Estado estão sempre de conformidade com as determinações do CODEFAT e destinam-se para quatro grupos-alvo da população: trabalhadores desocupados; pequenos e micros produtores urbanos e rurais; trabalhadores sob risco de desocupação e trabalhadores autônomos.

Vários cursos foram realizados por alguns sindicatos em Rio Claro e com recursos do FAT. Uma outra forma de se viabilizar a realização desses cursos é a solicitação deles diretamente ao Codefat, via federação. Lembramos que parte dos recursos para treinamento é reservada para esse procedimento. As Com Emprego não participam desta seleção e a escolha dos cursos é mais ou menos aleatória e de responsabilidade das Confederações. O que a Comissão observa nessas escolhas, com preocupação, é que elas acabam por recair em cursos de pouca praticidade. Cursos do tipo "Noções de Inglês" ou "Espanhol para Exportação" em 30 dias não têm muita consequência para a empregabilidade do trabalhador. As festas de formatura costumam fazer mais sucesso e absorver a maior parte do custo destinado ao curso.

O Proger

Dentro da lista de políticas ativas de emprego, isto é, das políticas que visam a aumentar o número de postos de trabalho ou aumentar as chances de o cidadão conseguir ou manter um emprego, está o Proger – Programa de Geração de Emprego e Renda, que foi instituído em 1994 pelo Ministério do Trabalho em parceria com o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Sua finalidade é promover ações que gerem emprego e renda, concedendo linhas especiais de crédito a setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro. São clientes alvo: as micro e pequenas empresas, as cooperativas ou qualquer outro tipo de associação de economia solidária, além de iniciativas individuais de empreendedorismo, o que é próprio da economia informal.

Na época da implantação, era um pouco difícil convencer alguns gerentes de bancos das vantagens dos programas sociais. Por ser um programa de baixa remuneração e riscos relativamente altos para as entidades financeiras, alguns gerentes simplesmente o ignoraram. Todos os projetos de financiamento que passaram pela Com-Emprego tiveram desfecho satisfatório. O viés social da atuação da Comissão fez com que a resposta dos credores fosse altamente positiva. Mesmo assim, tivemos muitas dificuldades com a agência central do Banco do Brasil. A cada mudança na gerência, renovavam-se as esperanças em mais um café da manhã oferecido para mais um lançamento do Programa. Felizmente, a agência Santana e mais outras tantas pelo

Brasil afóra compreenderam o papel das comissões municipais e o programa é um sucesso nacional. Alguns gerentes, como o da cidade de Americana, por exemplo, vestiram a camisa e são membros da comissão. Neste caso, o volume de operação com o Proger é bem mais alto.

Hoje, felizmente, o programa está com um excelente desempenho em todo o Estado, totalizando um volume de R\$ 258.224.402,50 de aplicações do Banco do Brasil e R\$ 144.573.514,11 de aplicações da Caixa Econômica Federal. O número total de empregos criados no estado com esses financiamentos é de 61.852. O montante das operações atuais nas duas agências do Banco do Brasil em Rio Claro é de aproximadamente R\$ 400.000,00, o que deve estar gerando ou mantendo cerca de 200 empregos.

O Fundo de Amparo ao Empreendedor Rio-clarense

Os rumos tomados pela orientação neoliberal da política econômica do governo federal, a política de abertura de importações e a chamada globalização suscitarão uma necessidade urgente de adaptações a um modelo produtivo extremamente competitivo. Essas mudanças, além de produzirem algumas falências em Rio Claro (Gurgel e Alfa, por ex.) e induzirem um aumento no desemprego estrutural causado pela racionalização dos custos de produção, provocaram também o surgimento de uma nova categoria de excluídos: Os "sem-crédito". Embora sejam agentes econômicos de pequeno significado isoladamente, quando considerados em relação à participação no PIB e na geração de emprego e renda, são extremamente importantes. Quase 60% das ocupações existentes são proporcionadas por pequenos e médios empreendedores.

O aumento generalizado da inadimplência e a redução dos ganhos inflacionários talvez sejam responsáveis pelo fato de os bancos comerciais se tornarem tão exageradamente seletivos com relação aos pequenos tomadores de crédito. Se os mesmos critérios fossem adotados para as próprias instituições financeiras, talvez o tesouro nacional tivesse economizado as grandes somas queimadas com os vários bancos que são liquidados de vez em quando. Os bancos tradicionais, também eles às voltas com suas próprias reengenharias, acabam por preferir grandes e, supostamente, mais sólidos tomadores de empréstimos a pulverizarem recursos entre os pequenos empreendedores, que, entre os supostos riscos, têm a tradicional estatística da pouca chance de sobrevivência.

Os ambientes de arquitetura suntuosa em mármore e vidro em que se converteram os grandes bancos, além do gosto discutível, não costumam deixar os pequenos empreendedores muito à vontade. Estes, na maioria lançados na informalidade, quase sempre sem referências cadastrais ou com poucas garantias reais, se afastam dos

caminhos comuns do processo de financiamento. Uma considerável quantidade de empreendimentos fica excluída das vantagens que o crédito pode proporcionar. Na maioria das vezes, eles procuram alternativas menos ortodoxas, como agiotas ou parentes que acabam por enriquecer as estatísticas de fracasso. Daí decorre um problema social sério, pois, na atual conjuntura de empregos, abrir um pequeno negócio tornou-se, para muitos, a única opção de trabalho e renda. Os grandes bancos, entretanto, não estão preocupados com indicadores sociais. Estão preocupados em manter a alta lucratividade que são praticamente "obrigados" a ter pela legislação brasileira.

A idéia do micro-crédito surgiu inicialmente da experiência bem sucedida em Bangladesh com o Graamen Bank. Pequenas quantias, emprestadas a pessoas de baixo poder aquisitivo envolvidas em algum tipo de atividade que gerasse algum sobrevalor, retornavam ao banco sem atraso e sem problemas. A inadimplência era mínima e os clientes sempre voltavam para novos empréstimos. Vários governos e entidades mundiais resolveram adotar a experiência e ela continuou a dar resultados positivos. Desde a Bolívia até Nova York, prefeituras, governos e entidades já haviam testado a viabilidade do projeto. No Brasil, a grande experiência pioneira foi o Banco do Povo de Porto Alegre, que se tornou o grande laboratório de onde tem saído importante consultoria sobre a tecnologia da nova atividade financeira. A grande revelação dessa experiência foi a de que os atores sociais, empreendedores de baixa renda, outrora marginalizados do processo financeiro, quando colocados nesse novo intercâmbio com a sociedade, têm cumprido fielmente seu papel – principalmente as mulheres, deve-se salientar. Embora não fossem pensados para serem bancos de algum movimento de emancipação feminina, as mulheres têm participação decisiva e às vezes majoritária no funcionamento da maioria dos bancos bem sucedidos.

Para montar uma instituição semelhante em Rio Claro, estivemos em vários cursos e seminários organizados sobre o assunto, inclusive no BNDES, no Porto Sol de Porto Alegre, e mantivemos contato constante com os principais empreendimentos que se encontravam em patamares distintos de organização. O de Porto Alegre, já em funcionamento, nos forneceu o retrato acabado da instituição e as bases para a elaboração de nossos estatutos. O FAEP de Juiz de Fora, recém-inaugurado, informou-nos muito sobre as relações entre o Banco, a Caixa Econômica Federal e os detentores dos fundos colocados à disposição para empréstimos. O FAERJ, de São José dos Campos, prestes a ser inaugurado na época, contribuiu com várias informações importantes, e até mesmo, também, o Banco da Rocinha, que é um empreendimento privado e apoiado principalmente pelo grupo FININVEST, propriedade do Sr. Enzo Berlusconi, primeiro ministro italiano e um dos ferozes representantes da extrema direita daquele país, o que nos deu a certeza de que o microcrédito seria viável quanto à rentabilidade necessária à manutenção dos fundos aplicados. A estranha ironia

dessa aventura da empresa de Berlusconi é que essas iniciativas sempre estiveram ligadas a governos progressistas de esquerda.

Sentindo a força crescente dessa idéia, organizamos em Rio Claro, em fevereiro de 1998, o primeiro Fórum Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, em que foram examinadas e debatidas todas as experiências brasileiras sobre instituições comunitárias de crédito. O bem-sucedido seminário sobre crédito produtivo popular contou com o apoio decisivo do Sebrae.

Trouxemos para um debate ao vivo e conclusivo todos os representantes daqueles Bancos instalados ou em vias de instalação para discutir e sistematizar os procedimentos e métodos a serem aplicados no funcionamento de uma instituição desse tipo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é responsável pelo aporte de recursos do FAT para os fundos operarem, também esteve presente através de sua diretoria de programas sociais. O Banco do Nordeste, entusiasta do crédito popular naquela região, foi representado pela diretoria de microcréditos. O BRB de Brasília esteve presente e trouxe vasto material informativo. A diretoria do Porto Sol, de Porto Alegre, enviou a Sra. Evandra Kwitko, uma das maiores autoridades em microcrédito no Brasil. O Governo do Estado compareceu com toda a equipe envolvida no projeto em âmbito estadual. O Prof. Walter Barelli, Secretário do Emprego e Relações do Trabalho, presença de destaque no Seminário, confessa, na inauguração da instituição em Rio Claro, ter sido este seminário de fundamental importância para a formatação final do Banco do Povo Paulista.

Ver em "anexos" o regimento interno da primeira concepção de banco de microcréditos de Rio Claro.

O Banco do Povo

A decisão de optar pelo convênio com o Governo do Estado e de desenvolver o projeto provou ser acertada. A existência e o funcionamento da Comissão Municipal do Emprego, condição "sine qua non" para concretizar o convênio, não só tornou possível a própria vinda do banco, como facilitou muito, a montagem do Comitê de Crédito. Pela proximidade de objetivos e pela proximidade física, foram tirados daquela comissão os nomes que iriam formar o primeiro comitê. Restou apenas incluir o representante da Nossa Caixa, presença obrigatória nas reuniões de aprovação de crédito.

Apesar de os recursos do fundo terem a mesma origem, ou seja, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, via BNDES, o Governo do Estado faz o pagamento de sua remuneração de 9% a.a. Isso significa que não teríamos que remunerar o capital aportado que passa a vir através do Governo do Estado e da Prefeitura. A grande diferença é que poderíamos estar fazendo empréstimos a 1% ao mês,

ao invés dos 3% ou 3,5% que tínhamos que cobrar com fundos de outras fontes.

Já havíamos encaminhado e obtido a luz verde do BNDES para os nossos estatutos e para a constituição do nosso capital quando o Banco do Povo do Estado nos proporcionou o convênio. Foi uma correção estratégica de rumos. Coube a nós, pelo convênio, a disponibilização do prédio, dos móveis, dos computadores, dos funcionários e de 10% do fundo principal a ser emprestado. Ao Governo do Estado coube, além dos 90% do fundo disponível, também o treinamento dos agentes de crédito e o acompanhamento financeiro das aplicações.

A semelhança de propósitos entre as instituições envolvidas fica evidenciada por vários fatores, dentre os quais poder-se-ia destacar o treinamento dos agentes de crédito que vão operar a carteira de empréstimos do Banco que foi realizado pela Sra. Evanda Kwitko, uma das criadoras e atual conselheira do Porto Sol de Porto Alegre e a própria filosofia operacional da instituição.

Existiam em Rio Claro, à época do início do projeto, 3.744 pequenas empresas registradas e cerca de 1.500 pequenos empreendimentos informais. Abrir um pequeno negócio tornava-se para muitos um exercício natural do talento e da necessidade que o homem tem de empreender, mas, para alguns, esta era a única alternativa possível de uma atividade econômica de sobrevivência.

Apesar de ser o que mais depressa se adapta às alterações conjunturais, o pequeno empreendimento tem também um considerável grau de fragilidade: 80% dos pequenos negócios morrem antes de completar um ano de existência. O sistema convencional de crédito não estava viabilizando o acesso ao crédito a esse segmento, embora o crédito seja sempre eleito como um dos principais problemas de sobrevivência.

Os programas do governo federal criados para disponibilizar créditos para as pequenas empresas, como o Proger, eram relutantemente apresentados, e o excesso de burocracia, as exigências de garantias reais, a demora no repasse dos recursos e o tratamento inadequado às características desses clientes inviabilizam o acesso de um grande número de pequenos empreendedores. Este segmento é importante demais para a comunidade para ser abandonado à sua própria sorte. Quando se avalia o número de pessoas que trabalham no setor, o número de pessoas que aprendem uma profissão nessas empresas familiares, a receita que elas geram, a rápida e efetiva criação de empregos, a melhoria da renda familiar, não sobra nenhuma dúvida sobre a necessidade de se assistir esses cidadãos. Além disso, por ser de natureza tipicamente familiar, o pequeno empreendimento melhora a auto-estima dos membros, melhora a interação entre eles e aumenta a coesão social no seio do grupo familiar.

Por tudo isto é que lutamos pela criação de uma instituição de crédito voltada para o segmento dos pequenos empreendedores com

o objetivo de facilitar seu crescimento e sua consolidação. Além disso, é preciso levar-se em conta o efeito cascata que esse volume de recursos injetado no comércio rio-clarense provocou. As demandas dos pequenos empreendedores são de natureza simples e, na maioria das vezes, supridas pelo próprio comércio e indústria locais. Isso deve, com certeza, ter contribuído para o crescimento da oferta de empregos no comércio rio-clarense.

Esta instituição financeira tem sido um instrumento de caráter local e comunitário que deverá estar enraizada nos bairros em que os agentes econômicos pretendem agir. Não é paternalista e tem grande peso na elaboração da consciência cidadã. É profissional e comunitária ao mesmo tempo. O processo de concessão do crédito estará baseado mais numa relação de confiança entre a instituição e o tomador. Pode-se até substituir a garantia real pela garantia solidária. Isto significa que grupos solidários de 4 a 7 empreendedores podem ser formados para obter um empréstimo feito por qualquer um de seus membros.

O grande diferencial desta instituição é que ela é um banco de agentes e não de agências. O banco vai até onde o povo está. A instituição vai ao cliente por meio de seus agentes de crédito. É uma estratégia arrojada de marketing que negocia o crédito diretamente na casa do tomador. Se não fosse a maioria feminina entre os tomadores e os agentes, poder-se-ia dizer que os negócios e as conversas acontecem bigode a bigode. O objetivo final desta iniciativa foi alcançado: contribuir para um desenvolvimento econômico justo e um bem-estar social equilibrado de Rio Claro.

Banco feminino plural

O Banco do Povo não foi pensado para ser um banco feminino, mas as mulheres vão chegando, inteirando-se das coisas de que precisam e vão tomando conta. Uma diretora do Porto Sol já havia "alertado" para o fenômeno. Acreditei inicialmente que poderia ser por causa do Centro Ana Terra que precedeu e participa daquela instituição e deveria ser um banco da mulher, mas, por uma razão que a Sociologia um dia explicará, o fenômeno se repete em Rio Claro e em quase todos os bancos de micro créditos. Também para o avalista a história se repete. O BRB de Brasília costuma comentar em "off" que o melhor avalista de um cidadão é sua sogra.

(atenção revisão: aqui vai uma pizza sobre o assunto)

Para o Banco do Povo não há necessidade de o empreendimento ser formalizado. Se for um negocio bem administrado, o único caminho a ser seguido é no sentido da formalidade.

(aqui vai outra pizza)

Posição relativa do Banco do Povo de Rio Claro entre os 4 primeiro colocados no estado em volume de empréstimos concedidos. São, hoje, 151 unidades em funcionamento em todo o Estado.

Cidade	Início	População	Agentes	Processos	Valor
1-Matão	19/5/00	72	2	725	2.048.659
2-Piracicaba	21/5/99	329	3	672	1.778.837
3-Limeira	3/11/99	249	4	416	1.503.026
4-Rio Claro	3/11/99	168	1	483	1.360.000

Obs: Notem que o volume de empréstimos continua alto apesar da redução do número de agentes de crédito disponíveis.

Volume de atendimento

(Atenção ver gráfico de linhas correspondente na pasta 5 do Excel)

??????????????

* * *

Programa Jovem Cidadão - Meu Primeiro Trabalho

Quando o jovem está em idade de ingressar no mercado de trabalho, depara com o paradoxo da exigência de alguma experiência anterior. Se não lhe é dada a primeira oportunidade, como poderá adquirir experiência? Baseando-se sobretudo nesse dilema e também com o propósito de proteger o jovem em situação de risco social, o Governo do Estado de São Paulo, através das Secretarias do Emprego e Relações do Trabalho, de Ciência Tecnologia e da Educação, com decisivo apoio da iniciativa privada, montou esse programa de alto alcance na empregabilidade de jovens estudantes de baixa renda na

faixa etária que vai dos 16 aos 21 anos. É preciso que o interessado esteja matriculado em qualquer escola estadual de ensino médio, em curso profissionalizante ou não. Os jovens não devem estar com a carteira assinada para participar do processo, não havendo qualquer vínculo empregatício.

O programa oferece estágio remunerado de seis meses em empresas privadas que tenham algum interesse na contratação desses jovens e que se encontrem nas imediações da escola em que estudem. O salário desse estagiário é rateado entre a empresa que o contrata e o Governo do Estado. O valor mínimo da bolsa-auxílio para carga horária de quatro horas/dia é de R\$ 130,00, sendo que o Governo do Estado paga R\$ 65,00 desse valor, além de garantir seguro de vida e de acidentes pessoais. Para uma carga horária diária de 6 horas, o valor sobe para R\$ 195,00 (tendo a empresa que arcar com R\$ 130,00). Também será pago, por parte da empresa, vale-transporte, quando necessário.

Surgiram alguns problemas com as zelosas autoridades da Justiça do Trabalho. Eles acreditam que não se devem aceitar para estágio as vagas que não se destinem a alunos de cursos não profissionalizantes.

Estivemos, em comissão, na Delegacia Regional do Trabalho em Campinas, de onde trouxemos todas as orientações necessárias à adequação do projeto às leis trabalhistas. Acreditamos que, com o espírito da chamada flexibilização das leis trabalhistas, o programa não deva ter mais problemas com o Judiciário. É preciso apontar caminhos para os jovens em situação de risco.

Trata-se de um programa de grande alcance social e que precisa voltar para a pauta de preocupações da administração. Mais do que apenas profissionalizante, este programa tem caráter educativo com grande influência na auto-estima dos interessados. O programa já registrou mais de 117 mil alunos e beneficiou 22 mil jovens. O número de empresas cadastradas é de 6.900 entre pequenas empresas e multinacionais que se preocupam com o problema.

A globalização

Quando os Fenícios lançaram ao mar aquelas geringonças feitas com feixes de capim amarrados e tentaram atravessar o Mediterrâneo, eles não só estavam incrementando o comércio mundial como também estavam inventando a globalização. O fenômeno não é recente. E tem crescido tanto quanto a economia mundial da qual é efeito e causa. Não adianta ter o que vender se não temos para quem vender. É o chamado mercado físico. Se ele não é grande o suficiente dentro das próprias fronteiras, nada mais natural que o busquemos fora delas. Quando Hagar, aquele

personagem viking da tirinha cômica da Folha, promete à sua querida Helga que vai trazer pizzas da Itália e sedas de Veneza, ele está pondo a globalização em prática. A própria Veneza foi construída na laguna para facilitar o intercâmbio com o mundo e, é claro, se proteger das possíveis invasões também de alguma forma globalizadas. Vasco da Gama foi um grande globalizador e, de certa forma, Cabral primeiro e as grandes expedições colonizadoras inseriram o Brasil na economia global.

Fomos criados sob a égide do mercado global. Todas as decisões sobre os rumos da economia brasileira foram tomadas em função da exportação. Os produtos dos vários ciclos, o do pau-brasil primeiro, depois o açúcar, o ouro e o café sempre destinados ao mercado externo. Essa produção de produtos tropicais destinados à exportação inclusive retardou em muito a integração do mercado interno brasileiro. No séc. XIX o porto de Belém exportava borracha para o mundo e muito pouco para o Sul do próprio país. A Bahia fazia o mesmo com o cacau e o Centro Sul com o café. O Brasil só se comunicava em transportes por navegação de cabotagem.

Um sintoma dessa participação no mercado global é o fato de começarmos a pagar o preço dessa inserção quando fomos torpedeados por submarinos alemães na costa brasileira. Por sermos fornecedores globais de commodities, o país teve que entrar em guerra. Construímos a Usina Siderúrgica de Volta Redonda, passo importante para a infra-estrutura da nossa industrialização com o apoio dos Estados Unidos para sermos alternativa para a produção de material bélico pesado. Perdemos uma boa oportunidade de inserção mais firme no mercado mundial nessa ocasião. Todas as economias dos países ocidentais estavam envolvidos com os esforços de guerra. Não havia muito o que importar lá de fora. Tínhamos que desenvolver o parque industrial brasileiro com a máxima urgência.

Temos apenas um planeta. A afirmação de que a globalização é inexorável é apenas uma redundância. Sempre fomos globalizados. Não se consegue dar as costas para o mundo e é absurdo não se aproveitar de todas as conquistas do homem. Muitas delas nós ajudamos a construir. É possível integrar-se à economia globalizada sem desintegrar a economia nacional, mas são necessárias atitudes políticas ousadas e muita cautela com aquela concentração do grande capital já mencionada anteriormente.

Uma parte do mundo está sofrendo as conseqüências da grande concentração monopolista das empresas transnacionais e as tresloucadas decisões de investimentos de megacapitalistas que são essencialmente amorais e aéticas. O mundo precisa tomar atitudes políticas ousadas e usar os mecanismos de pressão dos direitos humanos para instituir e legalizar, a nível global, o direito à dignidade e à vida. Só para ilustrar o perigo da ditadura do capital, lembramos a força descomunal do megainvestidor George Soros (ex-patrão de Armínio Fraga do BACEN) que sozinho quebrou a Malásia e provocou

a morte, por inanição, de milhares de crianças numa ação que poderia ser considerada juridicamente como genocídio.

De qual mercado falamos, Mr. Smith ?

O mercado, muitas vezes usado como a explicação mais fácil para a racionalização de custos, está longe de ser uma entidade de funcionamento perfeito. Ele pode ser manipulado hoje de formas das mais sofisticadas. A oferta e a procura já não são leis levadas a sério. É só analisar as receitas repassadas pelo Fundo Monetário Internacional para os países em vias de desenvolvimento ou de economias periféricas e lembrar que nenhuma das amargas receitas é jamais seguida por quem as fornece. O remédio mais comumente receitado sempre resulta em recessão.

Ora, o que é, na prática, uma recessão? É a queda da atividade econômica e tudo o que disso resultar. É a necessidade de vender a qualquer preço, pois o excesso da oferta derruba e diminui o poder de barganha de quem produz. Daí o aviltamento ainda maior da renda de empresas que estão longe de estar no ponto ideal de lucratividade. O salário é o primeiro a sofrer esse aviltamento – e notem que, no caso brasileiro, já está entre os mais baixos do mundo.

Assim, o par de calçados produzido em Franca é exportado para os Estados Unidos, isento de impostos, com preço FOB de US\$ 5,00. O mesmo par de calçados é vendido na Rua 46, em Nova York, por US\$ 60,00. Os cofres do Estado de Nova York arrecadam em impostos estaduais de vendas algo em torno de US\$ 5,00 (8% sobre o preço de venda), o mesmo valor recebido pelo produtor de Franca e sem nenhum investimento. Essa simples transação gera e agrega para a economia americana uma poupança interna próxima de US\$ 50.

Não é só o Brasil que sofre com o fato de o mercado estar na mão dos compradores internacionais ou "global players". A mesma análise vale para quase todos os produtos em que os países em desenvolvimento conseguem alguma competitividade. O teclado mais comum de um computador, por exemplo, é exportado pela Tailândia por cerca de US\$ 0,40 e chega a ser vendido nos balcões de Miami por US\$ 12,00. De qual mercado falava Adam Smith?

O preço do metro quadrado de revestimento tipo exportação de altíssima qualidade produzido em Criciúma (SC) consegue no mercado americano um preço próximo de US\$ 4,00, no melhor dos negócios. Já o revestimento italiano, com a mesma qualidade, é vendido para lá por US\$ 18,00. Qual a mágica? Será que é só o famoso design de Milão?

É preciso prestar atenção nos mercados das commodities dos quais as economias centrais participam. A madeira, por exemplo,

exportada pelos Estados Unidos e Europa, sempre estão com os preços em patamar elevado. O mais irônico é o fato de países como a Holanda e Alemanha se tornarem grandes exportadores de café.

É importante assumir e dominar o uso do mercado com tecnologia, estilo e consciência.

É preciso cuidado com as falácias. Por algum tempo, depois da estabilização da moeda, nos foi dito que o câmbio estava supervalorizado e, no momento em que o Real fosse desvalorizado, nossas exportações aumentariam e viveríamos mais felizes. Veio o massacre sobre a moeda e é claro que cedemos e deixamos o Real flutuar. Grande volume de nosso ativo fixo foi transferido, como mágica, para as economias centrais, e nossas exportações caíram em 17% em valores reais.

O maior problema do mercado brasileiro de exportação é que nossa pauta de exportações não muda desde o último ciclo de investimentos que ocorreu no final dos anos 70, começo dos 80. Até hoje exportamos aço, sem muita qualidade, soja e seus derivados, café, suco concentrado de laranja, papel, celulose. Depois de tantos planos, melhoramos só um pouco a situação de país tropical com economia destinada a produzir bens primários destinados à exportação.

Atualmente, produzimos alguma coisa intermediária que continua com baixo valor agregado. Os casos do calçado, do café e do revestimento são ilustrativos. Da lista de 100 produtos que apresentam um grande valor agregado e um maior dinamismo no mercado mundial, produzida pela UNCTAD, dificilmente vamos achar produtos brasileiros. Continuamos a produzir commodities, isto é, produtos sem características próprias, comuns.

Se, como no caso do calçado e do revestimento, é o design que faz a diferença, por que não democratizar e criar vários cursos de design industrial? Se a tecnologia faz a diferença, por que não se reproduzir a experiência exitosa do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA, que gerou uma massa crítica em tecnologia aeronáutica de primeiro nível?

Algumas empresas com tecnologia de ponta que se estabeleceram em Rio Claro teriam condições de alterar aquela pauta exportadora. Algumas deixam para a matriz a tarefa de exportar, como é o caso da Gates, da Tigre e outras. A Owens Corning é a exceção à regra, mas isto se deve mais às rigorosas leis ambientalistas do país de origem, que oneram sobremaneira o preço final. Neste caso, o chamado "custo Brasil", que nunca é mencionado nestes casos, acaba sendo uma generosa vantagem.

As multinacionais, via de regra, vêm para o Brasil mais atraídas pelo tamanho do mercado interno brasileiro. Não se deve esperar grandes alavancagens no esforço de exportação dessas empresas. Modelo diferente daquele adotado pela China e pela Índia que condicionam os grandes investimentos em "joint-ventures" que

produzirão incorporando sua abundante mercadoria, que é a mão de obra, em produtos que serão enviados para fora do país.

Economia solidária: Incubadora de Empresas de Tecnologia

Uma economia industrial de consumo precisa estar constantemente inventando novas necessidades. Se alguém duvida, experimente esconder o controle remoto da TV ou o mouse do computador. Sempre surgirão novas necessidades de consumo, de serviços e de processos. Diferentemente da ciência pura que, solidariamente, procura comunicar todas as pesquisas e descobertas como frutos de seu trabalho, as empresas estritamente orientadas para a maximização dos lucros não costumam distribuir conhecimentos tecnológicos com tanta generosidade. É preciso transformar conhecimento em tecnologia. Uma incubadora de base tecnológica faz basicamente isso: transforma descobertas científicas em demandas industriais. Sua missão principal é fazer do cientista ou do estudante um empreendedor de sucesso.

Um conselho científico empresarial faz a devida prospeção e procura orientar os detentores da idéia ou do projeto a tirá-lo da gaveta da escrivaninha ou da memória. Algumas dessas grandes idéias aparecem quando menos se espera, no meio de pesquisas com outros propósitos. São postas de lado à espera de uma oportunidade para serem executadas e às vezes até esquecidas. Além desses projetos "internos", há a abertura de editais para outros, que não têm que ter necessariamente contato prévio com os institutos de pesquisa e podem continuar fora do recinto físico da incubadora, num processo que pode ser considerado uma incubação virtual. A entidade irá auxiliar no desenvolvimento do produto, do processo e, o que é mais importante, do mercado. Auxilia também na elaboração do plano de negócios, que será a peça fundamental para o conselho julgar se a idéia ou projeto já elaborado têm condições concretas de serem transformados em demanda industrial.

Um lugar bom para se encontrar cientistas é a Universidade. O ParcTec de São Carlos, que tem, entre outras atividades, uma incubadora de alta tecnologia, nasceu no campus da Universidade Federal de São Carlos com professores da Universidade de São Paulo envolvidos no processo. É também no entorno do campus da USP, na cidade universitária, em São Paulo, que a Incubadora de Empresas de Tecnologia já tem acumulado o sucesso de vários projetos que simplesmente deram certo.

Toda Universidade americana tem sua incubadora de empresas e a grande maioria é filiada a NBIA – National Business Incubation Association. Estivemos, por nossa conta e risco, conhecendo a incubadora da Universidade Central Michigan em Mt. Pleasant, Mich. Além dos estatutos, regimentos e projetos, trouxemos a sensação de

que tais empreendimentos são levados muito a sério. Aquele famoso avião espião U-2, que os russos derrubaram no auge da guerra fria, foi incubado ali. As construções são sólidas e modernas, seguindo o conhecido estilo das construções universitárias norte-americanas. Dão a forte impressão de que o projeto é permanente e que todos os envolvidos apostam em seu futuro. A Universidade de Michigan é Estadual e a parceira principal, e isto, de alguma forma, derruba o mito da livre iniciativa tão decantada pelos norte-americanos. A iniciativa privada tem forte participação, a instituição tem muita autonomia e dá lucro. Sem intenção de espionagem industrial e só com a intenção de levantar paradigmas, podemos citar de memória que um dos projetos que estavam incubados ali era o da produção de plástico bio-degradável a partir da cadeia de carbonos que aparece no milho. O número de incubadoras nos Estados Unidos cresceu de 12 em 1980 para 900 em 2001, e esse número continua crescendo. Deve ser um ótimo negócio.

O Professor Peter Hackspacher, do Departamento de Petrologia da UNESP, que abraçou o projeto em Rio Claro, esteve também na Alemanha conhecendo uma incubadora de tecnologia e trouxe muitas informações importantes. O modelo alemão é um pouco diferente do americano, mas o objetivo principal é basicamente o mesmo: dar apoio a empresas nascentes que se proponham a agregar desenvolvimento científico na produção de bens de consumo. A seriedade com que esses empreendimentos são cuidados nos dá a certeza de que esse caminho é muito importante para a geração de emprego, de tecnologia e de incremento da poupança interna, que se transformarão em novos investimentos.

A região que concentra o maior número de indústrias da informática no mundo, o chamado Vale do Silício na costa oeste americana, floresceu a partir de uma incubadora tecnológica da Universidade de Princeton. É importante e quase fundamental que haja uma proximidade física com um grande centro de pesquisa. O fenômeno da osmose torna-se muito importante para o processo. O ambiente empresarial e o acadêmico devem-se contagiar, mas não é apenas isso. O professor ou pesquisador, que não devem se afastar de seus afazeres escolares durante as primeiras fases do desenvolvimento do projeto e do mercado, devem ter todas as facilidades de acesso ao ambiente da incubadora.

O fato de existir um campus local da UNESP nos deu a impressão inicial de que seria extremamente simples convencer os diversos institutos a adotarem a idéia. Nas primeiras investidas junto à congregação, chegamos a ouvir a explicação de que nesse campus não havia faculdades de engenharias e, portanto, seria difícil encontrar projetos tecnológicos em seus laboratórios. Avançando com a idéia e já com o apoio do diretor do Instituto de Geociências, Prof. Dr. Silvio Bray, aprofundamos a prospecção em reuniões com vários interessados e descobrimos que havia mais projetos do que poderíamos, inicialmente, imaginar. Departamentos como o de

Bioquímica, de Computação e de Geologia terão, com certeza, muitas idéias a incubar.

Contatamos o Sebrae, em São Carlos, e o consultor especialista Eng. Eduardo Rantin colocou toda sua massa crítica sobre o assunto à nossa disposição, inclusive os projetos e estatutos. Além de ter um excelente histórico de participação em vários empreendimentos semelhantes, o Sebrae se comprometeu a participar financeiramente da administração do projeto e a fornecer todo o tipo de ajuda na formatação ideal para cada caso.

Quando o projeto teve início na Secretaria de Indústria e Comércio, imaginamos inicialmente aproveitar as várias dependências ociosas do chamado projeto NIDO e assim, talvez por osmose, contagiar aquele projeto anacrônico que um dia o prefeito chamou de fábrica de ilusões. O Sr. Cláudio de Mauro, diferentemente de um conhecido sociólogo que virou presidente, não pediu para ninguém esquecer o que ele disse. Portanto... as ilusões continuam e também algumas ações que não têm nada a ver com a finalidade principal do projeto. É até compreensível a má vontade de seus coordenadores para com a Incubadora de Alta Tecnologia. Um arquiteto da Secretaria de Obras já havia feito o projeto inicial da Incubadora quando foi "autorizada" a ocupação de suas dependências, que sempre estiveram reservadas para outras atividades constantes do contrato de comodato, que nunca foi cumprido na íntegra. A situação daquele empreendimento já está a recomendar uma investigação. Aquele prédio pertence ao município e deveria ser usado com mais transparência e respeito.

A primeira formatação das parcerias incluía a UNESP, o SEBRAE, a Prefeitura e a FIESP. Foram feitos convites para as Faculdades Claretianas e havia, na época, alguma disposição em participar. Numa reunião com um Diretor do Ciesp/Fiesp de Americana, fomos convencidos de que a participação desta entidade em qualquer iniciativa que tivesse conotação com a indústria era absolutamente indispensável. A seqüência das tratativas provou que havia no processo pouca coisa além de discursos e promessas.

Os representantes da UNESP, no processo, logo descobriram o óbvio. Tinham todos os núcleos de pesquisa e o apoio do Sebrae. Só faltava o espaço físico. Com a atitude da coordenadora do Projeto Nido, o apoio da Fiesp já não era tão indispensável. Com a desocupação dos espaços utilizados pelos cursos de Física e Matemática no campus da Rua Dez, o problema está se resolvendo. A entidade gestora passou a ser a FUNDUNESP, que é uma entidade de direito privado, o que está agilizando o processo. Cursos de treinamento, que havíamos iniciado há dois anos, estão sendo retomados. O que merece toda atenção da Incubadora, agora, é a necessidade da visão empresarial para o desenvolvimento dos negócios sob pena de tornar-se apenas mais um laboratório de pesquisa. Atualmente, não temos notícia de nenhuma participação efetiva da Prefeitura no processo e somos informados pelo "site" do

Sebrae que a incubadora será inaugurada no dia 24 de junho, dia do aniversário da cidade.

A Associação Nacional de Promotoras de Empresas de Tecnologia (ANPROTEC) é outra entidade muito bem equipada para auxiliar na montagem de incubadoras e parques de tecnologia. Mantém canais de cooperação efetiva e trocas de experiência. Mantém também um balcão de tecnologia, que disponibiliza projetos para a execução.

Rio Claro participou em Córdoba, na Argentina, da criação da Rede de Incubadoras de Tecnologia do Mercosul, o que se tornou proposta de uma nova unidade temática para a Rede Mercocidades e seria, no início, filiada à Rede de Tecnologia do Rio de Janeiro, cujo mentor, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, coordena também a unidade temática de Ciência e Tecnologia da Rede Mercocidades da qual Rio Claro faz parte.

Empresas de economia solidária: cooperativismo

A sabedoria do povo simples do campo define a importância do cooperativismo com a seguinte expressão: "Cateto fora do bando é comida de onça".

Diante do crescimento do desemprego e da fragilização das relações do trabalho com o capital, acreditamos no associativismo como forma de organização social e de produção e procuramos aparelhar o Departamento de Estudos e Projetos para funcionar com centro auxiliar de divulgação e incentivo a desse tipo de instituição.

O cooperativismo, segundo farta literatura a respeito, tem por fundamento o processo social da cooperação e do auxílio mútuo, segundo o qual aqueles que se encontram na mesma situação desvantajosa de competição conseguem, pela soma de esforços, garantir a sobrevivência.

Cooperativismo é a doutrina que preconiza a cooperação como forma de organização e ação econômica, pela qual as pessoas ou grupos que têm o mesmo interesse se associam a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas. Como fato econômico, o cooperativismo atua no sentido de reduzir os custos de produção, obter melhores condições de prazo e preço, edificar instalações de uso comum, enfim, interferir no sistema em vigor à procura de alternativas a seus métodos e soluções.

Seus princípios, estabelecidos em 1966 pela Aliança Cooperativa Internacional, remontam a outros fixados em 1844 e resumem-se em: adesão livre; gestão democrática; taxa limitada de juro ao capital social; sobras eventuais para os cooperados, que podem ser destinadas ao desenvolvimento da cooperativa, aos serviços comuns e aos associados, proporcionalmente a suas operações; neutralidade social, política, racial e religiosa; ativa

colaboração das cooperativas entre si e em todos os planos, local, nacional e internacional; constituição de um fundo para a educação dos cooperados e do público em geral.

Em seus primórdios, no século XVIII, o cooperativismo pretendia constituir uma alternativa política e econômica ao capitalismo, eliminando o patrão e o intermediário e concedendo ao trabalhador a propriedade de seus instrumentos de trabalho e a participação nos resultados de seu próprio desempenho. Reformadores sociais, socialistas utópicos ou socialistas cristãos, como Robert Owen e Charles Fourier, criaram cooperativas de produção. Louis Blanc fundou o que chamou de "oficinas sociais", ao agrupar artífices do mesmo ofício. Destacam-se, como teóricos do cooperativismo, Beatrice Potter Webb, Luigi Luzzatti e Charles Gide, que chegou a propor a "república cooperativa".

Em maio de 1838, com o movimento cartista na Inglaterra, que se disseminou pela classe média, surgiram as primeiras manifestações concretas de cooperativismo, que culminaram com a fundação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale (1844), que reunia 28 tecelões da localidade.

Na atualidade, especialmente nos países capitalistas mais desenvolvidos, o cooperativismo convive com outras formas de organização empresarial, como na Suécia, país onde mais e melhor se desenvolveu. A maior parte da eletrificação rural nos Estados Unidos se dá através desse sistema. Estima-se que nos Estados Unidos existam mais de 100 milhões de pessoas envolvidas com o cooperativismo. Isso representa 25% do PIB (Produto Interno Bruto). Na Europa, o percentual do PIB oriundo das cooperativas é da ordem de 37%; em Israel, é da ordem de 75%.

A maior cooperativa do mundo, a Mondragón, no País Basco, na Espanha, produz praticamente de tudo e é a sexta empresa daquele país. Conta com 12.000 cooperados e já estão enfrentando a contradição da exploração da mão-de-obra dos que não são filiados em todo o mundo. Essa megacooperativa hoje atua com 36 plantas em todo o mundo, 8 delas no Brasil. Nenhuma das empresas fora da Espanha é uma cooperativa e isso é de alguma forma uma contradição ao espírito que a criou.

No Brasil, sobressaem algumas cooperativas agrícolas que juntas são responsáveis pela comercialização de 52% da produção agrícola brasileira. O modelo brasileiro de cooperativismo é o unitário, isto é, a cooperação é regulada por uma só lei orgânica. O modelo diversificado gera legislação específica para cada tipo de organização cooperativa.

Procuramos dar apoio a todo grupo que tivesse algum indício de intenção de se juntarem para perseguir algum objetivo. Contamos com a parceria do Sebrae-SP, que também acredita no processo de cooperativismo e tem farto material a respeito. Os consultores daquela instituição sempre corresponderam a todos os nossos convites para proferir palestras de esclarecimentos. Organizamos reuniões

com vários e diferentes grupos: costureiras, donos de farmácias, marceneiros, quituteiras e faxineiras. O grau de dificuldade e o nível de consciência comunitária variaram grandemente. A maturação dos projetos também variou muito.

A primeira cooperativa, a das faxineiras, foi criada com o apoio de membros da Igreja Católica, liderados pelo Sr. Décio Mutti, e foi bastante embalada pelo tema da Campanha da Fraternidade daquele ano. A sua montagem foi acompanhada pelo companheiro de Secretaria, Sr. Paulo Fiório, e vinha alcançando seus objetivos até ser contratada com uma empresa acostumada a usar a idéia de cooperativismo para escamotear direitos trabalhistas. A empresa teria coagido seus faxineiros a aderirem ao movimento e a Justiça Trabalhista interveio e interpretou a lei segundo esse enfoque. Para seguir as determinações da Justiça, a Cooperativa terá que resolver sérios problemas de estatutos e enfrentar muitas dificuldades.

A Cooperativa das Quituteiras de Rio Claro formou-se após algumas reuniões que realizamos na Secretaria, mas seus membros ficaram tão entusiasmados com a idéia que exageraram nos primeiros passos e nas primeiras compras. Erraram ao elaborar o plano de negócio. Comprometeram-se a continuar com as reuniões.

A Associação dos Marceneiros de Rio Claro tem tido uma história animadora de sucesso. O processo do seu nascimento foi bem rápido. A idéia já estava mais ou menos delineada na cabeça dos interessados quando fomos procurados para ajudar. Organizamos a palestra com o Sebrae em uma semana, aprovamos os estatutos na semana seguinte e elegemos a primeira diretoria em outra semana. Nos primeiros dias de funcionamento, os marceneiros cooperados compraram juntos, é claro, uma carga completa de madeira diretamente das regiões das serrarias, embolsando um lucro de 30% que seria do atravessador atacadista. Ao invés de procurarem pelos fornecedores, passaram a ser assediados por eles, interessados no novo volume de compras. Os marceneiros preferiram começar a cooperativa com uma associação de compras e evoluir para uma totalmente verticalizada no futuro.

Demos assistência também a um grupo de donos de farmácias de Rio Claro e região, que pretendiam montar uma cooperativa de compras. Como os marceneiros, o grupo estava bem consciente de onde queria chegar e foi extremamente simples passar para eles as instruções básicas necessárias à sua montagem. Uma das vantagens dessa associação foi a existência de uma boa quantidade de massa crítica disponível. A Associação prosperou e angariou pontos para esse tipo de atitude.

Uma forma bem original de cooperativismo que gostaríamos de ver implantada em Rio Claro vem da Itália e, segundo os gestores públicos do desenvolvimento econômico de Lages, Santa Catarina, que a implantou, tem um funcionamento muito bom. Os detalhes dessa cooperativa foram expostos em Rio Claro durante o Fórum sobre Instituições Comunitárias de Crédito. Trata-se de uma

cooperativa de crédito mútuo que, por uma engenhosa matemática financeira, multiplica o poder de garantias entre seus cooperados e acaba se tornando uma Cooperativa de Aval. Ao se levar em conta que o problema das garantias colaterais de qualquer financiamento aqui no Brasil é o grande inibidor de investimentos dos pequenos negócios, acreditamos ter encontrado o ovo de Colombo para a trágica dificuldade de se encontrar um avalista.

Pretendíamos alcançar, com a iniciativa das cooperativas, trabalhadores desempregados, sub-empregados ou em risco de desemprego, urbanos e rurais. Trabalhadores autônomos, prestadores de pequenos serviços, especialmente os ligados a um programa "disque pequenos serviços". Grupos de pessoas portadoras de necessidades especiais. Microprodutores rurais, especialmente os que atuam em agroindústrias artesanais familiares e agricultura orgânica. Assalariados rurais e agricultores familiares: proprietários, arrendatários, assentados, acampados, colonos, meeiros e afins. Empreendimentos comunitários e afins. Todo tipo de profissional liberal.

O apoio que pensamos e executamos foi o da prospecção preliminar e, em seguida, diante da existência de grupos de pessoas interessadas em constituir uma cooperativa, uma associação, ou outra forma de empresa associativa, entraríamos em contato com o Sebrae, o qual enviaria seu consultor, que se reuniria com esse grupo, prestando toda sorte de esclarecimentos e orientações. Após avaliar com o grupo as perspectivas e a viabilidade econômica do empreendimento, seriam combinados os próximos passos, reuniões, debates, cursos etc. Verificada a viabilidade da proposta e o interesse do grupo em prosseguir na organização da empresa associativa, passar-se-ia a prestar o assessoramento técnico para a constituição da entidade (elaboração e aprovação do estatuto social, assembléia de fundação, registros legais) e também o apoio no início dos trabalhos. A SERT possui farto material de apoio para essas reuniões – leis, estatutos, regimentos e toda sorte de orientação.

Há também toda uma estrutura de associações de entidades afins. Há as Federações e as Confederações de Cooperativas do mesmo ramo de atividades e há também a obrigatoriedade de filiação também a Organizações das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) que, por sua vez, é filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras e esta, por sua vez, está filiada à entidade mundial que, por acaso, tem, atualmente, um brasileiro em sua presidência.

O Cooperativismo exige conhecimento, educação e treinamento. Entre os cursos que a Comissão Municipal de Emprego solicitou e conseguiu trazer para Rio Claro, com o apoio financeiro do FAT, estavam cursos de qualificação para gestores, dirigentes e associados de Cooperativa. Alguns dos cursos foram administrados pela APAE, que desenvolve um tipo original de cooperativismo, que é o da cooperativa social.

A Escola de Governo e Cidadania do Interior Paulista, da qual

éramos coordenador administrativo, promoveu em Americana, destinado à nossa região, um seminário sobre economia solidária com o Prof. Paul Singer, professor de economia da USP e profundo conhecedor do funcionamento de entidades do associativismo.

A maior cooperativa do mundo, a Mondragón, da Espanha, irá disponibilizar curso sobre cooperativismo em ensino à distância, em convênio com a SERT e com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores.

Um novo e interessante tipo de cooperativa é desenvolvido também em Rio Claro pela APAE. A lei 9.867, de novembro de 1999, prevê a constituição de cooperativas sociais compostas por pessoas em desvantagem no mercado, quais sejam: deficientes físicos, mentais, sensoriais, psíquicos, egressos de hospitais psiquiátricos, condenados a penas alternativas de prisões, adolescentes em idade inadequada ao trabalho, dependentes químicos e egressos de prisões. Esse tipo de cooperativa já é realidade em muitos países, tais como Canadá e Portugal, onde são denominadas "cooperativas de solidariedade", dentre outros nomes.

Por que a previsão de cooperativas para aqueles em desvantagem no mercado de trabalho? Inicialmente, porque o número dos indivíduos que compõem esse universo é extremamente elevado e, além disso, apesar de aptos, eles são excluídos do mercado de trabalho. Existem opiniões conflitantes entre os idealizadores desse tipo de trabalho e a Justiça que alega incapacidade civil para gerir uma entidade desse tipo. Se verificarmos atentamente a legislação constitucional e ordinária que trata de eleições para cargos do Executivo, por exemplo, elas não apresentam nenhuma restrição ou impedimento ao voto de portadores de deficiência.

O Regulamento do Imposto de Renda nem sequer limita a contribuição aos cofres da União, do referido tributo, para os portadores de deficiências. No mesmo sentido, vão as legislações tributárias estadual e municipal. Como podemos verificar, o portador de deficiência é considerado capaz para a prática de atos da vida civil. Se, então, ele pode inclusive eleger diretamente o presidente da República, ou seja, o chefe de seu maior empreendimento econômico, social e político, que é a nação, como então limitar a esse mesmo indivíduo dirigir o empreendimento econômico denominado cooperativa social, valendo-se da idéia de que é semiconscente? A constituição de cooperativas sociais é viável e recomendável, mesmo porque se trata de universo gigantesco de indivíduos que hoje estão à margem do mercado de trabalho, dependendo de suas famílias ou de ajuda de terceiros, o que, muitas vezes, só faz crescer a maléfica e combatida relação de dependência.

É preciso pedir aos nobres senhores da Lei que façam a interpretação do ordenamento jurídico de forma sistemática e sob a ótica sociológica a fim de compreendermos a realidade, pois, se

assim não for, então estaremos condenando uma parte da força de trabalho extremamente útil, produtiva e altamente eficiente. As pessoas que se encontram diante do desafio de riscos sociais, como é o caso dos operários da limpeza e as pessoas fragilizadas fisicamente por problemas de saúde, estarão completamente alijadas da população ativa.

A rigidez das leis trabalhistas e o desemprego estão levando a força de trabalho para o trabalho associativo. Sete em cada 100 trabalhadores estão reunidos em cooperativa. Em alguns casos, esta é a única alternativa. Na maioria dos casos, é simplesmente o melhor caminho. Os cooperados somam hoje 5 milhões de pessoas e correspondem a um terço da força dos autônomos. O crescimento do número de cooperados coincide com o aumento das taxas de desemprego e, não por coincidência, as principais cooperativas que estão sendo criadas são as de trabalho. A expansão das cooperativas de trabalho pode ser considerado resultado do desemprego e da inclusão na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 94, de um artigo que permite que o cooperado preste serviço sem vínculo empregatício.

As autoridades da Justiça Trabalhista temem, com alguma razão, que, desaparecendo o conflito entre os donos dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho, desaparecerá a necessidade da arbitragem dos contraditórios trabalhistas. Não haverá mais necessidade de palácios suntuosos construídos sem nenhum respeito à ética da administração pública e aquele famoso juiz trabalhista talvez tenha que procurar outro trabalho. Que tal uma Cooperativa?

* * *

"Nada diferencia tanto as pessoas do que suas atitudes para com as circunstâncias nas quais elas vivem. Aqueles que optam por fazer história e mudar, eles mesmos, o curso dos eventos, tem uma vantagem sobre aqueles que decidem esperar passivamente pelos resultados da mudança".

José Maria Arizmendiarieta (ideólogo e força motora da experiência cooperativa de Mondragón no país Basco)

* * *

Economia solidária: empresas de autogestão

Uma forma interessante de empresas de renda solidária que vem crescendo em todo o mundo é a empresa de autogestão. Ela chega ao espírito do associativismo por uma caminho um pouco

diferente do cooperativismo tradicional. É uma associação que se forma diante da necessidade de se manter empregos em empresas que se encontram ameaçadas por insolvência econômica, mudança ou outro tipo de fechamento. Os trabalhadores assumem a posse e a gestão democrática da produção da empresa na qual trabalham e, como atores sociais, mudam radicalmente de papéis. Tendo que combinar a democracia da gestão com a propriedade, percebem logo a necessidade dos novos requisitos e das novas exigências educacionais para assumirem as novas obrigações. Têm que tomar decisões que antes pertenciam ao chefe e "patrão". A primeira grande tarefa é a mudança dos conceitos e do comportamento.

Não se pode ficar à espera das soluções, é preciso correr atrás delas. Nas empresas em que ocorreu essa mudança, há indicadores do aumento da produtividade, da geração de novos empregos, além da manutenção dos antigos, da geração e distribuição da renda e da flexibilização do salário. Na reestruturação inevitável, é recomendável deslocar a competitividade e a produtividade do preço para a qualidade e o design.

Criou-se a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, a ANTEAG. As empresas de autogestão, representadas pela Anteag, estão presentes em 17 setores industriais da economia brasileira. Os setores mais representativos são os de metalurgia, com 16,7% do total; têxtil e de confecções, com 11,7% do total; e o setor de calçados, com 11,2% do total. A ANTEAG veio com toda a sua administração, mais o deputado estadual Wagner Lino, para Rio Claro, para tentar apoiar os trabalhadores da Alfa para a constituição de uma empresa dessa natureza. Chegou um pouco atrasada, não houve o apoio necessário do Sindicato da categoria, que estava interessado na solução mais imediata da venda do prédio. No grupo remanescente de trabalhadores, vários vieram da Gurgel e estavam um tanto desmotivados para tentar novamente.

Várias entidades se interessam pelo desenvolvimento dessas empresas e é possível que em breve os gestores da política econômica do Brasil promovam o problema a uma preocupação macroeconômica, a exemplo dos principais países da Europa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, tem uma carteira direcionada para o setor que conta com recursos oriundos do FAT. Outra entidade de apoio é o FINEP, Financiamento de Projetos do Governo Federal.

A grande medida da função das empresas de economia solidária no mundo atual não deve ser buscada nos parâmetros clássicos da microeconomia. É, antes disso, um movimento de resistência política ao avanço avassalador do capital que enxerga o mundo como um mercado sem dono e sem lei.

* * *

“A economia solidária está emergindo por força da severidade da crise do trabalho, que sem dúvida reflete a crise que acomete o capitalismo brasileiro. A economia solidária ainda carece de reconhecimento público e de mais solidariedade por parte de todas as vítimas atuais e potenciais da crise. Se esta solidariedade permitir no futuro próximo às firmas auto e co-geridas superar as dificuldades, elas poderão formar um setor econômico expressivo, regido por uma lógica bem diferente da das firmas capitalistas. E, quem sabe, manifestar sua superioridade, ensejando uma transformação estrutural do sistema sócio-econômico como um todo”.

Paul Singer

Integração internacional: A Rede de Mercocidades

A tendência moderna de formação de blocos econômicos regionais ou temáticos teve seqüência nos países do cone Sul da América do Sul. Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia, como países membros, e o Chile, como país convidado, criaram o Mercosul. O projeto inicial era o de uma zona de livre comércio, onde as mercadorias teriam livre trânsito. Posteriormente, pensou-se também em integração social e cultural. Hoje já se fala até em moeda comum.

Do ponto de vista de incremento ao intercâmbio comercial, o bloco vinha alcançando sucesso considerável. Todos os países envolvidos aumentaram em até cinco vezes a própria exportação para os outros. Note-se que não foi pura e simples substituição de mercado. Não se deixou de vender para alguém para vender para o vizinho. Foi mercado novo mesmo.

As economias são complementares e a integração regional, além dos motivos geográficos, tem motivos históricos, sociais e culturais para ser almejada. É claro que tudo que envolva a Argentina e o Brasil não deve ser muito simples de se resolver, mas todos os lados envolvidos estão se empenhando em esquecer o futebol e encaminhar as soluções.

Com a intenção de acelerar, facilitar e enriquecer essa integração, várias cidades no cone sul se uniram. O primeiro passo foi dado em Assunção, Paraguai, no dia 7 de março de 1995, quando ali se discutiam num seminário as opções e desafios para as cidades da região do cone sul. Tirou-se uma declaração que foi assinada pelos prefeitos de Assunção, Montevidéu e representantes de Brasília, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Santiago do Chile.

A “Declaração de Montevidéu”, que é a certidão de nascimento da Rede, manifesta a necessidade de capilarizar a comunicação entre as cidades mais importantes do mercado comum que se estabeleceu

e de ter uma participação, com viés municipalista, nas decisões dos governos centrais, estaduais ou provinciais que envolvem integração regional.

Em julho de 1995, aconteceu uma reunião preparatória em Porto Alegre, onde se definiram as unidades temáticas que iriam compor a Rede. A "Carta de Porto Alegre" referendou as necessidades das cidades se integrarem para fortalecer os papéis dos municípios e transpor obstáculos institucionais com mais facilidade. A aproximação mais fácil entre os membros dos governos municipais provou ser um trunfo importante para a discussão de problemas e soluções comuns.

Definiram-se como objetivos principais da Rede Mercocidades: criar mecanismos de comunicação e intercâmbio entre as cidades-membro e entre redes semelhantes do mundo, visando à troca de informações e experiências; estabelecer convênios e serviços entre as prefeituras; desenvolver programas comuns de planejamento urbano, desenvolvimento econômico, meio ambiente etc.; estimular os cidadãos no exercício dos seus direitos nos âmbitos político, econômico e social.

Rio Claro pleiteou sua inclusão e tornou-se um membro postulante desde a segunda reunião. Além da atual administração acreditar nas vantagens de participar dos esforços das cidades do Mercosul pela integração regional, há na sua localização geográfica um curioso determinismo. Pelo menos teoricamente, um barquinho de papel colocado no Rio Corumbataí acabará por chegar ao centro de Buenos Aires e alcançar, pela água, Montevideu, no Uruguai, e Mar del Plata.

A cidade de Rosário, onde Rio Claro participou da inauguração da Praça das Mercocidades, que contou com a presença do Vice-Presidente da República Argentina em exercício da Presidência e do Governador da Província, Carlos Reutman, é servida pelo Rio Paraná. Aquela região é grande produtora de trigo e o transporte de grãos pelo rio irá baratear o pãozinho nas nossas mesas. A barcaça que traz o trigo pode também levar a soja para os portos marítimos do Mar da Prata.

Barcos de grande capacidade poderão chegar até o distrito de Artemis, em Piracicaba, assim que a eclusa de Santa Maria estiver concluída. As vantagens para a redução de custos para o transporte de "commodities" são óbvias, já que a força da gravidade é grátis e abundante e a energia para se movimentar uma carga sobre as águas é cinco vezes menor que outros transportes. Participamos do lançamento de um projeto na vizinha Piracicaba de um interessante projeto de porto fluvial com um terminal intermodal que integrará todo o transporte de cargas da região e para as cidades do cone sul que estão localizadas ao longo da hidrovia Tietê/Paraná, que já está em funcionamento em grande extensão.

É geralmente aceito, pelos representantes das cidades ribeirinhas dessa imensa bacia continental que essa região econômica

poderá, a exemplo da região do Vale dos rios Meno e Reno, na Europa, e do Mississipi, na região central dos Estados Unidos, se tornar um importante corredor de desenvolvimento integrado e complementar.

Integração regional: o aeroporto

Aeroportos sempre foram tratados com muito bairrismo, como cartões de visita de um país e de uma cidade. Repartir essa distinção entre duas entidades é um pouco complicado. A evolução da civilização moderna, em que o posicionamento das cidades e dos países convergem para a integração regional, torna necessário deixar de lado orgulhos nacionalistas e bairristas para buscar-se a racionalidade e a eficiência nos objetivos, no caso, o transporte.

O Aeroporto das cidades de Dallas e Fort Worth, no Texas, Estados Unidos, é um exemplo de que as coisas estão mudando. As duas grandes cidades estavam com a capacidade de seus aeroportos locais próxima à saturação. Perceberam os seus mentores que era mais vantajoso para ambas as cidades se associarem ao invés de se fazer dois aeroportos municipais de tamanho xis, construir-se um mega-aeroporto somando-se os investimentos necessários para ambas as cidades.

As cidades de Maastrich e Hazel, na Europa, compartilharam a construção de um excelente aeroporto nos limites entre as duas cidades. A grande inovação política desse projeto compartilhado é que uma dessas cidade fica na Holanda e a outra, na Alemanha. Questão de estágio civilizatório ou de necessidade pura e simples.

Há uma hierarquia natural entre as cidades e não adianta ser bairrista e tentar ignorar isso. Uma forma de aferir essa escala é pelo volume do tráfego de todo o tipo de comunicação entre elas. Rio-clarenses vão mais a Piracicaba que vice-versa. Assim, se dependesse só dos piracicabanos, talvez a duplicação da rodovia, que não por acaso tem o nome de um rio-clarense, demorasse até um pouco mais. A duplicação atendeu mais a Rio Claro que a Piracicaba.

Em matéria de cooperação regional, parece que a dificuldade é a mesma. Todos se lembram da campanha de um ilustre e mui amigo vereador do Partido Verde de Piracicaba contra a utilização de um depósito de resíduos tóxicos em sua cidade pela Prefeitura de Rio Claro. O volume de lixo produzido por cada município justifica o lixão intermunicipal. O nobre e vizinho edil sentiu-se ofendido com o fato, mesmo sabendo que a localização de aterros dessa natureza são rotacionadas de tempos em tempos nos vários municípios.

O Prefeito anterior de Piracicaba, Sr. Humberto de Campos, encampou a idéia do aeroporto regional e estava disposto a desenvolver o assunto. O prefeito atual confessa que, em matéria de aeroportos, Piracicaba se contenta com Viracopos. Explica ainda, com

alguma dose de razão, que, com o prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, o percurso para o Aeroporto Internacional de Viracopos diminuiu muito e não vê justificativa na construção de aeroporto regional. Esquece que o entorno de Viracopos irá dificultar sua prolongação e, num futuro bem próximo, aquele aeroporto estará saturado e aí teríamos perdido uma excelente oportunidade de construir em condomínio uma grande obra. A maturidade de um projeto de aeroporto tem um período muito longo de maturação e de execução. É preciso organizar o futuro.

As cidades da micro-região – Rio Claro, Piracicaba, Limeira e Iracemópolis – têm juntas uma população de um milhão de habitantes e todas estão carentes em matéria de aeródromos. As três ou quatro prefeituras gastarão de dois a três milhões de reais para construir os três ou quatro pequenos aeroportos de que necessitam. Limeira, aliás, já saiu na frente e está construindo seu "campo de aviação." Somados os recursos que cada uma das cidades gastará separadamente, daria para construir um aeroporto do tamanho do tamanho e como alternativa a Viracopos, que poderia se situar a 10 ou 15 minutos de qualquer das três cidades maiores. Será que não estamos maduros para pensar desse modo? Será que não está na hora de rever na hora de rever conceitos?

É irônico perceber que a gente fala em integração com cidades do cone sul tão distantes como Ushuaia, na Patagônia, ou Valparaíso, no Chile, e temos dificuldade de integração com Limeira ou Piracicaba. Araras costuma chamar o seu aeroporto de Regional, mas o asfaltamento da pista que lá existia não foi o suficiente para atrair o tráfego aéreo da região. Nossa geografia devia ter sido levada em conta na escolha de sua localização.

Quem não se qualifica sai do mercado

Uma das formas de se tentar manter a empregabilidade do trabalhador de Rio Claro, empregado, desempregado ou em qualquer outra das situações previstas pelos que fazem as estatísticas do emprego, é a qualificação ou requalificação profissional.

A Comissão Municipal de Emprego de Rio Claro, desde sua fundação, vem realizando ações visando a qualificar os trabalhadores de nosso Município. Existe uma variedade grande de cursos e entidades cadastradas para prestarem esse serviço. Para a escolha dos cursos e das entidades que irão ministra-los, a comissão se vale de alguns recursos de pesquisa. O balcão de empregos do PAT é uma fonte importante de informações. O perfil econômico e profissional dos clientes do Banco do Povo é outra fonte permanente de orientações sobre quais mercados estão em declínio e quais mercados estão em crescimento. Os próprios participantes da Comissão têm suas próprias informações sobre o problema, pois, como já vimos, ela

é composta por empregadores, através de sindicatos patronais, e por trabalhadores, também através dos sindicatos das várias categorias.

No ano de 1998, no seu início, portanto, a COM-EMPREGO conseguiu, através dos recursos do FAT, qualificar 24 pessoas com o Curso de Costura Industrial, ministrado pelo SENAI. Na realidade, havíamos solicitado um curso para mecânicos de manutenção de máquinas de costura industrial. Essa era a demanda unânime entre as várias confecções e faccionistas da cidade. Não havia um curso montado para aquele fim e, portanto, aceitamos o curso de costureiras.

Articulamos um movimento entre as várias "Com Emprego" das cidades vizinhas e conseguimos sensibilizar a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho para que as necessidades de cada município do interior fossem levadas em consideração na hora de planejar os cursos e para que se tentasse evitar o que houve com o curso de costura.

Mudanças bem vindas ocorreram na execução do Programa Estadual de Qualificação no ano 2.000. Apareceu a figura do município e um novo termo começou a surgir no programa: O Plano Municipal de Qualificação Profissional. Por esse programa, reserva-se aos municípios, ou seja, às "Com Emprego", uma porcentagem de todos os recursos, continuando as confederações e as Comissões Estaduais com uma parte adequada das verbas.

Em 2.000, a COM EMPREGO solicitou 19 cursos e qualificou 1.000 pessoas. Em 2001, foram solicitados 40 cursos para qualificar 1.240 pessoas. Em 2002, solicitaram-se 51 cursos para qualificar 1.240 pessoas.

As inscrições e a seleção dos alunos, agora, são feitas diretamente nos PATs e os cursos são sempre planejados e solicitados no ano anterior e fazem parte do Plano Municipal de Qualificação.

Só para finalizar, lembramos que as metas de qualificação de todo o Estado estão sempre de conformidade com as determinações do CODEFAT e destinam-se para quatro grupos-alvo da população: trabalhadores desocupados; pequenos e microprodutores urbanos e rurais; trabalhadores sob risco de desocupação e trabalhadores autônomos.

Um outro tipo de qualificação: a Escola de Governo e Cidadania do Interior Paulista

Um trabalho extracurricular interessante que desenvolvemos simultaneamente e nas horas livres foi esse projeto de escola para políticos. Partindo da premissa pejorativa de que todo político é igual, a única maneira de acabar com isso é formar políticos diferentes.

Que tal uma escola para ensinar a governar e que pudesse, no

processo, reforçar as raízes da ética e da cidadania? É claro que a militância partidária e a participação em encontros e movimentos dão algum treinamento e alguma experiência para lidar com política e com políticos, mas estariam todos os militantes aptos a colocar em prática todos aqueles modelos discutidos em assembleias? Não é exigido nenhum atestado de competência operacional de um possível candidato a um cargo de confiança. Além disso, a montagem de uma equipe de governo precisa contemplar variáveis, como peso político, prestígio social, apoio material. Os critérios, às vezes, não são racionais, mas a equipe tem que ser montada.

O eleitor, ao votar pela primeira vez em algum candidato, concorda com algumas propostas e promessas. Pela origem partidária do candidato, o eleitor pode até adivinhar algumas atitudes, mas nem sempre posicionamento político e programa partidário são sinônimos de boa administração. Gestão pública é outra coisa. Por que, então, não qualificar ou requalificar o Administrador?

Um grupo de militantes idealistas do entorno político do Prof. José Machado, prefeito de Piracicaba, resolveu perseguir esse projeto de uma escola para governantes. De Rio Claro, participamos nós e o Sr. Milton Machado Luz. O esboço já estava pronto. Só faltava finalizar a formatação e agir. Pedimos permissão ao Fabio Konder Comparato, o criador da idéia e do nome. Fomos buscar inspiração junto ao saudoso Prof. Celso Daniel, prefeito de Santo André, que foi o primeiro a emprestar e desenvolver a idéia. A idéia era muito original e promissora para não ser aproveitada. O prefeito Celso Daniel foi convidado e aceitou vir dar a aula inaugural da escola aqui em Rio Claro. Seu partido, porém, marcou para o mesmo dia uma reunião nacional de todos os seus prefeitos, e ele, com toda razão, preferiu ir a Brasília. Não convidamos nenhum palestrante para cobrir sua ausência por absoluto respeito a esse substituto.

Decidiu-se evitar a pompa e a circunstância e, até em respeito às mortes de Celso Daniel e do Toninho do PT, cujo Secretário de Planejamento era o Coordenador Geral da escola, começar os cursos propriamente ditos, buscando algumas parcerias estratégicas. Assim, demos um curso em Indaiatuba em parceria com a sua Faculdade de Administração – curso de projetos para administradores públicos. A razão da escolha do tema é a crônica falta de treinamento dos agentes na elaboração de projetos para encaminhamento a órgãos dos governos estaduais e federais e de outros países que têm muitos recursos e quase nenhum projeto. O curso foi um sucesso e vai ser repetido. Os que fizeram a primeira parte voltarão para um estágio mais avançado.

A Escola foi parceira num Seminário sobre Economia Solidária realizado em Americana pelo mandato do deputado estadual Antonio Mentor; teve a participação do Prof. Paul Singer e contou com a presença de entidades envolvidas com as ações da economia solidária que fizeram exposições sobre as experiências das empresas de autogestão do Estado de São Paulo.

Os cursos e seminários são sempre dirigidos a todos os que participam direta ou indiretamente da gestão pública, isto é, os que tomam as decisões e os que as influenciam. No primeiro caso, encontram-se governantes, seus executivos e auxiliares em todos os níveis, além de parlamentares e, por que não, magistrados e promotores. No segundo caso, estão dirigentes partidários e de movimentos sociais, lideranças empresariais, sindicais e estudantis, comunicadores e demais formadores de opinião.

A escola não tem nenhum fim lucrativo nem vinculação partidária ou religiosa. O que se espera dos participantes, da direção e do corpo docente é o compromisso com o desenvolvimento do país, com a ética na política, com o respeito aos direitos humanos, à democracia e à cidadania.

Integrando pela geografia da TV

Uma iniciativa interessante de integração regional e de discussão e reflexão sobre problemas comuns de desenvolvimento econômico, foi a iniciativa da TV Brasil Central (EPTV) com a realização dos programas Desafio 2000. A promoção teve o apoio de importantes parceiros como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) e do Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa (SEBRAE-SP). Além de discutir os rumos da economia regional, o Desafio 2000 procurou aproximar a informação acadêmica do empresariado. Pesquisadores das duas universidades fizeram um levantamento para embasar as discussões nos workshops. Cada um desses seminários reuniu líderes setoriais e de opinião, empresários e pesquisadores que, em mesas específicas, avaliaram os problemas de cada região. Cada workshop durava cerca de quatro horas. Nas duas primeiras horas os grupos, fechados e determinados por setor da economia, debatiam os temas e apresentavam as conclusões na segunda parte, para debate com o público.

A virada do milênio foi um gancho atraente para se lançar o desafio e fazer as cidades refletirem sobre os novos problemas de crescimento econômico com os quais as cidades da região terão que conviver no futuro próximo. Para a primeira versão do Desafio 2000, que aconteceu em julho de 1999, o trabalho foi dividido em 4 grupos específicos com temas ligados ao desenvolvimento regional, a agricultura alternativa, a indústria de exportação, o turismo ecológico e a infraestrutura regional.

Surgiram muitas idéias e sugestões, que foram organizadas em propostas concretas para a integração e o desenvolvimento econômico da região. Rio Claro participou, representada pelo então presidente da EMDERC, na temática da infra-estrutura regional, que levantou a necessidade e a importância da conclusão do terminal

intermodal do porto fluvial do distrito de Artemis, em Piracicaba, para um bom escoamento da produção agrícola de toda a região, através da bacia hidrográfica do Tiete/Paraná.

Outra participação de Rio Claro que se pode destacar foi no campo das atividades no campo. Foram levados até o seminário o estágio e a experiência em que se encontram essa agricultura em nossa cidade, que tinha à época uma Cooperativa de Produtores de Cogumelos e foi fundada a associação dos produtores de plantas ornamentais de Rio Claro. Abriu-se o espaço para o debate, a análise, a definição de metas. O objetivo central foi o desenvolvimento.

A segunda edição do Desafio 2000 foi o momento de avaliar o que melhorou com o primeiro e determinar estratégias para enfrentar novos desafios. Os setenta participantes foram divididos em quatro grupos para debater turismo/comércio e serviços, cidades/desenvolvimento sustentável, desenvolvimento/tecnologia, e agronegócios. Novas propostas foram apresentadas.

A economia da região central de São Paulo tem como base as culturas da laranja e da cana-de-açúcar, com suas respectivas agroindústrias. A batata e a cebola também impactam significativamente a economia regional. Presente também uma indústria forte nos setores metal-mecânico, plástico, têxtil e cerâmica. No caso específico de São Carlos, destaca-se a alta tecnologia, desenvolvida a partir de duas universidades públicas (USP e Ufscar), incubadoras de empresas e da fundação parque de alta tecnologia. É o que deu a São Carlos o título de capital da tecnologia.

Outro binômio de destaque é o da pecuária e da avicultura. A bacia leiteira é uma das maiores do Estado, bem como a produção de frangos. Mais recentemente, vem crescendo também a tendência para a exploração econômica do turismo ecológico, em cidades de menor porte. A grande maioria concorda que o movimento econômico fundamentado na exploração da indústria do turismo, do ecoturismo e do turismo rural assegura a qualidade ambiental de vida. Não há condição do desenvolvimento econômico fundamentado no turismo ecológico, do turismo ambiental, sem a preservação e a conservação da qualidade ambiental. O projeto Desafio 2000 teve seu seminário de encerramento no dia 6 de agosto.

Está presente também na região uma indústria forte nos setores metal-mecânico, plástico, têxtil e cerâmica. No caso específico de São Carlos, destaca-se a alta tecnologia, desenvolvida a partir de duas Universidades públicas (USP e Ufscar) das incubadoras de empresas e da Fundação Parque de Alta Tecnologia. Essas instituições deram a São Carlos o título de capital da tecnologia. O pólo cerâmico que se situa na região de Santa Gertrudes e Rio Claro tende a estabelecer um novo pólo tecnológico em parceria com o departamento de Geologia da Unesp. O comércio vem crescendo, principalmente com o surgimento de shoppings centers nas maiores cidades.

Neste ano seguinte, mais uma vez, o programa Desafio 2000

abriu espaço para o debate, a análise e a definição de metas. O objetivo central continua sendo o desenvolvimento Regional. Esta segunda edição do programa ofereceu a oportunidade de avaliar o que melhorou nesse ano que havia passado e determinar estratégias para enfrentar os novos desafios.

Dessa edição, os participantes foram divididos em 4 grupos temáticos e teriam para debater os problemas com o turismo-comércio e serviços, cidades e desenvolvimento sustentável, desenvolvimento e tecnologia e agronegócios. Novas propostas foram apresentadas. Rio Claro, através de Ana Beatriz de Oliveira, sugere ser fundamental a participação da comunidade. Isso se dará através de conselhos municipais e, através de uma maior interação entre a universidade, a comunidade e o poder local visando a ações de sustentabilidade.

Duas decisões importantes para a região foram tomadas pelos participantes das temáticas de agronegócios e de desenvolvimento e tecnologia: a criação de fóruns permanentes de discussões e a criação de uma rede de cidades, a exemplo da Rede de Mercocidades. De concreto, nasceu entre os gestores do ParcTec e os pioneiros da Incubadora de Tecnologia da Unesp de Rio Claro um canal importante de comunicação.

Foram quatro workshops preliminares, em São Carlos, São João da Boa Vista, Rio Claro e Araraquara, e o seminário final em São Carlos. Uma pesquisa feita pela Universidade Federal de São Carlos e Unesp foi a base dos debates nas mesas, coordenadas por pesquisadores das duas universidades. O futuro da economia regional foi discutido por mais de cem líderes setoriais e de opinião das 40 cidades do centro do Estado, em questões como o aproveitamento do potencial turístico da região, a indústria metal-mecânica, o comércio e os serviços, a agroindústria, entre outros temas.

O projeto "Desafio Regional" de 2001 é uma seqüência do "Desafio 2000", lançado em 1999. A diferença em relação aos 2 anos anteriores é que neste seminário foi discutido apenas um tema: o turismo. Foram realizados 4 seminários. Os seminários tiveram a participação de organizações não governamentais, prefeituras e instituições ligadas ao turismo. Foram apresentados os projetos já em desenvolvimento na região. Alguns, inclusive, que surgiram a partir do Desafio 2000 e suas novas propostas. O objetivo foi elaborar um documento final com as potencialidades e propostas para toda a região. Entre as iniciativas já em andamento destacaram-se o Bureau das Terras Altas, da região de São Carlos, o Consórcio de Turismo da Região de Mococa e São José do Rio Pardo e o Codetur, que envolve as regiões de Brotas e Bauru, alcançado pelo setor no município no ano 2000. Desde julho de 1999 Rio Claro é considerado município turístico pela Embratur.

Entre os fatos a destacar foi a Embratur ter concedido o selo turístico a Rio Claro. O selo mostra o desenvolvimento de eventos de maior apelo turístico de Rio Claro na atualidade, como a exposição de

orquídeas, que atrai cultivadores de todo o país e que naquele ano bateu recorde de público, e a exposição de autos antigos, atualmente uma das três maiores do país. Vários projetos e atividades culturais no Horto Florestal, agora Floresta Estadual, que recentemente ganhou uma biblioteca e sediou o encontro regional de escritores, também revitalizam aquele que é o maior centro de estudos de eucaliptos do país.

O Projeto Regional que está sendo realizado pela Unesp de Rio Claro em parceria com prefeitura, iniciativa privada, órgão público e mídia, teve objetivo de mostrar e caracterizar o que tem que ser feito para proteger e preservar o patrimônio, levantando indicadores de qualidade ambiental da região e não só de Rio Claro. Rio Claro é o município que mais tem orquídeas no interior do Estado de São Paulo. A tradição vem dos imigrantes que aqui se instalaram, principalmente alemães, italianos e japoneses.

Ver em anexos a sistematização das propostas havidas durante o projeto Desafio 2000.

Banco feminino plural

O Banco do Povo não foi pensado para ser um banco feminino, mas elas vão chegando, vão se inteirando das coisas que precisam e vão tomando conta. Uma diretora do Porto Sol já havia "alertado" para o fenômeno. Acreditei inicialmente que poderia ser por causa do Centro Ana Terra que esta na origem do banco gaúcho mas, por um motivo que a Sociologia um dia explicará, o fenômeno se repete em Rio Claro e em quase todos os bancos de microcrédito. Também para o avalista, a história se repete. O BRB de Brasília costuma comentar em "off" que o melhor avalista de um cidadão casado é sua sogra.

(Pizza homem/ mulher)

Para o Banco do Povo, não há necessidade de o empreendimento ser formalizado. Se for um negócio bem administrado, o único caminho a ser seguido é no sentido da formalidade.

(Pizza correspondente)

Outros dados do Banco do Povo em gráficos:

Ver gráficos correspondentes

Posição relativa do Banco do Povo de Rio Claro entre os 7 primeiros colocados no Estado em volume de empréstimos concedidos:

Cidade	início	População em mil	Agentes	Processos	Valor
1-Matão	19/05/00	72	2	725	2.048.659
2-Piracicaba	21/05/99	329	3	672	1.778.837
3-Limeira	3/11/99	249	4	416	1.503.026
4-Rio Claro	3/11/99	168	(2) 1	483	1.364.700
5-Ribeirão Preto	9/8/00	505	5	429	1.101.140
6-São Bern. do Campo	19/5/00	703	4	377	1.095.432
7-Tupã	9/4/99	63	1	4	931.685

Empresas abertas e fechadas em Rio Claro no período de 1995 até julho de 2000:

	95	96	97	98	99	*2000
Abertas	818	729	946	969	838	492
Encerradas	492	377	233	172	73	11
Saldo	326	352	713	797	765	481

*até julho

Fonte: Registros do ISSQN

Anexos

Anexo 1: Lei nº 2629 (Lei do Proderc)

De 29 de dezembro

(Institui o Programa de Desenvolvimento econômico de Rio Claro, cria o Fundo para o Desenvolvimento Econômico do Município de Rio Claro e dá outras providências).

Eu, Demerval da Fonseca Nevoeiro Júnior, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:-

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Desenvolvimento Econômico de Rio Claro, que tem como objetivos básicos:

I - Incentivar a instalação de novas empresas no Município;

II - Oferecer condições para a expansão da atividade econômica das empresas já instaladas no Município.

Artigo 2º - Para participar do Programa cada empresa celebrará, individualmente, com a Prefeitura Municipal de Rio Claro, um convênio de Adesão, nos termos da Lei.

Parágrafo Único - Os incentivos da presente Lei não poderão ser estendidos as empresas e indústrias com débito na Prefeitura Municipal de Rio Claro.

Artigo 3º - As empresas que irão se instalar no município e participantes do programa, receberão subvenções econômicas em valores equivalentes ao:

I - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e Taxa pela Prestação de Serviços, durante o período entre o ano de início de construção, até o ano de início de atividades, limitando-se ao máximo de 03 exercícios fiscais;

II - Preço Público referente a obtenção da licença para a construção de obras particulares.

Parágrafo Único - A Prefeitura fornecerá equipamento e mão de obra para os serviços iniciais de terraplanagem da obra.

Artigo 4º - Para a consecução do Programa de que trata os artigos anteriores, fica criado o Fundo par o Desenvolvimento do Município de Rio Claro, nos termos da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Artigo 5º - O Fundo será formado pelas seguintes receitas:

I - 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) das receitas municipais decorrentes das transferências do ICMS nos exercícios de 1994 e 1995;

II - 50% (cinquenta por cento) do incremento de arrecadação do ICMS, no total do Valor Adicionado do Estado de São Paulo, sempre em relação a participação de 1993, que será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, pela Secretaria da Fazenda, em agosto de 1994;

III - Doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não governamentais.

IV - Remuneração oriunda de aplicações financeiras.

Artigo 6º - Os recursos do fundo serão destinados a:

I- Concessão de incentivos fiscais às empresas que, mediante a celebração de Convênios, nos termos da Lei, participarem do Programa de Desenvolvimento Econômico de Rio Claro;

II - Gerenciar o Programa de Desenvolvimento de Rio Claro;

III - Patrocinar e participar de eventos, congressos e intercâmbios relacionados com o Programa.

Parágrafo Único - As despesas administrativas do Fundo, inclusive salários, não poderão ultrapassar 4% (quatro por cento) da execução orçamentária de cada exercício.

Artigo 7º - Para a obtenção dos incentivos de que trata o item I, do artigo 6º, o valor adicionado da empresa, no exercício, deverá ser superior, em termos reais, ao apurado no exercício anterior.

Artigo 8º - O percentual de participação de cada empresa dar-se-á em função de:

- 80% do percentual de participação no incremento do Valor Adicionado no exercício, em relação ao exercício anterior;

- 20% do percentual de participação no Valor Adicionado do exercício.

§ 1º - As empresas que iniciarem as atividades no exercício terão os percentuais de participação nos três primeiros anos de atividade,

obtidos em função de 100% de sua participação individual no incremento do Valor Adicionado,

§ 2º - As empresas consideradas omissas na DIPAM do exercício anterior terão os percentuais de participação obtidos em função de 100% de sua participação individual no Valor Adicionado do exercício.

§ 3º - Será utilizado o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, para fins de atualização de valores.

Artigo 9º - O Fundo para o Desenvolvimento Econômico de Rio Claro será administrado por uma Secretaria Executiva, exercida pela Empresa de Desenvolvimento de Rio Claro - EMDERC.

Artigo 10 - A elaboração e execução orçamentária, bem como a gestão financeira e Contábil do Fundo atenderão os dispositivos da Lei nº 4320/64, da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Artigo 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial para cobrir as despesas de implantação do PRODERC e do FUNDO de que trata a presente Lei.

Parágrafo Único - Os recursos de que trata o caput deste artigo serão obtidos da Anulação, em igual valor, da dotação 13.01.03.08.035.1032-4260 - Integralização do capital da Emderc.

Artigo 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 29 de dezembro de 1993
Demerval da Fonseca Nevoeiro Junior
Prefeito Municipal

Célio José Escher
Diretor Geral

Anexo 2

O termo de adesão ao Proderc

TERMO DE ADESÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RIO CLARO, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL N.º 2629, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1993

P R O D E R C - II

Número: 004/97

Pelo presente instrumento particular de ADESÃO, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO, CGC n. 45.774.064/0001-88, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal, Prof. Dr. Cláudio Antônio de Mauro, sediada na Rua 3, n. 945 - CEP: 13500-907, nesta cidade e comarca de Rio Claro, Estado de São Paulo, e de outro lado a Empresa: SRS do Brasil Comercial Ltda., CGC n.º 71.798.151/0002-66, Inscrição Estadual n.º 587.125.686.112, neste ato representada legalmente pelo Senhor Luiz Antônio Bregagnoli, RG. 13.647.535-8, CPF: 049.863.138-94, com sede na Rua 29, n.º 1824, no bairro Jardim São Paulo II, nesta cidade e comarca de Rio Claro, Estado de São Paulo, ao PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE RIO CLARO, criado pela Lei Municipal n.º 2629, de 29 de dezembro de 1.993, alterada pela Lei n.º 2788, de 06 de dezembro de 1995, a saber:

I - OBRIGAÇÕES DA EMPRESA ADERENTE

1) Com o início da produção, a empresa empregará 30 pessoas, o que demandará à absorção de mão-de-obra direta, existente no local e/ou comunidade;

2) Na qualidade de aderente ao Programa de Desenvolvimento Econômico de Rio Claro, a empresa se obriga em manter em dia todas as suas obrigações TRIBUTÁRIAS com o Município, sob pena de não cumprimento, provocar a suspensão sumária do presente Termo de Adesão;

3) A empresa se compromete finalmente a dar início às suas atividades até o dia 18 de julho de 1997;

4) Por fim, declara estar ciente de todos os termos de legislação especificada.

II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

1) De conformidade com o pedido formulado no Processo Administrativo nº 7.169/97-3, o Município, poderá fornecer equipamento e mão-de-obra para serviços iniciais de terraplenagem, segundo o disposto no parágrafo único, artigo 3., da Lei n.º 2629, de dezembro de 1.993, alterado pela Lei n.º 2788, de 06 de dezembro de 1.995, art. 3º;

2) Conceder os incentivos previstos nos incisos II, III, IV, V, e VII do artigo 1. da Lei n. 2788, de 06 de dezembro de 1.995, a saber :

II - Isenção total do preço público, referente à obtenção da Licença para construção de obras particulares.

III - Isenção de 100% do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), limitado aos exercícios fiscais de 1997, 1998 e 1999.

IV - Isenção da taxa de Alvará de localização, bem como, todos os Impostos, e taxas para legalização da Inscrição junto ao Cadastro Municipal.

V - Isenção da Taxa de Licença de Funcionamento, a partir do ano de instalação, limitado aos 03 (três) exercícios consecutivos seguintes.

VII - Isenção de 50% das tarifas de consumo de água e afastamento de águas servidas, limitando aos exercícios fiscais de 1997, 1998 e 1999.

3) Apurar, no caso de descumprimento por parte da empresa aderente, os valores referentes aos tributos alcançados pelo presente Termo, bem como, providenciar a devida cobrança através da Fazenda Municipal;

4) O presente Termo de Adesão, somente é válido para empresas aderentes ao PRODERC, que ocupem imóveis locados.

III - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o Foro de Rio Claro para dirimir as possíveis dúvidas a respeito do presente Termo de Adesão, com a renúncia de outros por mais privilegiados que sejam.

E por estarem de comum acordo, assinam o presente Termo de Adesão, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Rio Claro, 18 de julho de 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL :

Prof. Dr. Cláudio Antonio de Mauro - Prefeito Municipal

EMPRESA ADERENTE:

Luiz Antônio Bregagnoli

TESTEMUNHAS:

1. Waldemar Jácomo Gallo
Secretário da Indústria e Comércio
2. José Antônio Castello Branco
Assessor Especial de Contratos e Convênios

c/c. cópia:

- Processo
- Empresa Aderente
- DAAE
- Secretaria de Economia e Finanças
- Secretaria de Obras

Relação das empresas beneficiadas pela Lei de Incentivos:

- (A) – ampliação
(C) – construção

Em 1997:

Empresa	Total de investimentos	Empregos gerados	Atividade
Confecções Helena (A)	110.000	37	Confecção
Pj Gobbo Violações (A)			Confecção
Cerâmica Christofoleti (A)		30	Cerâmica
Marbel RC Com. Imp. Exp. Ltda. (A)	500.000	75	Cesta de Alimentos
Centro Educacional Coc (C)	700.00	66	Escola
Indústria Metalurgica Picelli (A)		50	Metalúrgica
Srs Brasil Comercial Ltda. (C)	500.000	30	Telas de Mat. Serigráfico
Anaber Cosméticos (C)	500.000	30	Cosméticos
Multibrás (A)	58.000.000	452	Apar. Util. Domésticas
Frutverão Ind. de Sorteves (C)	425.000	63	Indústria alimentícia

Em 1998:

Empresa	Total de investimentos	Empregos gerados	Atividade
Mult Ind. Com. de Escovas E Ferramentas (A)		20	Ind. com. escovas e ferramentas
Perdigão Agro Industrial (A)	1.600.000	20	Incubatório de aves

Crios Resinas Sintéticas (A)	3.000.000	10	Química
Felício Crisci Agro Avícola (C)		04	Avicultura
Hotel Fazenda Harmonia (C)		60	Hotelaria
Transportadora Cassiano (C)	1.000.000	80	Transporte de carga

Em 1999:

Empresa	Total de investimentos	Empregos gerados	Atividade
Beraldo e Lombardi Ltda. (C)		06	Alojamento de estudantes
Ibrac Ind. Bras. de Aditivos e Cond. (A)	1.500.000	23	Condimentos
Churrascaria Nova Brescia Ltda. (C)	1.000.000	25	Churrascaria e lanchonete
Conpar Construção, Pav. E Rodovias (C)		40	Condomínio industrial
Nezaja Hotel (C)	900.000	25	Hotelaria
Vitor Guglieme Filho (A)		05	Bem. plásticas
Hidracer Equip. Cerâmicos (C)	200.000	05	Com. Equip. Cerâmicos
Hospital Unimed (A)	4.000.000	40	Coop.Trabalhos Médicos
Guttier Ind. Com. de Óculos (A)		79	Ind. Com. de Óculos
Perfortex Ind. Rec. de Superfície (A)	260.000	15	Ind. Rec. de Superfície
Irb Tatuzinho 3 Fazendas (A)	7.590.000	30	Aguardente
Hotel Tertúlios (C)	350.000	06	Hotelaria
Rodoposto Safira (C)	3.000.000	180	Posto de serviços
C.E.L. Rio Claro Adm. Loc. Part. (C)		60	Condomínio industrial
Bape – Forros e Divisórias (A)		07	Com. Var. de Forros e Divis.
Lavanderia Industrial (C)		15	Lavanderia

Em 2000:

Maria De Lurdes Ribas Lopes (C)	42.500	03	Lanchonete
Antonio Ribas Lopes (C)	127.500	02	Com. equipam. esportivos
Frigogil Ind. Com. Ltda (C)	800.000	100	Ind. frios, carnes, abate de suínos
Moinhos Pedra Branca (C)	200.000	12	Resíduos industriais
Montemor Imob. Ass. de Imóveis (A)	120.000	10	Assessoria de imóveis
L.C. Santana Rio Claro (C)	3.000	05	Reciclagem de prod. industr.
Ti Brasil – Divisão John Crane (A)	300.000	09	Metalúrgica
Transportadora Graúna Ltda. (A)	65.000	12	Transporte de carga
Esmaltec Ind. Com. Ltda. (A)	2.500.000	40	Materiais cerâmicos
Tigre S.A. – Tubos e Conexões (A)	17.000.000	138	Caixas d'água
Torque S/A (A)	7.800.000	249	Peças estampadas
Riclan Fábrica de Balas (A)	5.748.987	80	Alimentação
Minarc Beneficiamento de Minérios Ltda (C)	238.000	05	Beneficiamento de minérios
Corumbataí Indústria e Comércio Ltda. (C)	80.000	120	Terceirização de embalagens
Onix Ortopedia Imp. Ltda. (A)	200.000	20	Material hospitalar
Alfamix Máquinas para Construção (C)	35.000	50	Máquinas para construção
Bioset Ind. de Tec. Eletrônica Ltda. (A)	350.000	20	Equipamentos Médicos
Millenium Ind. Cerâmica Ltda. (C)	15.000.000	200	Pisos cerâmicos
Churrascaria Laçador RC Ltda. (A)	500.000	25	Churrascaria
Escola Ed. Infantil Girassol Ltda. (C)	250.000	20	Escola infantil
Adelson Eventos (A)		02	Feiras/eventos
V. Schmidt & Filhos Ltda. (C)	2.500.000	50	Hotelaria
U.P.R. Ltda. (C)	50.000	04	Resinas e fibras

Em 2001:

Tec Bor	550.000	130	Ind. art. borrracha
Anaber Cosméticos	250.000	20	Ind.Cosmeticos em Geral
Potencial Ltda.	1.200.000	09	Serviços de manutenção
KT Fer	180.000	04	Com. prod. siderúrgicos
Citograf	800.000	54	Prod. de mudas cítricas
Marbel Ltda.	500.000	70	Cestas de alimentos
Aroldo Barthman	175.000	06	Fab. peças para açougue
Multibrás S.A.	3.500.000	148	Fab. apar. e ut. domésticos
Anselmo Oliveira ME	110.000	04	Com. mat. esportivos
Takahashi & Pacheco Ltda.	350.000	30	Churrascaria
Buffet Mello Ltda.	300.000	05	Promoções e eventos
Emgimplan Ltda.	300.000	11	Ind. com. mat. siderúrgicos
Maraes Eng.	4.000.000	200	Proj. constr. Etc.
Lavorart	400.000	25	Ind. com. matrizes ser.
Ladal Ltda.	2.327.000	30	Fab. embalag. plásticas
Veloz Ltda.	200.000	06	Fab. embalag. papelão
Lord Eventos	700.000	20	Serviços
Peralta	4.500.000	200	Supermercado
Habib's	1.000.000	60	Alimentação
Borges & Bovo	150.000	14	Com. estética corporal
Tool Screen	55.000	15	Prod.embalagens
Unirc	77.000	02	Fab. peças e acess. p/ máq.
São Lourenço Madeiras	200.000	11	Com. madeiras e transp.
Nutrifarm	500.000	50	Fábrica de ração
Microplanta	135.958	03	Prod.orquídeas
Expresso Limeira	500.000	50	Transportes
Selial	8.418.800	70	Fábr.sucos conc.

Em 2002:

Transportadora Cassiano Ltda.	1.000.000	17	Transportadora
Premenge Ltda.	2.000.000	15	Premoldados
Hotel Harmonia	200.000	15	Hotelaria
Auto Posto Chervezon	400.000	06	Comércio de combustíveis
Jaw Plásticos	1.300.000	10	Injeção plástica
Lojão Parabrisas	500.000	06	Comércio de peças

* * *

Anexo 3

Resumo das propostas de parâmetros para o desenvolvimento regional que surgiram e foram compiladas nos encontros que aconteceram durante a realização do Programa Desafio 2000 entre as cidades na área de cobertura da TV Brasil Central (EPTV) de São Carlos:

São João da Boa Vista

INDÚSTRIA

Gerais

- Melhoria dos padrões gerenciais
- Formação de mão-de-obra
- Maior participação do empresariado na formação curricular das escolas técnicas
- Identificação de demandas regionais
- Promoção de rodadas de negócios
- Criação e fortalecimento de empresas regionais
- Reativação dos ramais ferroviários
- Instalação de um porto seco, visando viabilizar expansão das exportações
- Política energética: gasoduto, Proálcool
- Criação de aterros industrial para lixo tóxico

Cerâmica

- Desburocratizar as atividades de extração da matéria-prima
- Difundir instrumentos de gestão administrativa: SEBRAE
- Linhas de financiamento para modernização tecnológica: SEBRAE, centros de pesquisa
- Programa de qualificação da mão-de-obra: SENAI, Escolas Técnicas Estaduais

Agroindústria

- Estabelecimento de condomínios industriais com objetivo de agregar valor aos produtos agropecuários: esmagamento de laranja, embalagens de frutas e legumes
- Estabelecimentos de núcleos habitacionais rurais próximos aos condomínios industriais
- Industrialização do café: criação de um selo regional

Metal-mecânica

- Formação de mão-de-obra
- Divulgação do potencial produtivo da região: rodada de negócios, exposições
- Identificação da demanda regional
- Linhas de crédito com prazos compatíveis

TURISMO

PROPOSTAS PARA A REGIÃO

O turismo como fonte de renda e geração de emprego começou a ser discutido no I Fórum Regional de Turismo, promovido pelo Sebrae-SP, em Vargem Grande do Sul, em 05 de maio de 1999.

Propostas:

1 - Estruturação do Consórcio Regional de Turismo

1.1 - Segmentos:

Lazer (Rural e ecológico), Religioso, Negócios e Eventos.

2 - Integração dos municípios participantes do Consórcio no PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo (Embratur).

3 - Consolidação do inventário da região – com levantamento, por município, das potencialidades, das dificuldades e necessidades.

4 - Trabalho de conscientização da população através de um programa de educação para o turismo:

4.1 - Inclusão do turismo como disciplina escolar em todos os níveis.

4.2 - Treinamento e qualificação de mão-de-obra

4.3 - Qualidade nos serviços e atendimento

4.4 - Implantação de um programa do lixo.

5 - Elaboração de um plano diretor regional de turismo.

6 - Contratação de profissionais de Planejamento de Turismo e Marketing. O maior beneficiário do desenvolvimento do turismo no município e na região é o cidadão local.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

CONSTATAÇÕES E AÇÕES

CONSTATAÇÕES

- A falta de um grande pólo comercial é um ponto negativo para a região
- Existe carência na formação do empresariado, e por conseqüência dos funcionários
- Pouca informação para a tomada de decisão
- Pouca articulação entre os setores
- Pouca mobilização dos comerciantes em torno das ACIs e possíveis parcerias
- Pouca integração entre festas temáticas e comércios locais
- Necessidade de reforma tributária imediata.

AÇÕES

- Campanha de marketing institucional de caráter regional
- Programa de aperfeiçoamento para os setores de comércio e serviços
 - Apoio de faculdades e ACIs
 - SENAC, SEBRAE
 - Possibilidade de cursos itinerantes
 - Criação de um “selo de qualidade”

- Conscientização sobre a importância de parcerias
- Calendário de promoções regionais (“barracão”)
- Criação de um fórum de articulação entre setores
 - Parceria entre festas temáticas
 - Sinergia entre setores
 - Melhor aproveitamento das festas já existentes (semana universitária etc.)
- Criação de um banco de dados sobre o comércio e serviços na região (pesquisa)
- Desenvolvimento de mão-de-obra qualificada para o turismo e agronegócios.

Agricultura: produtos exportáveis

1. Produzir café – qualidade, volume e preço competitivo:
 - (i) incentivar concursos de qualidade de café
 - (ii) incentivo à produção de cafés de bebidas finas pelas cooperativas
 - (iii) financiamento para a recuperação e tecnificação das lavouras visando a aumento da produtividade (custo e produção)
 - (iv) incentivo à mecanização
 - (v) investimento em infra-estrutura nas propriedades.

2. Política de marketing:
 - (i) adoção de ações conjuntas entre as cooperativas da Mogiana com o apoio da Câmara Setorial do Café
 - (ii) uniformização do discurso e da divulgação de estatísticas (Sistema do Café e Governo)
 - (iii) difusão nas escolas de 1º grau da importância do café (coordenado pelas prefeituras e financiado pelo setor privado. Exemplo: folheto “Dica Feliz” - ABIC).

3. Incentivo à geração de emprego na região:
 - (i) estimular a criação de agrovilas nas áreas produtoras de café visando a fixação do homem no campo (recursos do BNDES)
 - (ii) reformar colônias das fazendas de café.

4. Fortalecimento das bases de negócios dos produtores:
 - (i) incentivar a formação de pequenos núcleos regionais de produtores associados a uma cooperativa
 - (ii) explorar novos nichos de mercado em cafés de qualidade e de características especiais (orgânico, altitude, despulpado, cereja descascado). Ação coletiva das cooperativas da região.

PRODUTOS DOMÉSTICOS

PRINCIPAIS PROPOSTAS

LEITE

NÍVEL REGIONAL

Estudos para identificação de oportunidades e nichos de mercado para leite e derivados:

- Aproveitar potencial das entidades (Sebrae, Sindicatos, Universidades etc.)
- Criar novo modelo de produção e comercialização compatíveis com os novos padrões de mercado
- Atuar em segmentos regionais
- Reengenharia do modelo cooperativista e associativista
- Identificação de alternativas para agregação de renda ou reconversão produtiva
- Política de crédito compatível com os projetos.

NÍVEL NACIONAL

1ª Etapa:

- Preço mínimo para o produtor
- Regulamentar importações
- Obrigatoriedade dos programas oficiais de adquirir somente leite ou derivados comprovadamente nacionais

2ª Etapa:

- Mudança estrutural do sistema
- Padrões de qualidade

PRODUTOS DOMÉSTICOS PRINCIPAIS PROPOSTAS

OLERÍCOLAS

Vantagens comparativas da região:

- Diversidade geo-climática
- Fácil escoamento da produção agrícola
- Abundância em recursos hídricos
- Grande aproveitamento de mão-de-obra

Pequenos produtores:

- Novos canais de comercialização
- Produzir o que o mercado exige

Desvantagens comparativas da região:

- Alto custo de produção

- Baixar custo da batata semente e dos demais insumos
- Falta de controle na comercialização:
- Descarte e inadimplência
 - Gera o mercado informal
- Novos usos para o excesso de produção:
- Amido da batata
 - Ração animal
 - Pré-processados

PROBLEMAS COMUNS

Legislação arcaica e rígida:

- Trabalhista
- Tributária etc.

Falta de representatividade política:

- Organização de classe (entidades, sindicatos, associações)
- Eleger representantes comprometidos com o setor
- Município, Estado e Federação

Rio Claro

INFRA ESTRUTURA REGIONAL

I. Água e Esgoto

Mananciais e abastecimento, qualidade, cobertura urbana, rede e ligações. Tratamento de esgotos: devolver águas limpas.

II. Transportes e Circulação

Rodovias sobrecarregadas. Ferrovia subutilizada, só cargas pesadas, a de passageiros desativada. Aeroporto: necessidade para cargas de alto valor agregado. Hidrovia: porto de Artemis, carga a granel. Transporte Regional: problemas de horários.

III. Energia Elétrica

Fornecimento de 100% dos consumidores. Boa infra-estrutura de distribuição. Necessidade de reduzir o consumo. Baixos índices de desligamentos e de atenção de ocorrências. Boa capacidade para atender a demandas futuras.

IV. Resíduos Sólidos

Coleta eficiente. Locais de deposição final com algumas deficiências: lixões. Faltam aterros sanitários para lixo domiciliar. Necessidade de aterro regional para resíduos industriais e do setor saúde. Evitar colocação clandestina de lixo.

A indústria e a exportação da Região de Rio Claro

1. O Perfil Industrial e a Exportação da Região

1.1. a exportação regional para outros países é baixa, mas deve ser

ampliada;

1.2. Principais produtos exportados: peças variadas para autoveículos e material de transportes, materiais plásticos de pvc, tubos e tanques, fibra de vidro;

1.3. meio de transporte: predomínio rodoviário, aéreo e fluvial;

1.4. Países onde são exportados: predominantemente países da América Latina (Mercosul), Continente europeu, América Central (Guatemala), África;

2. Visão da Indústria Exportadora Regional no Cenário Nacional e Mundial: o Comércio Exterior

2.1. o processo de abertura comercial iniciado em 1990, alterou a política de competitividade da indústria regional, impondo mudanças comportamentais das empresas (qualidade, concorrência etc.);

2.2. a desvalorização cambial em janeiro último não impulsionou a exportação, como desejado;

3. O principais Problemas da Indústria Regional no Processo de Exportação

3.1. baixo valor agregado de tecnologia, qualidade, credibilidade e desempenho dos produtos exportados;

3.2. qualidades e qualificações da mão-de-obra;

3.3. meios de transporte

3.4. adaptações as normas internacionais do comércio exterior;

3.5. pouco conhecimento do mercado externo e dos concorrentes;

3.6. acesso as políticas de crédito;

3.7. alto preço do processo de exportação, do custo da política tarifária e tributária dos governos;

3.8. qualidade da matéria-prima;

3.9. falta cooperação entre os empresários e o setor público para dinamizar interesses comuns para exportar (relação entre fornecedores, receita federal, meios de transportes, universidades etc.);

3.10. falta de apoio do poder legislativo ao desenvolvimento regional/local

4. Rumos e Compromissos

4.1. promover um organismo de integração do setor público e privado, em conjunto com a comunidade acadêmica para diagnosticar o quadro real do desenvolvimento econômico regional e local;

4.2. após o diagnóstico, é preciso apresentar uma proposta de planejamento estratégico que contemple a atração de novos negócios e a manutenção de negócios já instalados através da identificação de novos nichos de desenvolvimento;

4.3. o diagnóstico econômico detectado deve estar embasado na vocação econômica regional e local;

4.4. cumprida estas etapas, deverá ser estabelecido um cronograma para implantação do planejamento estratégico regional/local;

4.5. o processo de planejamento estratégico, deverá estar sempre atento a consignação dos objetivos traçados e de reavaliação permanente de propostas.

AGRICULTURA, AVICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS

AGRICULTURA
CANA-DE-AÇÚCAR
CITRICULTURA
AVICULTURA
PECUÁRIA LEITEIRA
HORTIFRUTIGRANJEIRO
PLANTAS ORNAMENTAIS

CANA-DE-AÇÚCAR

- * REORGANIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES
- * DIVERSIFICAÇÃO NAS ÁREAS
- * ORIENTAÇÃO A ESSES PRODUTORES
- * CITRICULTURA
- * PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR
- * ASSOCIAREM-SE PARA COMERCIALIZAÇÃO DIRETA
- * PRODUÇÃO DE QUALIDADE
- * AMPLIAR O CONSUMO DO SUCO

AVICULTURA

- * FÁBRICA DE RAÇÃO
- * GRUPO REGIONAL DE GRÃOS
- * AGROINDÚSTRIA

PECUÁRIA LEITEIRA

- * REORGANIZAÇÃO - PRODUTIVIDADE E QUALIDADE
- * LEGISLAÇÃO

HORTIFRUTIGRANJEIRO

- * ORIENTAÇÃO PARA PRODUÇÃO
- * COMERCIALIZAÇÃO
- * INCENTIVO PARA PRODUÇÃO ORGÂNICA
- * APOIO PARA O ASSOCIATIVISMO

PLANTAS ORNAMENTAIS

- * PRODUÇÃO
- * COMERCIALIZAÇÃO*ORGANIZAÇÃO

CONCLUSÃO

- * NECESSIDADE URGENTE DE INTEGRAÇÃO DOS CENTROS

PESQUISA/UNIVERSIDADES/SECRETARIAS ESTADUAIS E
MUNICIPAIS
* FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO
RURAL

TURISMO ECOLÓGICO
POTENCIAL E ATIVIDADES EM ANDAMENTO
CONCEITO DE TURISMO

- Traz benefícios econômicos para o desenvolvimento local
- Transformação de antigas propriedades agrícolas em atrações turísticas – entrada do setor terciário (prestação de serviços), característico da área urbana em zonas rurais;

IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS
DO TURISMO

- Modelo do desenvolvimento do sistema econômico do País estimula a exploração desenfreada dos recursos naturais
- Como compatibilizar desenvolvimento e conservação ambiental nas atividades turísticas?
- A atividade turística deve estar sustentada em um tripé: conservação sócio-ambiental, educação ambiental e desenvolvimento econômico.

ATIVIDADES EM ANDAMENTO

Ipeúna: Levantamento do potencial turístico junto às fazendas locais com muitas atrações naturais: cachoeiras, grutas, relevo de cuevas.
Analândia: Estância climática ⇒ proibição de indústrias. Turismo como principal foco de desenvolvimento. Atualmente, chácaras de veraneio e as atrações naturais que são as cachoeiras e morros testemunhos.

Brotas: Tendência natural para o ecoturismo. Bom nível de organização no setor com várias agências de turismo instaladas no local e o COMTUR atuante.

Santa Gertrudes: Pretende desenvolver o turismo histórico (antigas fazendas de café), turismo ambiental (trilhas) e turismo de negócios (indústrias cerâmicas).

Rio Claro: Programa de educação ambiental (ensino fundamental) com escolas públicas, envolvendo aspectos históricos e atrações naturais/turísticas (Floresta Estadual, Usina da Cesp, Centro).

PROPOSTAS

- 1º) Inventário do potencial turístico da região;
- 2º) Promover atividades turísticas locais que incentivem a

participação da população;

3º) Estimular parcerias entre o poder público, iniciativa privada, associações de classe para o desenvolvimento do turismo regional;

4º) Formação de um grupo regional de turismo;

CONCLUSÕES

O conjunto de atributos naturais da região mostra grande vocação para o turismo, que ainda é de pequeno destaque.

O turismo regional poderá contribuir para o desenvolvimento econômico, principalmente dos pequenos municípios, cuja receita é modesta.

A exploração do turismo ecológico-cultural poderá representar uma fonte de recursos para a sustentabilidade da região, desde que seja uma exploração criteriosa e orientada, que evite a degradação dos patrimônios naturais.

Araraquara

SERVIÇOS

1. CENÁRIO: O processo de globalização, quer através de mecanismos multilaterais como o FMI e outros, quer através da atuação do mercado internacional, tem sérias implicações para o desenvolvimento regional.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: As políticas públicas, no que se refere a serviços em geral e, especificamente no que toca à educação e ao ensino superior em particular, são afetadas pela restrição de recursos e pelas normas estabelecidas pelos organismos multilaterais.

3. SERVIÇOS: O governo, quer privatizando, quer não oferecendo as condições adequadas, abre mão de suas responsabilidades, permitindo que, quantitativa e qualitativamente, os serviços públicos atendam cada vez menos as demandas da comunidade. Com os níveis de tributação atualmente existentes, deveríamos ter oferta de serviços públicos de qualidade. No entanto, à multiplicidade de tributos não corresponde a contrapartida de atendimento das expectativas da comunidade.

4. EDUCAÇÃO: A educação inicial e continuada é condição fundamental de cidadania e de desenvolvimento econômico e social. Ao Estado compete assegurar condições de educação para todos os seus cidadãos. Deve ser estabelecida a complementaridade entre os diferentes níveis e modalidades de ensino assim como entre o ensino público e o privado. Em uma perspectiva ampla, além dos sistemas de ensino, os meios de comunicação de massa e as organizações sociais devem assumir o compromisso com a educação.

5. ENSINO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO: É pelo ensino de graduação e pós-graduação que são formados os quadros necessários para a serviço público e iniciativa privada. Verifica-se que não existe

um entrosamento necessário entre as diferentes agências formadoras. Por outro lado, a própria comunidade não tem conhecimento de seu próprio papel.

6. PESQUISA: As universidades desenvolvem a pesquisa em várias áreas e modalidades. A pesquisa pura visa o avanço do conhecimento. A pesquisa aplicada visa a solução de problemas decorrentes do atendimento das necessidades sociais e econômicas. Ambas se complementam e são necessárias.

7. EXTENSÃO: A extensão deve levar à comunidade os conhecimentos gerados realimentando a pesquisa e criando condições para formação de profissionais. Assim sendo, é indissociável do ensino e da pesquisa não se confundindo com a prestação de serviços.

Considerações Finais:

1. É necessário que os poderes públicos e a comunidade em geral percebam e utilizem melhor o potencial que as universidades representam para o desenvolvimento econômico e social.

2. É necessário estabelecer parcerias entre poderes públicos, universidades e representantes de segmentos da comunidade para gerar alternativas de desenvolvimento.

3. A universidade pode contribuir para o desenvolvimento regional das seguintes maneiras: a) na formulação e implementação de políticas públicas; b) disseminando estudos e projetos aplicáveis à região; c) possibilitando formação inicial e continuada em alto nível.

4. Deve haver compromisso das autoridades e segmentos da comunidade com a defesa da universidade e dos demais serviços públicos, atuando contra a política de desmanche promovida nos planos estadual e federal.

INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA E ALIMENTAR

1. O grupo focalizou os aspectos locais do desenvolvimento industrial, numa perspectiva cosmopolita:

- A globalização é um dado fundamental
- Os concorrentes e os produtos dos concorrentes estão mais presentes
- Mas o mercado para os produtos locais também pode ser mais amplo
- As empresas bem-sucedidas da região adaptaram-se a nova realidade: novas bases da indústria

2. A importância da macroeconomia e das políticas do governo:

- A estabilidade e a abertura foram fatores decisivos
- Afetam o desenvolvimento local
- Incertezas permanecem

3. O decréscimo do emprego industrial direto na atividade metal-mecânica é um indicador pouco adequado:

- As empresas bem-sucedidas estão produzindo mais e melhores produtos
- Com menos funcionários, mas eles são treinados e melhor remunerados.
- Terceirização
- Aumento muito importante da produtividade e da competitividade

4. Necessidade de estabelecer vínculos mais estreitos:

- Dentro da empresa – transparência
- Entre as empresas – cooperação
- Das empresas com as instituições universitárias
- Cooperação

5. Importância da administração local e das instituições locais

- Infra-estrutura pública
- Sistema educacional e de treinamento profissional (Senai)
- Esforços mais direcionados e eficazes

6. Atração de empresas:

- Incentivos para as novas empresas não devem servir para comprometer o desenvolvimento das empresas que existem
- Empresas são atraídas pelos fabricantes locais quando estes promovem esta vinda
- Bases locais são fundamentais

7. Importância dos serviços locais na atração de empresas e de profissionais:

- Qualidade de vida; segurança; educação; moradia
- A terceirização pode estimular a oferta de serviços qualificados
- Ainda existem carências muito importantes
- Serviços qualificados – informática especializada para a indústria

8. Existe um novo perfil da indústria metal-mecânica, que se desenvolve nas novas bases.

COMÉRCIO DIAGNÓSTICO GERAL

1. EFEITOS DA GUERRA FISCAL - transferências de atividades para outros Estados

ESPECÍFICOS

1. ENFRAQUECIMENTO DO COMÉRCIO E ABANDONO DO ESPAÇO URBANO

2. AS CIDADES SE DESCONHECEM
3. ISOLAMENTO DOS COMERCIANTES
4. CARÊNCIA DE DEBATES ENTORNO DE ESTRATÉGIAS PARA AS EMPRESAS COMERCIAIS VAREJISTAS
5. IMPESSOALIDADE IMPOSTA PELAS EMPRESAS DE REDE NA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE ONDE ESTÃO ESTABELECIDAS
6. DIFICULDADES EM IDENTIFICAR POTENCIALIDADES ECONÔMICAS NOS MUNICÍPIOS

PROPOSTAS

1. GUERRA FISCAL - DEBATE NA INSTÂNCIA ESTADUAL
2. PROMOVER A REVITALIZAÇÃO E OCUPAÇÃO RACIONAL DO ESPAÇO, AGINDO E INTERAGINDO COM O MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDO PARA SUPRIR AS DEMANDAS SOCIAIS
3. DISCUSSÃO E FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS DO COMÉRCIO VAREJISTA COM OS COMERCIANTES
4. ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO COMÉRCIO JUNTO AS ENTIDADES DE CLASSE
5. CRIAÇÃO DE UM FÓRUM PERMANENTE DE DEBATES SOBRE OS PROBLEMAS DA CATEGORIA
6. INTENSIFICAR A CAPACITAÇÃO COMERCIAL DOS PROPRIETÁRIOS E DA GERÊNCIA
7. DESENVOLVIMENTO DE REDES ASSOCIATIVISTAS
8. ESTUDO SOBRE A DEMANDA E PRODUTOS TURÍSTICOS NA REGIÃO
9. VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS COMO ESSA (EPTV/UNESP/UFSCAR) QUE PROPORCIONAM O DEBATE DEMOCRÁTICO E DE ESTÍMULO DA PRÁTICA DA BUSCA DE SOLUÇÃO ORGANIZADA E PLURAL.

AGROINDÚSTRIA

A INSTALAÇÃO DE GRANDES CULTURAS NA REGIÃO RESIDE NA APTIDÃO CLIMÁTICA FAVORÁVEL PARA O SEU DESENVOLVIMENTO.

A AGROINDÚSTRIA DA CANA E DA LARANJA CONCENTRA GRANDES ÁREAS POR NECESSIDADES OPERACIONAIS, PONDO EM RISCO A RENTABILIDADE QUANDO A OFERTA É MAIOR QUE O CONSUMO.

- O EQUACIONAMENTO DA DIMENSÃO E DA PRODUÇÃO DESTINADA AO MERCADO E A INDÚSTRILIZAÇÃO MINIMIZARIAM O RISCO DE PREJUÍZOS (NO CASO DA CITRICULTURA).
- AS ATIVIDADES AGRÍCOLAS DA REGIÃO, CANA E CITRUS, DEVERÃO PERMANECER SEM GRANDES PERDAS DE ÁREA MAS EXIGIRÃO, FUTURAMENTE, PLANEJAMENTO MAIS RIGOROSO AFIM

DE MELHORAR E DEFINIR SUA SOBREVIVÊNCIA COM O MÍNIMO DE RISCO.

- O ASSOCIATIVISMO RURAL É A SUGESTÃO PARA A SAÍDA DA AGRICULTURA REGIONAL, ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES AMPARADA POR PLANEJAMENTO QUE ATENDA AS NECESSIDADES DESDE O PLANTIO ATÉ A COLOCAÇÃO DO PRODUTO NO MERCADO

- AMPLIAR O SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS, LEVANDO PERIODICAMENTE ATUALIZAÇÃO DAS CULTURAS, SEUS TRATOS, TENDÊNCIAS DE MERCADO DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO, CRIAÇÃO DE OPÇÕES DE CULTURAS ADAPTADAS À REGIÃO, POSIÇÕES DE MERCADO, LINHAS DE CRÉDITO, PROJETOS DE VIABILIDADE ECONÔMICA.

- PARTICIPAÇÃO DE TODA A CADEIA PRODUTIVA NO PROCESSO DE DISCUSSÃO DA POLÍTICA DE INTERESSE REGIONAL, INCLUINDO A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES.

- RURAIS BUSCAR NOVOS MECANISMOS COM A PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PÚBLICA E PRIVADA.

- DIRIGIDOS A DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROINDUSTRIAIS, BUSCANDO

- DISPOSITIVOS LEGAIS PARA A INSTALAÇÃO E PERMANÊNCIA DA AGROINDÚSTRIA COM NOVAS VOCAÇÃOES INDUSTRIAIS.

- DESENVOLVER CONDIÇÕES NA BUSCA DE NOVAS ALTERNATIVAS QUE JUSTIFIQUEM A FIXAÇÃO DO AGRICULTOR NO CAMPO E A CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO.

- REGIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, COM O OBJETIVO DE PROPORCIONAR OPORTUNIDADES DE COMERCIALIZAÇÃO DENTRO DOS PADRÕES EXIGIDOS PELO CONSUMIDOR DO NOVO MILÊNIO, OFERECENDO PADRÕES DE QUALIDADE, PREÇO E VOLUME COMPETITIVOS.

CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DIAGNÓSTICO

1 - O desenvolvimento econômico não tem sido acompanhado pelo desenvolvimento social e pela justa distribuição da riqueza.

2 - O sistema tributário brasileiro é socialmente injusto, pois onera principalmente os segmentos sociais com menor nível de renda e o setor produtivo, principalmente o pequeno e médio empreendedor.

3 - A municipalização em princípio é um processo necessário/interessante, pois pode garantir a descentralização das decisões para o nível mais próximo dos problemas. No entanto, a descentralização dos encargos não tem sido acompanhada da necessária e suficiente descentralização dos recursos.

4 - Os municípios muitas vezes têm tentado resolver seus problemas

através de ações isoladas (ex. a guerra fiscal), dando pouca ênfase à ação regional.

5 - Baixa participação da população, apesar da Constituição Federal de 88 prever a cooperação de associações representativas no planejamento municipal.

6 - Ausência do conhecimento da comunidade sobre si mesma.

7 - Potencialidades não exploradas, com recursos subutilizados ou ociosos.

PROPOSTAS

1 - Busca de formas de gestão participativa na constituição de alternativas que possibilitem desenvolvimento local/regional: orçamento participativo, Agenda 21 Local, planejamento estratégico das cidades, consórcios intermunicipais e parcerias, fortalecimento de Conselhos Municipais, criação de Conselhos Regionais, fortalecimento de Cooperativas e criação e fortalecimento das Agências de Desenvolvimento Local.

2 - Envolvimento dos prefeitos, vereadores e secretários municipais na discussão e propostas da Reforma Tributária a ser discutida no Congresso Nacional, preferencialmente através de fóruns apropriados.

3 - Adoção de uma política tributária municipal que fortaleça sua receita própria, através de uma justa distribuição do ônus tributário (ex.: IPTU e ISS progressivos, recadastramento imobiliário, revisão de mapas de valores, incentivo de ocupação de terrenos vazios etc.).

4 - Entendendo o Terceiro Setor por um setor que é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, no âmbito não governamental, propõe-se que o poder público fomente a atuação e a otimização destas entidades, criando, inclusive, espaços para a coordenação de ações concretas.

5 - Parceria entre poder público municipal e universidades e instituições de ensino superior, para desenvolvimento de: programas de formação, qualificação e atualização profissional de profissionais do executivo e legislativo municipais, além de entidades pertencentes ao Terceiro Setor e membros das associações representativas e Conselhos Municipais;

6 - Assessoria Técnica nas diferentes áreas de atuação do Poder Público Municipal; desenvolvimento de pesquisas, prestação de serviços e realização de estágios nas diferentes áreas de atuação das prefeituras; produção teórico-conceitual sobre Administração Municipal; disponibilização de dados através de publicações e meios eletrônicos

São Carlos

Indústria Metal-Mecânica

Propostas para seu Desenvolvimento

Propostas Gerais

- Reforma tributária com desoneração efetiva das exportações
- Redução do chamado Custo Brasil (juros, financiamento de LP, infra-estrutura)
- Legislação que impeça a guerra fiscal

Propostas Locais

- Ação incisiva nos campos da saúde e educação
- Melhoria na infra-estrutura dos parques industriais
- Atração de novas indústrias deve centrar-se na infra-estrutura e marketing municipal

- Manutenção de empresas é prioritária

Integração Universidade-Empresa

- Ampliar o acesso das empresas ao conhecimento gerado nas Universidades

- Aproveitamento dos talentos
- Interação com a base tecnológica
- Extensão no turno noturno

Fórum Regional da Indústria Metal-Mecânica

- Estimular a interação entre as empresas da cadeia metal-mecânica de forma a adensar as cadeias produtivas e aproveitar os benefícios da proximidade

- Empresários, Sebrae, governos locais e universidades com articulação do CIESP

Mesa Empresas de Base Tecnológica"

Prognósticos e contribuições

- Síntese diagnóstico
- EBTs demandam um ambiente específico de cooperação e coordenação de diferentes agentes para se desenvolver
- em São Carlos estão presentes importantes destes agentes, quais sejam:
 - universidades e centros de pesquisa
 - Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia
 - Fundação ParqTec
 - empresários inovadores

É necessário desenvolver na sociedade local/regional:

- agente indutor de inovação (grandes empresas, grandes projetos articuladores, envolvimento ativo do agente público local)
- fundos para financiamento e dinamização de atividades empresariais inovadoras, a exemplo de fundos de capital de risco
- ações junto aos governos federal e estadual para articular/negociar ações conjuntas, contrapartidas e projetos.

- Identificar ações de iniciativa dos diferentes agentes que possibilitem a consolidação de uma cultura de desenvolvimento e inovação na cidade:

governo local: coordenar a ação inovadora no município, articulando os agentes locais e não locais, aproximando empresários, universidades e centros de pesquisa, governos e agentes financeiros;

- promover integração entre fontes de financiamento disponíveis e possíveis usuários;
- identificar estratégias para completar "mosaicos";
- ações de iniciativa dos diferentes agentes.

governo local:

- promover a erradicação do analfabetismo existente em bairros da cidade
- promover o aprimoramento da qualificação profissional do jovem
- dar continuidade e consolidar a Secretaria de Ciência e Tecnologia
- ações de iniciativa dos diferentes agentes

governo local

- realizar gestões junto aos governos federal e estadual para assegurar o apoio necessário às atividades universitárias e de pesquisa
- promover políticas públicas para o setor que contemplem:
 - competitividade
 - monitoramento de mercado
 - alianças estratégicas
 - apoio empresarial
 - continuidade do processo inovador

ações de iniciativa dos diferentes agentes

universidades/centros de pesquisa

- promover mecanismos institucionais que facilitem a transferência de tecnologia e novas oportunidades de negócios
- novas formas de gestão que promovam integração entre empresas e demais agentes, abertura de capital etc.

Sistemas Agroindustriais de Base Agrícola Resultados do workshop

Diagnóstico

- Mecanização da cultura da cana-de-açúcar
- Redução da produção de cana

- indefinição da política energética
- excesso de oferta de açúcar (30%) no mercado internacional
- extinção da política protecionista
- Crise na pecuária de leite

Principais Conseqüências

- Desemprego da Mão de obra (Mecanização da cana-de-açúcar e crise na pecuária leiteira)
- Ociosidade da Terra (redução do plantio de cana e pecuária leiteira)
- Inviabilidade de pequenos fornecedores de cana

Particularidade da região:

- Mecanização ainda incipiente
- Duas regiões:
 - Ibaté (mecanizável)
 - Santa Rita (não-mecanizável)
- Desenvolvimento urbano acentuado

Diagnóstico Final

- Excedente de oferta de terra e mão-de-obra
- Potencial crescente de consumo de alimentos diferenciados

Propostas - I

- Fruticultura não-tropical e exóticas
- Alimentos diferenciados (produtos ecológicos)
- Turismo rural (infra-estrutura cafeeira)
- Citricultura
 - aptidão edafo-climática
 - localização geográfica

Propostas - II

- Consumo institucional (Órgãos públicos)
- Reservas florestais naturais: título de área de preservação permanente
- Assentamentos rurais
- Reconversão da mão-de-obra
- Reconversão dos pequenos fornecedores de cana
- Zoneamento do solo rural (preservação da infra-estrutura rural, do solo agrícola e dos recursos hídricos)

CADEIAS AGROINDUSTRIAIS DE BASE PECUÁRIA: Aves e Laticínios

Constatações

- Preços competitivos internacionalmente
- Criação de commodity para transpor barreiras sanitárias: Leite
- Importações deletérias crescentes
- Informalidade crescente
- Tendência de queda nos preços ao produtor e perda de competitividade

Laticínios

Ações de Governo:

- Processo anti-dumping
- Leite nacional nos programas sociais
- Normatização da produção de leite cru: PNQL
- Fiscalização do leite informal (Saúde Pública - Municípios, Estado, Federação)
- EMBRAPA: especialização das atividades, condomínios leiteiros
- Universidade: alternativas para reconversão dos excluídos
- Linhas de financiamento: Proleite

Ações do Setor Privado:

- Esclarecimento ao consumidor: participação da EPTV em marketing institucional
- Mudança de comportamento na relação contratual produtor-indústria

Avicultura

Ações de Governo:

- Estímulo ao plantio de milho próximo às regiões de intenso consumo (alternativa para a cana-de-açúcar)
- Investimento em transporte multi-modal: hidrovias Tietê-Paraná, Ferronorte
- Carne de frango nos programas sociais (proteína de baixo custo)
- Criar linhas de financiamento
- Redução da carga tributária

Ações do Setor Privado

- Modernizar o abate na região: automação de processo, diversificação da oferta (produtos de conveniência)

COMÉRCIO E SERVIÇOS

CONSTATAÇÕES E DESAFIOS

COMÉRCIO E SERVIÇOS

CONSTATAÇÕES

- São Carlos é um polo de atração regional (Ribeirão Bonito, Dourado, Ibaté, Itirapina, Brotas, Descalvado, Porto Ferreira, Jaú, Matão, Araras etc.)
- O comércio de São Carlos recebe mensalmente 100.000 pessoas de cidades vizinhas

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- EXISTE UM PRECONCEITO EM RELAÇÃO A ALGUNS ASPECTOS DO COMÉRCIO LOCAL (PREÇOS)
- O SHOPPING SERVIU COMO ESTIMULADOR DA ATUALIZAÇÃO DE MÉTODOS DE GESTÃO VAREJISTA

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- META:
- MANTER O CONSUMIDOR NA REGIÃO, EVITANDO A EVASAO DE RECURSOS.
- CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DAS VANTAGENS DO COMÉRCIO LOCAL

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- AÇÕES:
- MELHOR ARTICULAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PATRONAIS E SINDICAIS
- IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE ATUALIZAÇÃO PARA O EMPRESÁRIO E PARA O TRABALHADORES EM FERRAMENTAS DE GESTÃO.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- ESTUDO DE UMA CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO DAS VANTAGENS DO COMÉRCIO LOCAL
- REFORMA TRIBUTÁRIA ⇒ SOBREVIVÊNCIA DO COMÉRCIO

COMÉRCIO E SERVIÇOS

- ESTÍMULO A FORMAÇÃO DE UM COMITÊ DE APOIO A EVENTOS (TURISMO DE NEGÓCIOS, FEIRAS ETC.) ARTICULADO COM O PODER PÚBLICO.
- CRIAÇÃO DE UM FÓRUM DE DISCUSSÃO PARA ENCAMINHAR OS RESULTADOS DESSA DISCUSSÃO INICIAL

Um dos primeiros estatutos elaborados para a constituição do PARCTERC e da Incubadora de Tecnologia que final mente que em sua versão final se chamará INCUNESP.

* * *

Anexo 4

Regimento interno do Fundo de Amparo ao Empreendedor Rio-clarense.

Regimento interno do Fundo de Amparo ao Empreendedor Rio-clarense. Mostrado aqui também para se comprovar o estágio em que se encontrava quando surgiu a opção para o Banco do Povo do Estado.

O presente material foi usado em duas conferências que fizemos como convidados da SERT em Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

1. INTRODUÇÃO

O presente Regulamento rege as operações do fundo rotativo de crédito do FAERC e deve ser aprovado pelo Conselho de Administração. De acordo com disposição estatutária, este documento poderá ser alterado pelo referido Conselho, sempre que houver justificada necessidade para o normal e eficiente desenvolvimento das atividades de crédito, mediante proposta do Núcleo Executivo. Para isso, considerará: a política de auto-suficiência da instituição, as necessidades da clientela alvo e as diretrizes econômicas e dispositivos legais do País.

As condições de concessão do crédito serão disciplinadas em normas específicas, sendo revisadas trimestralmente ou sempre que houver necessidade.

A concessão de crédito atenderá a uma política de conquista de ganhos progressivos no que diz respeito a valor do crédito e prazos, considerando-se respectiva capacidade de pagamento. Não se caracteriza como obrigação do FAERC, mas possibilidade atingível, dependente da evolução do empreendimento e da sua história de crédito junto à Instituição. No caso do crédito a grupo solidário, a

análise será individual, visando a avaliar as condições de cada cliente em particular, assim como manter a homogeneidade do crédito aos participantes do grupo. A regra será a concessão de um único crédito por pessoa. Casos excepcionais de concessão de créditos paralelos para capital fixo e de giro poderão ser avaliados pelo Comitê de Crédito e autorizados pelo Núcleo Executivo.

2. OBJETO

Conceder crédito ágil, acessível e adequado para o crescimento e consolidação de empreendimentos de micro e pequeno porte, formais ou informais, localizados no Município de Rio Claro.

3. CLIENTES POTENCIAIS

Pessoas físicas de baixa renda, com dificuldade de acesso ao mercado creditício formal, já proprietários de uma micro ou pequena unidade econômica. Pessoas jurídicas, constituídas como micro empresas ou empresas de pequeno porte, com dificuldade de acesso ao crédito do sistema financeiro. No primeiro ano de funcionamento, o FAERC atenderá prioritariamente Rio Claro e empreendimentos já existentes, sendo que a princípio só apoiará negócios com mais de 6 (seis) meses de funcionamento.

4. BENEFICIÁRIOS

- Brasileiros ou estrangeiros com residência permanente e residam ou estejam localizados há pelo menos 2 (dois) anos no Município de Rio Claro;
- Maiores de 18 anos de idade ou menores emancipados legalmente ou avalizados pelos pais;
- Proprietários de uma micro ou pequena unidade econômica, localizada no Município de Rio Claro, cujo empreendimento já esteja em atividades há pelo menos 6 (seis) meses registrado ou não;
- Sejam classificados como micro ou pequenos empresários no Fisco Estadual, quando registrados;
- Apresentem viabilidade econômico financeira;
- Tenham capacidade de gerar emprego/ocupação e renda para si e para outros;
- Desenvolvam atividade que não prejudique o meio ambiente nem se caracterize como delito
- Tenham dificuldade de acesso às formas convencionais de crédito, face à falta de garantias reais, ou pela inadaptação das condições dos mesmos;
- Tenham no máximo 15 funcionários permanentes, registrados ou não;
- Tenham um patrimônio de empresa não superior a R\$ 60.000,00

- Tenham faturado no máximo R\$ 180.000,00 bruto no exercício anterior ao do pedido;
- Empreendedores que apresentem todas as informações solicitadas e cuja veracidade seja constatada pelo agente de crédito;
- Não estejam negativos no SPC/CDC e no SERASA.

5. CONSTITUIÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Para haver um equilíbrio quanto ao nível de estruturação dos empreendimentos, a distribuição dos créditos deverá manter-se aproximadamente dentro da seguinte classificação:

Nível de Sobrevivência:	30%
Nível de Acumulação Simples:	50%
Nível de Acumulação Ampliada:	20%

6. ORIGEM E ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - DA ORIGEM

Os recursos do FAERC para crédito serão provenientes de capital inicial da Instituição, doações, capital de terceiros obtidos através de empréstimos e recursos próprios oriundos das operações da Instituição.

6.2 - ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do FAERC ficarão depositados na Caixa Econômica Federal - Agência 0341, que se responsabilizará por sua guarda, assim como pela aplicação financeira dos recursos conforme Contrato para Prestação de Serviços bancários e Outras Avenças. Para a operacionalização dos recursos é obrigatória, no mínimo, a assinatura de dois dos membros legalmente autorizados pelo Conselho de Administração, conforme Estatuto Social.

7. FINALIDADES DO CRÉDITO

Os créditos serão concedidos para :

7.1 CAPITAL DE GIRO

Destinado a:

- Aquisição de mercadorias, matérias-primas, insumos e treinamento vinculado a sua atividade econômica. No caso de solicitação de capital de giro destinado a outras necessidades, o pedido deverá ser avaliado pelo Comitê de Crédito e autorizado pelo Núcleo Executivo;

- Os recursos não poderão ser usados para pagamento de dívidas.

7.2 CAPITAL FIXO

Destinado a:

- Aquisição, com comprovação de procedência, de: ferramentas, máquinas, equipamentos e veículos utilitários novos ou usados.
- Recuperação e/ou conserto de máquinas, veículos utilitários e equipamentos, efetuados por empresa tecnicamente idônea e que dê garantia de funcionamento. É imprescindível a apresentação prévia dos respectivos orçamentos para a aprovação do crédito;
- Melhoria e/ou ampliação de instalações, desde que destinados ao negócio.
- As normas internas deverão especificar os critérios para financiamento de cada item, principalmente para bens usados.

8. MODALIDADES DE CRÉDITO

Serão concedidos créditos nas modalidades **individual, solidário e associativo**. A opção do cliente ficará condicionada ao atendimento das respectivas especificidade.

8.1 - CRÉDITO INDIVIDUAL

O crédito será concedido a uma única pessoa física ou jurídica.

8.2 - CRÉDITO SOLIDÁRIO

O crédito será concedido a um grupo solidário, organização voluntária de 3 a 7 empreendedores com atividades econômicas independentes. A cada participante do grupo caberá uma parte do crédito, cujos valores podem ser diferenciados mas permanecendo a mesma ordem de grandeza. O crédito global será de responsabilidade solidária de todos os membros do grupo.

8.3 - CRÉDITO ASSOCIATIVO

O crédito será concedido a cooperativa ou a um grupo de pessoas organizadas de forma associativa em uma unidade de produção comunitária somente devendo ocorrer após estudo detalhado da situação e a partir de uma experiência piloto.

9. CONDIÇÕES DE CRÉDITO

9.1 - LIMITES

Poderão ser financiados até 100% dos recursos solicitados para capital de giro e 80% para capital fixo.

Em ambos os casos, tais valores não poderão ultrapassar o valor máximo estipulado pela Instituição, levando em consideração o custo e o risco do tipo de cada operação.

O valor final de crédito, definido para cada cliente, será determinado pelo Comitê de Crédito.

9.2 - VALORES LIMITES PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO

Capital de Giro:	de R\$ 200,00 a R\$ 5.000,00
Prestação mínima:	de R\$ 50,00 por mês
Capital Fixo:	de R\$ 200,00 a R\$ 10.000,00
Prestação mínima:	de R\$ 50,00 por mês

9.3 - TAXA DE JUROS

A taxa de juros deverá ser suficiente para:

- Cobrir as despesas fixas e variáveis da instituição;
- Capitalizar o fundo;
- Fazer provisão para créditos incobráveis;
- Remunerar o capital repassado pelo BNDES;
- Repor perdas inflacionárias, utilizando-se para tal um dos índices oficiais.

A taxa flutuará inversamente proporcional ao valor total do fundo, neste momento, será de 3,90% ao mês, achada suficiente para cobertura dos itens acima mas podendo chegar à 3,50% ao mês.

Não havendo taxa diferenciada para as operações, muito menos para ramos de atividades ou clientes.

9.4 DILUIÇÃO DOS RISCOS

Visando diluir o risco da Instituição, cada crédito individual concedido não poderá exceder a 1% (um por cento) do patrimônio líquido do FAERC. No caso de crédito grupal o valor global do crédito não poderá exceder a 1,0% (um por cento) do patrimônio líquido do FAERC.

9.5 PRAZOS

O reembolso do crédito atenderá às características específicas de cada negócio e será acordado para sua integralização, considerando a política de conquistas progressivas, conforme os seguintes prazos máximos:

- Capital de Giro: de 1 até 6 meses, sem carência, podendo escolher o melhor dia para pagamento da primeira parcela, desde que não ultrapasse 50 (cinquenta) dias da data do contrato;
- Capital Fixo: de 1 até 12 meses, podendo ser concedido até 3 meses de carência com pagamento mensal dos juros.

A carência será tratada como exceção e somente será viabilizada nos casos de investimentos que exijam tempo de maturação, passando assim o prazo máximo para até 15 meses.

9.6 GARANTIAS

O tipo de garantia será adequado à finalidade e à modalidade do crédito.

9.6.1 - AVAL SOLIDÁRIO

9.6.1.1 - GRUPO SOLIDÁRIO

Cada participante do Grupo Solidário, além de tomador de crédito, constituir-se-á, juntamente com os demais membros do grupo, co-responsável pelo pagamento do valor da operação firmada, sem direito a invocar o benefício de ordem.

9.6.1.2 - GRUPO ASSOCIATIVO/COOPERATIVO

Nos empréstimos para capital de giro ou fixo, nesta modalidade, dar-se-á preferência para as garantias reais (principalmente quando capital fixo) que, no entanto, quando tal não for possível, poderão ser substituídas pela promoção de avais solidários concedidos pelos membros da Diretoria da Associação ou Cooperativa.

9.6.2 - AVAL INDIVIDUAL

Nos empréstimos individuais, para capital de giro ou fixo, o tomador deve apresentar um avalista/fiador que comprove renda mensal do seu trabalho através de contracheque de pagamento e que o valor de cada prestação não ultrapasse a 30% de sua renda líquida, podendo na mesma operação haver quantos avalistas/fiadores forem necessários para cobertura da garantia.

9.6.3 - GARANTIAS REAIS

Nos créditos destinados à aquisição de máquinas e equipamentos os bens financiados ficam sob reserva de domínio a favor da instituição, até a quitação integral da dívida.

Também podem ser aceitas outras espécies de garantias reais nos empréstimos individuais para capital de giro. Estas garantias serão preferencialmente do ativo fixo da atividade econômica cujo valor deve representar no mínimo 150% do montante de crédito e, secundariamente, bens familiares de uso doméstico penhoráveis. A avaliação e a identificação de propriedade do(s) bem(s) dado(s) em garantia serão realizadas por pessoas idôneas e de notório saber sobre o assunto. Aceita-se veículo somente se estiver quitado e

possuir seguro total, até o final do financiamento, sendo o FAERC o único beneficiário do mesmo.

9.7 – REEMBOLSO

O reembolso do capital é efetuado em cotas, consecutivas e de acordo com o cronograma de amortização estabelecido, com possibilidade de pagamentos semanais, quinzenais ou mensais, observando-se para tal as características específicas de cada negócio e a opção do tomador.

Caso haja interesse do cliente, o crédito poderá ser liquidado antes do vencimento com desconto proporcional a data de liquidação, mas só com prévia autorização do Superintendente do FAERC. As taxas são cobradas nas datas de reembolso do capital. No caso de empréstimos com carência, as taxas são pagas mensalmente inclusive durante o período da carência.

9.8 – ATRASO NOS PAGAMENTOS E INADIMPLÊNCIA

Nos casos de força maior que acarretem em atraso no pagamento das contas, o cliente estará obrigado a justificar ao FAERC, de forma pessoal ou escrita, as razões do atraso. O FAERC decidirá as medidas a serem tomadas em cada caso. Caso o cliente não comunique com a devida antecedência (no máximo 24 horas do vencimento) o motivo do seu atraso ou se o FAERC não aceitá-lo como relevante, ele será considerado inadimplente a partir da data de vencimento da cota em questão. Entrando em inadimplência, além das taxas expressas no contrato, serão cobrados juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor vencido. Após 30 dias de atraso de uma prestação, o crédito será considerado vencido e poderá ser cobrado, na sua totalidade, em parcela única, a critério do Núcleo Executivo. Os custos de cobrança serão de responsabilidade do cliente. Estas normas estarão citadas no contrato de financiamento para o conhecimento direto das mesmas pelo cliente e pelo avalista.

10 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

10.1 - CAPTAÇÃO DOS CLIENTES

Os clientes serão captados:

- Na agência;
- Reuniões nos bairros;
- Mutirões;
- Feiras;
- Exposições;
- Nos sindicatos;
- Pesquisa em entidades de classe etc.

10.2 - SOLICITAÇÃO E APROVAÇÃO DO CRÉDITO

Demonstrando interesse pelo crédito, o cliente fornece os dados cadastrais e solicita o crédito. Após aprovado o cadastro, o agente realiza a visita ao local do empreendimento para efetuar levantamento de dados do negócio e informações pessoais do cliente que permitam uma avaliação da idoneidade, do caráter e da capacidade empreendedora do cliente. A partir dessas informações o agente de crédito efetuará o estudo de viabilidade, identificará as necessidades de capacitação e apoio técnico e emitirá um parecer técnico. Os agentes de crédito apresentarão ao Comitê de Crédito as solicitações, com todas as informações sócio-econômicas por eles coletadas, junto aos clientes, e registradas nos formulários padrão do FAERC e seu parecer técnico. O crédito será concedido, considerando-se fundamentalmente a pessoa do tomador, sua história de vida, seu caráter, seu comprometimento, sua capacidade empreendedora, bem como as garantias oferecidas e perspectivas de futuro do empreendimento.

10.3 - COMITÊ DE CRÉDITO

O comitê de Crédito será a instância máxima de decisão sobre a concessão ou não do crédito e será constituído por pessoas profissionalmente qualificadas, com ampla visão do contexto sócio-econômico. Participarão do comitê 3 (três) membros da Instituição: o Superintendente, o Coordenador Operacional/Financeiro e um Agente de Crédito todos com direito a voto e o Agente de Crédito responsável pelo cliente sem direito a voto, podendo também contar com pessoa de notória competência convidada pelo Conselho de Administração, seja de uma instituição conveniada com o FAERC, seja de uma empresa autônoma ou um profissional liberal.

A cada reunião elegerão entre si um Presidente que dirigirá os trabalhos. O agente de crédito apresenta seu parecer técnico e a respectiva documentação do cliente e fica a disposição para informações complementares. Os membros do Comitê farão uma análise profunda das solicitações de crédito apresentadas pelos agentes de crédito, tendo a possibilidade de fazer quaisquer perguntas e esclarecimentos que se fizerem necessários. Cada membro emitirá seu parecer e depois buscará uma posição consensual. Não sendo possível o consenso será realizada votação, sendo a aprovação ou a rejeição da proposta definida pelo voto igual de todos. Em casos de divergência o agente de crédito retorna a campo em busca de mais informações e a proposta volta para o comitê. As aprovações ou rejeições das solicitações serão registradas em ata e firmadas pelos membros do Comitê presentes.

10.4 - LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Aprovado o crédito, o agente de crédito providenciará a documentação e tomará assinaturas necessárias para a liberação, assim como, explicará ao cliente cujas solicitações não forem aprovadas os motivos pelos quais o crédito lhe foi negado. O cliente será informado do diagnóstico e orientado sobre como e onde buscar capacitação e apoio técnico; à contratação do crédito será apensada a necessidade imprescindível de o cliente se capacitar e de buscar apoio técnico. Contratado o crédito, o cliente receberá do agente o respectivo cheque e o carne de pagamento das prestações. Os créditos concedidos a grupos solidários serão liberados através de cheque nominal a cada membro do grupo e terão carnês individuais de pagamento. Nos carnês será registrado o valor da dívida total do grupo e o valor mínimo a ser amortizado em cada prestação pelo componente do grupo a quem se destina o carnê. O numerário será recebido na Caixa Econômica Federal, na agência para ele designada.

10.5 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Periodicamente o agente de crédito visitará o cliente com o objetivo de verificar a aplicação dos recursos, e colher informações sobre o andamento do negócio e de suas iniciativas para sanar as dificuldades já diagnosticadas. Esse procedimento visa a fortalecer o conhecimento e as relações do FAERC com o cliente, bem como a prevenir problemas de inadimplência. Caberá ao agente de crédito, ainda, ao detectar algum problema no negócio, orientar o cliente ou indicar onde buscar apoio.

10.6 - AMORTIZAÇÃO

Os pagamentos das prestações de crédito só poderão ser efetuados nos caixas das agências da Caixa Econômica Federal.

10.7 - COBRANÇA

É prioridade da instituição manter a sanidade da carteira de crédito. Ocorrendo a situação de inadimplência, adotar-se-ão os seguintes procedimentos:

1. Um dia após o vencimento, o cliente será visitado pelo Agente de Crédito que verificará os motivos do atraso e entregará o primeiro aviso, alertando-o de que o mesmo entrou em mora e que pagará a multa equivalente a 2% do valor devido e juro de 1% ao mês. Concomitantemente, o setor financeiro encaminhará carta de cobrança ao(s) avalista(s).

2. Em se tratando de atraso de pagamento do grupo solidário ou de um dos seus membros, preferencialmente no mesmo dia, ao final do

expediente, será contatado o coordenador do grupo para convocar uma reunião de todos os membros do grupo com o agente de crédito, para o próximo dia, com o objetivo de alertá-los quanto a multa, juro de mora e procedimentos de amortização das próximas parcelas, mas fundamentalmente trabalhar aspectos de solidariedade.

3. Não sendo realizado o pagamento em 15 (quinze) dias após a data do vencimento, o Agente de Crédito contatará o avalista. No caso em que a garantia for um bem financiado com reserva de domínio ou um ativo da unidade econômica ou ainda um bem familiar de uso doméstico, o agente de crédito visitará novamente o cliente, contatando também outras pessoas da família e os alertando quanto ao prazo máximo, e que não havendo o pagamento da cota, a dívida poderá ser considerada totalmente vencida e retirado o bem.

4. Decorridos 25 (vinte e cinco) dias do vencimento da cota, será emitido um último aviso escrito ao devedor e ao avalista, comunicando-lhes que dentro de 5 (cinco) dias será iniciado o processo legal de cobrança, somando-se à dívida pela operação de crédito as despesas de cobrança. E também deverá ocorrer o registro do nome do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC/CDC.

5. Decorridos 30 dias de atraso será iniciada a cobrança jurídica e efetivado o registro no SPC/CDC. Não se obtendo resultado, far-se-á cobrança judicial.

10.8 - CLASSIFICAÇÃO DO CLIENTE SEGUNDO PAGAMENTOS DE CRÉDITOS JUNTO AO FAERC

A classificação do cliente é importante para estimar os riscos do crédito, pois, embora um cliente esteja em dia com o seu atual empréstimo, se já esteve atrasado e teve de ser cobrado, as probabilidades de que venha a atrasar são maiores do que um cliente que nunca se atrasou. Seria um cliente B e não A. Esta classificação é um alerta ao agente de crédito, exigindo um acompanhamento mais específico.

* Cliente A - nunca atrasou, ou face a grave motivo solicitou antecipadamente prorrogação da data de pagamento;

* Cliente B - já atrasou por prazo inferior a 5 (cinco) dias úteis;

* Cliente C - atrasou por prazo de 5 (cinco) dias úteis a 15 (quinze) dias;

* Cliente D - atrasou por prazo de 16 (dezesesseis) a 30 (trinta) dias mais renegociar novos prazos e os cumpriu, (para novo financiamento exigir mais garantias);

* Cliente E - atrasou os novos prazos renegociados, renegociou novamente, mas pagou (para obter novo financiamento exigir fiador/avalista e garantias reais);

* Cliente F - atrasou por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias. Não respondeu rapidamente a cobrança (não deve ter novo financiamento).

No caso de ter atrasado por qualquer prazo e a dívida ser paga por avalista/fiador, classificar o cliente como "F". A cada crédito o cliente deve ser classificado. A incidência de classificações pode antecipar o provável comportamento do cliente frente ao novo crédito

Anexo 4

Exemplo de informações disponíveis para consulta:

Investimentos Anunciados, segundo Setores de Atividade Econômica no Estado de São Paulo

Janeiro de 1997 a maio de 2000

Setores de Atividade Econômica	Valor (US\$ milhões)	Participação (%)
Total	100.562,37	100,00
Indústria	61.483,97	61,14
Comércio	6.310,72	6,28
Serviços	32.297,21	32,12
Outros Setores (1)	470,47	0,47

Fonte: Fundação Seade; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.

(1) Englobam agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal e investimentos feitos por empresas cujo setor de atividade principal não foi possível identificar.

**Investimentos anunciados no período
(segundo Empresa, Subsetor de Atividade, Origem e Tipo)**

Município de Rio Claro
Janeiro de 1997 a maio de 2000

Empresa Origem Tipo Valor (US\$ milhões) Participação (%)

Total			323,85	100,00
INDÚSTRIA			308,60	95,29
Alimentos e Bebidas			14,96	4,62
Tatuzinho	Brasil	Expansão	7,59	2,34
Balas São João	Brasil	Implantação	2,91	0,90
Tatuzinho	Brasil	Modernização	2,44	0,75
Perdigão	Brasil	Implantação	1,60	0,49
Frutverão	Brasil	Implantação	0,42	0,13
Automobilística			129,93	40,12
Torque	Brasil	Implantação	120,00	37,05
Torque	Brasil	Ampliação	8,04	2,48
Brascabos	Brasil	Expansão	1,89	0,58
Borracha e Plástico			47,00	14,51
Tigre	Brasil	Implantação	20,00	6,18
Tigre Caixas d'Água	Brasil	Implantação	17,00	5,25

Tigre	Brasil	Implantação	10,00	3,09
Construção			2,50	0,77
Lusa	Brasil	Implantação	2,50	0,77
Máquinas e Equipamentos			68,00	21,00
Multibrás	Brasil	Expansão	58,00	17,91
Multibrás	Brasil	Ampliação	10,00	3,09
Minerais Não-Metálicos			40,71	12,57
Owens Corning	EUA	Expansão	32,00	9,88
Millenium	Brasil	Implantação	8,21	2,54
SRS	Brasil	Implantação	0,50	0,15
Produtos Químicos			5,50	1,70
Crios Resinas Sintéticas	Alemanha	Implantação	3,00	0,93
Aldoro	Brasil	Implantação	1,00	0,31
Diadema Chemetall	Brasil	Expansão	1,00	0,31
Anaber	Brasil	Implantação	0,50	0,15
COMÉRCIO			4,00	1,24
Com. e Rep. Automotores e Varejo de Combust.			1,00	0,31
Posto Xurunga	Brasil	Implantação	1,00	0,31
Varejo e Reparação de Objetos			3,00	0,93
Mikro Preço	Brasil	Expansão	3,00	0,93

SERVIÇOS			6,80	2,10
Alojamento e Alimentação			0,79	0,24
McDonald's	EUA	Implantação	0,79	0,24
Ativ. Recreativas, Culturais e Desportivas			0,35	0,11
Bingo				
Rio Claro	Brasil	Implantação	0,35	0,11
Educação			0,70	0,22
Colégio				
Oswaldo				
Cruz	Brasil	Implantação	0,70	0,22
Intermed. Financ.			0,60	0,19
Banco				
América				
do Sul	Japão	Implantação	0,60	0,19
Telecomunicações			4,36	1,35
Horizon				
Cablevision	Brasil	Implantação	4,36	1,35
OUTROS SETORES			4,45	1,37
Outras Atividades			4,45	1,37
Rede				
Graal	Brasil	Implantação	3,00	0,93
Marbel	Brasil	Implantação	0,50	0,15
Serv				
Alimentos	Brasil	Implantação	0,50	0,15
Coneplan	Brasil	Implantação	0,45	0,14

Fonte: Fundação Seade; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. (com informações compiladas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Rio Claro)

Anexo 5

Movimentação de Emprego Celetista em Rio Claro, segundo Setores de Atividade Econômica

Janeiro de 1998 a março de 2000

Setores de Atividade Econômica	Admitidos	Desligados	Saldo
Total	25.008	23.330	1.678
Indústria	9.254	8.500	754
Construção Civil	2.504	1.776	728
Comércio	5.889	6.118	-229
Serviços	6.565	6.182	383
Agropecuária	570	687	-117
Outros/Ignorados	226	67	159

Fonte: Fundação Seade

Postos de Trabalho Criados e Eliminados, Ocupados por Pessoas com o Ensino Fundamental Incompleto (1), segundo Ocupações Seleccionadas

Rio Claro

Janeiro de 1998 a março de 2000

Ocupações	Saldo
Com Saldo Positivo	
Operadores de máquinas-ferramentas (produção em série)	46
Trabalhadores agropecuários polivalente e trab assemelhados	39
Instaladores reparadores linhas elétricas e telecomunicações	29
Trab servicos de conserv, limpeza de edif. E logradouros públ.	27
Eletricista de instalações	19
Agentes de estação e de movimento (serviços ferroviários)	15
Estofadores, trabalhadores assemelhados	15
Ceramistas e trabalhadores assemelhados	15

Condutores veículos transporte trab Assem. n/clas s/out epígrafes	10
Atendentes de guichê, bilheteiros e trab assemelhados	8
Com Saldo Negativo	
Vendedores com. atacadista e varejista,e trab assemelhados	-140
Operadores máq. fixas e equipam simil n/classif s/out epigr	-107
Pedreiros e estucadores	-73
Estivadores carregadores e embaladores	-72
Mestres (empresa manufatureiras e de construcao civil)	-55
Guardas de segurança e trabalhadores assemelhados	-49
Costureiros (confeccão em série)	-39
Trabalhadores de fabricação de cerveja, vinhos e outras bebidas	-31
Trabalhadores de fabricação de produtos de plástico	-30
Mecânicos de manutenção de máquinas	-27

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Caged - Módulo II.

(1): Inclusive analfabetos

Nota: Foram excluídas as ocupações dos Grupos 0/1 e 02 da CBO (ocupações com maiores níveis educacionais).

Utilizou-se o Grupo Base de Ocupações da CBO (03 dígitos).

Foram selecionadas as dez ocupações que apresentaram o maior número de postos criados e eliminados.

Foram excluídas as ocupações mal definidas, isto é, grupos ocupacionais que incluem trabalhadores não classificados sob outras denominações.

Postos de Trabalho Criados e Eliminados em Rio Claro, Ocupados por Pessoas de 10 a 24 Anos de Idade, segundo Ocupações Selecionadas

Janeiro de 1998 a março de 2000

Ocupações

Saldo

Com Saldo Positivo

Auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados	341
Padeiros, confeitadores e trabalhadores assemelhados	153
Operadores de máquinas-ferramentas (produção em série)	149
Estofadores, trabalhadores assemelhados	114
Garçons, barmen e trabalhadores assemelhados	104
Ceramistas e trabalhadores assemelhados	77
Recepcionistas	43
Eletricista de instalações	35
Trab. serviços de conservação e limpeza de edifícios e logradouros públicos	33
Condutores de automóveis, ônibus, caminhões e veíc. similares	33

Com Saldo Negativo

Auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhados	-26
Vendedor ambulantes, vendedores a domicílio e jornaleiros	-22
Estivadores carregadores e embaladores	-20
Mestres (empresa manufactureiras e de construção civil)	-9
Operadores de máquinas de desdobrar madeira	-7
Carpinteiros	-7
Trabalhadores da cultura da gramíneas	-6
Moldadores e macheiros	-6
Telefonistas, telegrafistas e trabalhadores assemelhados	-5
Montadores de máquinas	-5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Caged - Módulo II.

Nota: Foram excluídas as ocupações dos Grupos 0/01 e 02 da CBO. Utilizou-se o Grupo Base de Ocupações da CBO (03 dígitos). Foram selecionadas as dez ocupações que apresentaram o maior número de postos criados e eliminados. Foram excluídas as ocupações mal definidas, isto é, grupos ocupacionais que incluem trabalhadores não classificados sob outras denominações.

* * *

Postos de Trabalho Criados e Eliminados, Ocupados por Mulheres de 25 Anos e Mais Idade, em Rio Claro segundo Ocupações Selecionadas

Janeiro de 1998 a março de 2000

Ocupações Saldo

Com Saldo Positivo

Trab. serviços de conservação e limpeza de edifícios e logradouros públicos	46
Cozinheiros, e trabalhadores assemelhados	31
Atendentes de guichê, bilheteiros e trab. assemelhados	18
Trabalhadores de fabricação de produtos de plástico	18
Padeiros, confeitheiros e trabalhadores assemelhados	14
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	12
Receptionistas	10
Trabalhadores de acabamento, tingim. estamparia prod.têxteis	7
Agentes administrativos	6
Agentes vendas de serviços às empresas	3

Com Saldo Negativo

Vendedores com. atacadista e varejista, e trab assemelhados	-83
Auxiliares de escritório e trabalhadores assemelhados	-70
Costureiros (confeção em série)	-45
Auxiliares de contabilidade, caixas e trabalhadores assemelhado	-33
Operadores máquinas fixas e equipam simil n/classif s/out epigr	-26
Trabalhadores da pecuária de pequeno porte	-17
Ceramistas e trabalhadores assemelhados	-16
Chefes intermediários administrativo	-13
Magarefes e trabalhadores assemelhados	-13
Secretários	-12

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Caged - Módulo II.

Nota: Foram excluídas as ocupações dos Grupos 0/01 e 02 da CBO.

Utilizou-se o Grupo Base de Ocupações da CBO (03 dígitos).

Foram selecionadas as dez ocupações que apresentaram o maior número de postos criados e eliminados.

Foram excluídas as ocupações mal definidas, isto é, grupos ocupacionais que incluem trabalhadores não classificados sob outras denominações.

* * *

Bibliografia

Wallace, Iain, *The Global Economic System*, Routledge, London, 1992.

Baer, Werner, *Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1992.

Decca, Maria Auxiliadora Guzzo, *A Vida Fora das Fábricas: Cotidiano Operário em São Paulo, (1920-1930)*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

- Singer, Paul, *A Formação da Classe operária*, Ed. Da Unicamp, Campinas, 1988.
- Dean, Warren, *Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
- Dean, Warren, *A Industrialização de São Paulo*, Difel, São Paulo, 1975
- Arghiri, Emmanuel et al, *Imperialismo e Comércio Internacional (A troca Desigual)*, Global Editora, São Paulo, 1981.
- Cardoso de Mello, João Manuel, *O Capitalismo Tardio*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1975.
- Assis, Mariza de et al, *Mercado de Trabalho em São Paulo: Aspectos Gerais*, Ed. Nacional, São Paulo, 1972.
- Cardoso, Fernando Henrique, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.
- Moore, Wilbert, *O Impacto da Industrialização de Sociedades Tradicionais*, Zahar Editores, São Paulo, 1968.
- Schmitz, H. et al, *Automação Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.
- Hebling, José Roberto et al, *Herramientas Locales para Generar Empleo y Ocupación, Algunas Experiencias en las Mercociudades*. Ed. Ferrograf Coop. De Trabajo, Buenos Ayres, 1998